

Maria Cristina Soares Paniago

**MÉSZÁROS E A INCONTROLABILIDADE
DO CAPITAL**

© do autor

Creative Commons - CC BY-NC-ND 3.0

Diagramação: Estevam Alves Moreira Neto

Revisão: Luciano Accioly Lemos Moreira e Estevam Alves Moreira Neto

Capa: Luciano Accioly Lemos Moreira

Catálogo na fonte

Departamento de Tratamento Técnico do Instituto Lukács

Bibliotecária Responsável: Fernanda Lins

P192m Paniago, Maria Cristina Soares.
Mészáros e a incontrolabilidade do capital / Maria Cristina
Soares Paniago. – São Paulo : Instituto Lukács, 2012. – 2. ed. rev.
160 p.

Bibliografia: p. 160.

ISBN 978-85-65999-11-3

1. Teoria política. 2. Ontologia. 3. Incontrolabilidade do capital.
4. Socialismo. I. Título.

CDU: 32.001

Esta obra foi licenciada com uma licença Creative Commons - Atribuição - NãoComercial - SemDerivados 3.0 Brasil.

Para ver uma cópia desta licença, visite creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/br/ ou envie um pedido por escrito para Creative Commons, 171 2nd Street, Suite 300, San Francisco, California, 94105, USA.

Esta licença permite a cópia (parcial ou total), distribuição e transmissão desde que: 1) deem crédito ao autor; 2) não alterem, transformem ou criem em cima desta obra e 3) não façam uso comercial dela.

1ª edição: EDUFAL

2ª edição revista: Instituto Lukács

INSTITUTO LUKÁCS

www.institutolukacs.com.br

institutolukacs@yahoo.com.br

Maria Cristina Soares Paniago

**MÉSZÁROS E A INCONTROLABILIDADE
DO CAPITAL**

2ª edição revista

Instituto Lukács

São Paulo, 2012

À minha mãe... sempre presente em minha memória.

Aos meus filhos Ana e André.

Ao Serginho.

Por tudo.

SUMÁRIO

NOTA À 2ª EDIÇÃO.....	7
PREFÁCIO.....	9
INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 - CONCEPÇÃO MARXIANA DE CAPITAL, SEGUNDO MÉSZÁROS	21
1.1 Desenvolvimento Histórico do Capital ao Capitalismo.....	21
1.2 Personificações do Capital e Comando sobre o Trabalho....	25
1.3 Exigências Reprodutivas do Sistema Orgânico do Capital....	31
1.4 Contradições Imanentes e Natureza de <i>Causa Sui</i>	36
1.5 Esgotamento dos Ajustes Estratégicos.....	42
CAPÍTULO 2 - CRISE ESTRUTURAL E ATIVAÇÃO DOS LIMITES ABSOLUTOS DO SISTEMA DO CAPITAL.....	45
2.1 Produção Genuína e Produção Destrutiva.....	45
2.2 Crise Estrutural e Rejeição do Capital às Restrições.....	50
2.3 Fundamentos da Crise Estrutural.....	53
2.4 Ativação dos Limites Absolutos.....	62

CAPÍTULO 3 - ESTADO E CAPITAL : UMA RELAÇÃO DE COMPLEMENTARIDADE NA BASE MATERIAL.....	75
3.1 Por que a necessidade do Estado Moderno?.....	75
3.2 Ação Corretiva e Coesiva do Estado Moderno.....	80
3.3 Elementos Constitutivos da Reciprocidade Dialética entre Estado e Capital.....	83
3.4 Defeitos Estruturais do Sistema do Capital.....	86
3.5 Diferenças Estruturais de Funções.....	91
CAPÍTULO 4 - DESAFIO HISTÓRICO DA OFENSIVA SOCIALISTA.....	99
4.1 Fracasso do Reformismo e Luta Emancipatória do Trabalho.....	99
4.2 Política Defensiva , Parlamento e o Poder Material do Capital.....	108
4.3 Condições Objetivas da Ofensiva Socialista.....	119
4.4 Sujeito Ativo da Alternativa Socialista.....	123
CAPÍTULO 5 - INCONTROLABILIDADE DO CAPITAL.....	129
5.1 Fundamentos Ontológicos da Incontrolabilidade do Capital.....	129
5.2 Unidades Industriais e a Questão do Controle sobre o Sistema Global.....	138
5.3 Concepções Existentes de Controle.....	141
5.4 O Sistema do Capital é Irreformável e Incontrolável.....	149
CONCLUSÃO.....	153
BIBLIOGRAFIA.....	160

NOTA À 2ª EDIÇÃO

A 1ª edição deste livro foi realizada pela Editora da Universidade Federal de Alagoas (EDUFAL), em 2007, numa pequena tiragem, depois seguida de uma 2ª reimpressão que se esgotou rapidamente. Há muito se intentava republicar o livro para atender à demanda que recebíamos, mas não foi possível concretizá-la em razão das repetidas negativas da EDUFAL. Pensamos que hoje este problema está resolvido, tendo em vista a oportunidade de republicá-lo pelo Instituto Lukács.

O estudo de Mészáros, aqui realizado, traz as principais teses desenvolvidas pelo autor no *Para Além do Capital*. Esta obra densa e provocativa aborda os fundamentos da crise estrutural vivida pelo capitalismo contemporâneo, numa tentativa claramente explicitada de contribuir, após Marx, para uma teoria revolucionária de transição ao socialismo.

Esta 2ª edição do livro reproduz integralmente o conteúdo da 1ª edição. No entanto, cabe fazer uma atualização das obras de Mészáros publicadas após a redação deste livro. À publicação de *Para Além do Capital* em português, no ano de 2002, seguiu-se mais 8 títulos do autor, editados pela Boitempo Editorial. São eles: *O Século XXI* (2003), *A Educação para o Capital* (2005), *O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico* (2007), *A Crise Estrutural do Capital* (2009), *Estrutura Social e Formas de Consciência* (2009), *Atualidade Histórica da Ofensiva Socialista* (2010), *Estrutura Social e Formas de Consciência II* (2011), *A obra de Sartre* (2012).

A presente publicação tem o intuito de introduzir o leitor na discussão proposta por Mészáros, e de provocar a curiosidade que leve o leitor a mergulhar nessa obra original e estimulante de 1102 páginas. O eixo condutor do livro é a *Incontrolabilidade do Capital*, sem

o qual toda a crítica ao capital realizada por Mészáros e a inviabilidade de sua superação através de mediações políticas perderiam o sentido.

Mészáros, assistente de Lukács nos anos 50, na Hungria, expressa no *Para Além do Capital* uma profunda influência do mestre em sua formação intelectual e na impostação ontológica por ele adotada na investigação da totalidade dos temas tratados.

A crítica radical, sem nenhuma concessão política ou teórica, que faz das sociedades capitalistas e pós-capitalistas, leva-o inevitavelmente a resgatar a possibilidade, e a necessidade, de se constituir uma alternativa à destrutividade do capital, já posta por Marx no século XIX. Para Mészáros, a transição ao socialismo está na ordem do dia. Portanto, compreender a necessidade da superação do capital é uma exigência vital para se obter êxito na luta pela emancipação do trabalho.

É na fundamentação desta análise que este livro pretende introduzir o leitor.

Vamos a ele.

A autora.

Maceió, Abril de 2012.

PREFÁCIO

Vivemos, hoje, um tempo que eu chamo de “tempo de covardia”. Covardia por parte da maioria dos intelectuais. Não uma covardia subjetiva, ainda que esse aspecto também possa estar presente. Mas, uma covardia objetiva, isto é, a admissão da derrota da proposta de transformação radical do mundo e, mais ainda, a defesa de que, na verdade, não foi uma derrota de uma causa real, mas simplesmente o reconhecimento de que se tratava de uma aspiração completamente descabida. Segundo esses intelectuais, a pretensão, surgida a partir do século XIX, de que a razão humana seria capaz de compreender o mundo na sua integralidade e de que a ação humana poderia transformá-lo radicalmente não passou de uma utopia sem fundamento real. Desse modo, a verdadeira e única alternativa seria o aperfeiçoamento, a humanização da ordem social capitalista.

Trata-se de uma covardia porque significa abandonar a causa – possível – da construção de um mundo efetivamente igualitário e livre e abraçar a causa – impossível – da construção desse mundo sob a lógica do capital ou mesmo de admitir, simplesmente, que a desigualdade social é insuperável.

Esta covardia se manifesta tanto entre os conservadores como entre os chamados progressistas. Entre os primeiros, porque, uns mais outros menos, assumiram, conscientemente, a defesa do caminho neoliberal, sabidamente produtor de imensas desigualdades sociais, como a única alternativa para a humanidade. Entre os segundos, de maneira ainda mais expressiva, porque antes advogavam, embora também com variantes, o socialismo como alternativa possível e superior para a humanidade. E, agora, diante dos monumentais problemas que a humanidade enfrenta, apequenaram-se e, para serem aceitos pelo *establishment*, isto é, para não serem chamados de

“jurássicos”, de ultrapassados, de utópicos; para não estar sempre do lado dos “perdedores”, passaram a defender o aperfeiçoamento dessa ordem social como a única e melhor alternativa.

Ambas as posições, dos conservadores e dos chamados progressistas, passam pela afirmação de que é possível controlar o capital, ou seja, de que se pode obrigá-lo a não produzir desigualdades sociais cada vez mais aberrantes. E esse controle se daria através do Estado e dos organismos da chamada sociedade civil.

Por outro lado, essa covardia se torna ainda maior quando se vê, a cada dia que passa, que os problemas da humanidade se tornam mais graves e prementes. E que é, claramente, a lógica do capital a responsável última por esses problemas.

Defender, nesse momento de “pensamento único” avassalador, a tese de que é impossível controlar o capital, de que não há força nenhuma no mundo capaz de impedi-lo de produzir cada vez mais desigualdades sociais, de que não é possível construir uma comunidade autenticamente humana sob a lógica do capital, exige uma grande dose de coragem intelectual e moral. Maior ainda se considerarmos que as profundas e devastadoras derrotas sofridas por aqueles que assumiram a luta pela transformação radical do mundo e pela construção de uma sociedade comunista pareceram comprovar empiricamente a inviabilidade desse projeto. O preço pago por isso é alto, especialmente dentro da academia, mas também fora dela.

Mas, felizmente, ainda há intelectuais que não se acovardaram nem diante das derrotas nem diante da imensidade das tarefas. Intelectuais que não só proclamam, mas buscam fundamentar, com profundidade e rigor, a possibilidade e a necessidade de superação radical do capital e de toda a sociabilidade que se ergue a partir dele.

Entre esses encontra-se um, de enorme estatura intelectual, que teve a coragem de situar-se na linha de frente da luta pelo resgate do instrumental metodológico de caráter radicalmente crítico e revolucionário e pela defesa, racional e rigorosa, do socialismo como forma superior de sociabilidade. Este autor se chama István Mészáros.

Uma das teses centrais da sua obra máxima, intitulada *Para Além do Capital*, é justamente a da incontrolabilidade do capital. E é sobre essa temática que se debruça Maria Cristina Soares Paniago, autora do livro: *Mészáros e a incontrolabilidade do capital*.

O mérito da tese de doutorado de Maria Cristina Soares Paniago, ora publicada em livro, reside precisamente em sistematizar toda a argumentação contida na obra de Mészáros a respeito dessa problemática. A autora mostra como Mészáros resgata a análise feita por

Marx da natureza essencial do capital. Análise essa que desvela os mecanismos intrínsecos de sua reprodução e que fundamentam a tese da sua incontornabilidade. Mas, a autora também mostra como Mézáros atualiza essa análise marxiana, explicitando as contradições em que se enreda hoje o capital e como isso comprova, cada vez mais, a impossibilidade do seu controle.

Se, na primeira fase de constituição do capitalismo, este ainda podia abrir, de algum modo, horizontes para a maioria da humanidade, nestes últimos tempos fica cada vez mais clara a dissociação entre os fins da humanidade e os fins da reprodução do capital. Pois este, ao mesmo tempo em que produz imensa quantidade de riquezas também produz desigualdades sociais, miséria, pobreza e destruição em níveis nunca vistos na história da humanidade.

A pretensão de controlar o capital não é nova. Ela teve seus inícios já em vida de Marx, quando a social-democracia alemã abandonou o caminho revolucionário e orientou a luta da classe trabalhadora em direção à tomada (não destruição, como entendia Marx) do Estado burguês para, por meio dele, realizar reformas cada vez mais amplas e, desse modo, chegar ao socialismo.

Por outro lado, todas as revoluções de tipo soviético, por circunstâncias que não vem ao caso discutir aqui, acabaram também atribuindo ao Estado a tarefa de dirigir as transformações que levariam à superação do capital e à construção de uma sociedade socialista.

Mais recentemente, o famoso “Estado de Bem-estar Social” criou, em muitíssimas pessoas, a convicção de que se havia encontrado o caminho para uma distribuição mais igualitária da riqueza, mesmo no interior do próprio capitalismo.

Do mesmo modo, e desde o pleno amadurecimento do capitalismo, no século XIX, inumeráveis tentativas têm sido feitas, por órgãos internacionais e governos de todos os países, no sentido de erradicar a fome, a pobreza, a miséria e as desigualdades sociais de toda ordem.

Qualquer pessoa, que percorra, com olhos não preconceituosos, a história, do século XIX até os dias de hoje, perceberá a falência de todas essas tentativas e de como as desigualdades sociais não só não diminuíram, mas, ao contrário, tornaram-se cada dia mais amplas e profundas.

Ao mostrar como capital, trabalho e Estado constituem uma unidade indissolúvel, comandada pelo primeiro, Mézáros desmonta toda a argumentação daqueles – e são a ampla maioria – que pretendem atribuir ao Estado, aos próprios empresários e/ ou a orga-

nismos da assim chamada sociedade civil a tarefa de impor limites ao capital, obrigando-o a atender as necessidades humanas e não aquelas da sua reprodução.

A tarefa de expor, de modo sistemático e rigoroso, toda a argumentação de Mészáros, em *Para Além do Capital*, contrapondo-a à de outros autores que sustentam a possibilidade de controle do capital, não é pequena se considerarmos que essa obra tem mais de mil páginas e é de uma grande densidade. Mas, essa tarefa foi realizada por Maria Cristina Soares Paniago com rara eficiência e felicidade. Por isso mesmo, é um livro que nos ajudará a eliminar as ilusões de que é possível construir um mundo igualitário e livre sem a superação radical do capital. Também nos ajudará a solidificar a convicção de que somente a erradicação do capital, através da luta da classe trabalhadora e de todos os que a ela se aliarem, e sua substituição pelo trabalho associado poderá ser o ponto de partida de uma forma de sociabilidade que permita a todos os seres humanos uma vida efetivamente digna.

Ivo Tonet

INTRODUÇÃO

A humanidade vive momentos intranquilos. Ao mesmo tempo em que chegamos a uma era com níveis de desenvolvimento da técnica, da ciência, da cultura, da informação e da produção material de riqueza nunca vistos, encontramos-nos à beira de um desequilíbrio ecológico de proporções desastrosas, que acompanhado por um descarte progressivo de enormes contingentes de populações supérfluas, pois não mais necessárias à acumulação privada da riqueza que caracteriza o capitalismo global, nos leva a temer pelo futuro.

Este livro pretende trazer à discussão questões, contrárias ao senso comum, que questionam se este curso de desenvolvimento histórico seria irreversível. Para isso, nos propusemos a realizar um estudo sobre uma obra singular - pelas teses revolucionárias que defende - *Para Além do Capital - rumo a uma teoria da transição*, de István Mészáros.

Mészáros, nesta obra, é direto e contundente ao afirmar que não há saída para o capital. Qualquer alternativa de superação dos graves problemas que ameaçam a sobrevivência da humanidade implica em se ir para além do capital.

Muitas estratégias políticas “inovadoras” se propuseram a corrigir os rumos desumanizadores e desestabilizadores do desenvolvimento capitalista. No entanto, o que se verificou foi a falência de todas elas. Os danosos efeitos sociais do neoliberalismo constituem, quanto a isso, uma prova irrefutável.

A inviabilidade das reformas se deve ao fato de elas deixarem intacta a reprodução do sistema do capital. O que significa manter as condições materiais e históricas imprescindíveis à acumulação do capital, impulsionada pela busca incessante do lucro.

Como, então, colocar restrições à necessidade vital do próprio

sistema em submeter as necessidades humanas à realização do lucro? Como regular ou impor politicamente restrições a tal necessidade vital do capital, uma vez que a “valorização do valor só existe dentro desse movimento sempre renovado. Por isso o movimento do capital é insaciável.”? (Marx,1983:129)

Essas questões a respeito da possibilidade de controle sobre o capital estão na base da investigação que resultou na elaboração deste livro¹, e na definição de *Para Além do Capital*, como objeto de nossa pesquisa.

Esta obra de Mészáros é a mais dura crítica contemporânea às teses, de todos os matizes, que propõem o controle sobre o capital através de mediações políticas.

Mészáros², filósofo húngaro, e antigo assistente de Györg Lukács na Universidade de Budapeste na década de 50, pretende com o *Para Além do Capital* provocar uma contundente crítica revolucionária, por um lado, da avaliação histórica do socialismo soviético que orientou grande parte das experiências revolucionárias no séc. XX, e, por outro, da hegemonia teórico-política reformista que dominou a esquerda nas últimas décadas. Contrapõe-se teórica e politicamente

¹ Este livro tem por base o estudo realizado no doutorado, cuja tese foi defendida na Escola de Serviço Social - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Durante este período contamos com bolsa concedida pelo CNPq.

² István Mészáros, que já esteve no Brasil em 1983, 1996, 2004 e 2006, nasceu na Hungria em 1930. Antes de entrar na Universidade em 1949, trabalhou como operário em fábricas de aviões, tipografia e em indústria têxtil. Na Universidade, depois de ser perseguido e quase sofrer uma expulsão por estudar com G. Lukács, tornou-se seu assistente entre 1951 e 1956, em seguida deixando a Hungria em razão da invasão militar soviética. Publicou seu primeiro livro em 1955, sua tese de doutorado, sob o título “Sátira e Realidade: Contribuição para a Teoria da Sátira”. Durante sua permanência na Itália, país para onde se dirigiu após sair da Hungria, publicou outros dois livros: “A Revolta dos Intelectuais na Hungria” e “Attila József e a Arte Moderna”. Após passar alguns anos na Itália, em 1959, muda-se para a Inglaterra onde reside até hoje, sendo atualmente professor aposentado da Faculdade de Artes da Universidade de Sussex. Na Inglaterra, continuou a publicar seus livros muitos deles já publicados no Brasil: “Marx : A Teoria da Alienação”, Zahar Editores, 1981 e Boitempo Editorial, 2006; “A Necessidade do Controle Social”, Editora Ensaio, 198; “Produção Destrutiva e Estado Capitalista”, Editora Ensaio, 1989; “A Obra de Sartre”, Editora Ensaio, 1996; “Filosofia, Ideologia e Ciência Social”, Editora Ensaio, 1993; “O Poder da Ideologia”, Editora Ensaio, 1996 e Boitempo Editorial, 2004; “Para Além do Capital”, Boitempo Editorial, 2002; . Em 1951, ainda na Hungria, foi ganhador do prêmio *Attila József*, e em 1970, já residindo na Inglaterra, seu livro “Marx:A Teoria da Alienação” foi premiado pelo *Isaac Deutscher Memorial*. (Mészáros, 1984)

te a todos aqueles, que, diante das enormes dificuldades de se construir uma ordem socialista após a derrota da experiência soviética, optaram por estratégias de reformas no sistema do capital, através de crescentes restrições à sua lógica reprodutiva imanente, da revalorização da política ou da criação de novos mecanismos de controle social mais autônomos. Mészáros argumenta ser uma tentativa fadada ao fracasso a reversão da lei de valorização do valor a favor dos trabalhadores, o que significa, enfim, a continuidade da exploração do trabalho e da apropriação do trabalho excedente pelo capital.

Tais orientações à ação política dos trabalhadores são extensivas, hoje, à maioria da esquerda. Se ampliarmos o espectro político para além da renovação socialdemocrata e sua versão neoliberal, e deixarmos de lado aspectos significativos que diferenciam os diversos setores da esquerda, podemos observar igual conteúdo nas diversas propostas, tanto de teóricos envolvidos com a discussão da necessária expansão da democracia a todas as esferas das atividades sociais e econômicas, quanto daqueles envolvidos diretamente em formular um projeto político imediato, cujo teor fundamental é a imposição de restrições ao capital. Esses últimos se baseiam na necessidade da política buscar um novo lugar de atuação: a esfera pública não-estatal (os conselhos de saúde, de orçamento participativo, etc.)³, ou de partir para a transformação das estruturas básicas da sociedade, gradualmente, através de experimentalismos institucionais⁴ e da combi-

³ Ver Genro (2000), formulador teórico-político das propostas de combinação de democracia direta e democracia representativa, como o Orçamento Participativo, que têm orientado as administrações municipais do Partido dos Trabalhadores. Fazemos nossas as palavras de Frederico (2000), quando se refere ao livro de Tarso Genro e propõe como sendo mais producente, ao ser criticamente examinado, sair-se do discurso epistemológico e dar a devida atenção à crítica ontológica. A política e suas inovações institucionais, sem consideração da base ontológica do que se pretende transformar, torna-se puro reflexo de desejo e subjetividades bem intencionadas.

⁴ Habermas é um autor bastante utilizado para fundamentar teoricamente estas iniciativas. O capital e o Estado devem, segundo ele, ser influenciados pelas esferas públicas autônomas, motivadas pela solidariedade e por uma formação política da vontade, e não eliminados. Para Habermas “o poder de integração da solidariedade deveria ser capaz de resistir às ‘forças’ (...) [do] dinheiro e [do] poder administrativo”. O que deveria ser visado nesse novo arranjo entre o mundo da vida e o sistema não seria “a luta diretamente por dinheiro ou poder”, mas sim a luta por “definições”. Daí poderia surgir as esferas públicas autônomas, as quais “teriam de alcançar uma combinação de poder de autolimitação meditada que poderia tornar os mecanismos de autorregulação do Estado e da economia suficientemente sensíveis diante dos resultados orientados – a fim da formação radicalmente democrática da vontade.”(Habermas,1995:112-113)

nação de novos regimes de propriedades convivendo numa mesma economia⁵.

O que há de comum em todas as posições aqui referidas é a hipótese da possibilidade de controle sobre o capital e a crença de que se podem criar espaços de autonomia (de aprendizagem social) paralelos ao livre desenvolvimento da lógica do capital, reservando-se esferas específicas de experiências institucionais alheias às leis gerais da autorreprodução do capital.

Quando não se observa em posições com esse conteúdo a expressão capitulação ao sistema do capital, verifica-se nelas a crença na possibilidade de se conquistar o socialismo através de reformas e controles sociais mais democráticos sobre o capital, a serem experimentados por meio da revalorização da política, sem que se leve em conta as determinações objetivas e imanentes do próprio funcionamento vital do sistema. Na medida em que, para Marx, a relação-capital é “uma relação de compulsão que não se apoia em quaisquer relações pessoais de dominação e dependência, mas surge simplesmente da diferença nas funções econômicas.”⁶, mantidas operantes as condições de sua reprodução material e intocada a “diferença das funções econômicas” na relação capital-trabalho, resta-nos atuar apenas nos limites absorvíveis pela relação dominante, mas jamais no sentido

⁵ Singer aponta para uma nova forma de organização de empresas, as quais deveriam “se submeter aos princípios do cooperativismo, particularmente da autogestão”, que imporiam restrições ao capital, agora sob a propriedade de trabalhadores e consumidores, e inibiriam a concentração do capital através do controle e regulação política por eles exercidos. (Singer, 2000:45-46) Também Bihr considera viável subtrair do sistema do capital espaços para produção anticapitalista com base na cooperação e não na competição, com o objetivo de recuperação gradual do controle sobre o processo de produção material pelos trabalhadores. Propõe uma estratégia cujo objetivo “é criar simultaneamente as condições de uma pressão transformadora sobre o capitalismo atual, para modificar suas regras do jogo em um sentido favorável aos trabalhadores, através de uma série de reformas; e as condições de uma ‘ruptura’ revolucionária posterior.” (Bihr,1999:224)

⁶ K. Marx. *Grundrisse*. Penguin Books, Harmondsworth, 1973, p. 426. (*apud* Mészáros:607/708).

Todas as referências bibliográficas de autores citados por Mészáros, aqui utilizadas, constarão em nota de rodapé, com a devida indicação da numeração de página do *Para Além do Capital*. Em todas as demais citações de autoria de Mészáros, para evitar a repetição do ano de publicação da obra (texto base de nossa investigação), optamos por indicar apenas o número de página entre parênteses. A primeira numeração refere-se à edição do original em inglês (Mészáros, 1995), vindo em seguida (separada por uma barra), a numeração da edição brasileira (Mészáros, 2002)

de sua superação.

Em última instância, transforma-se uma questão ontológica em uma questão de aperfeiçoamento do conhecimento de formas de administração, ainda que em favor das classes despossuídas, da relação capital-trabalho. Ao assim procederem, operam uma inversão hierárquica já apontada por Coutinho como idealista, que coloca a explicação epistemológica acima da investigação ontológica, ou seja, subordina-se a análise ontológica e as categorias objetivas do real às inovações prático-políticas, que, por último, encontram-se limitadas pelas determinações vitais do sistema do capital, mais do que nunca, totalizante e globalmente abrangente. (Coutinho,1972:184)

São raros os estudos, hoje, que levam em conta a necessidade de se entender o mundo por meio de uma investigação ontológica. Ou que, frente às derrotas históricas da luta pelo socialismo, não optem pela capitulação frente à ordem do capital, ou, ainda, adotem como pressuposto teórico a reconciliação ou convivência pacífica (a despeito dos conflitos “naturais” de interesses) entre o capital e trabalho. É nesse campo de investigação, no qual se visa captar a natureza genético-ontológica das categorias determinantes do sistema do capital, que se insere o estudo de Mészáros. Para Mészáros, todas essas propostas encontram-se comprometidas em sua origem, em razão do fundamento ontológico do sistema do capital – ser um modo de sociometabolismo incontrolável, e só existir com base na exploração de seu antagonista estrutural, o trabalho.

Em função disso, julgamos necessário investigar o modo de ser do sistema do capital, sua base ontológica, para podermos entender as “possibilidades” da política como um terreno objetivamente delimitado. A partir daí, poder-se-ia desvendar o verdadeiro papel do sujeito social numa sociedade que tem na alienação (*Entfremdung*) uma decisiva garantia a sua existência, e compreender até onde, e em que medida, a política poderia exercer sua função emancipatória no sentido de uma sociedade socialista.

Esse caminho teórico-metodológico não tem mobilizado muitos pesquisadores. Ao contrário, depois do desaparecimento do “mundo bipolar”, como alguns gostam de se referir ao principal resultado da derrocada do bloco soviético, é cada vez menor o número daqueles que encontram estímulo investigativo na condenação do sistema do capital, pois o capitalismo, agora, teria consagrado sua supremacia histórica, sem chance de existir qualquer formação social que o suplantasse. Nesse sentido, por um lado, a maioria dos investigadores pensa que todo esforço deve se voltar à atenuação

das injustiças e desigualdades que o caracterizam, a partir da ação política delimitada por seus pressupostos e no contexto da ordem possível; por outro, julga que se deve extrair de suas transformações produtivas mais recentes todo proveito aos trabalhadores. Qualquer outra atitude estaria condenada pelo anacronismo dos velhos paradigmas (leia-se: fundados em Marx).

Tendo sempre em foco compreender as velhas questões colocadas sobre o livre desenvolvimento da humanidade, considerado em todas as suas dimensões materiais e espirituais, ainda que isso signifique, para a maioria, colocar-se na contramão da história, preferimos recorrer à base teórica originada em Marx, à sua crítica à sociedade burguesa, através de um seu intérprete e atualizador – István Mészáros.

A afirmação sobre a incontrolabilidade do capital, sustentada por Mészáros, só pode ser compreendida como resultado de uma exaustiva elucidação das bases ontológicas do capitalismo, uma vez que o sentido de sua pesquisa é orientado pelo próprio real, sendo movido pela necessidade de se identificar as “conexões universais”, bem como as “sínteses concretas”⁷ caracterizadoras de uma totalidade historicamente determinada. Desse modo, a afirmação ontológica da incontrolabilidade do capital, de acordo com a profunda análise realizada por Mészáros sobre o modo de funcionamento real do sistema do capital, adquire um sentido de síntese.

A partir dessa abordagem genético-ontológica da produção e reprodução social sob o domínio do capital, o *Para Além do Capital*⁸ de Mészáros traz inovadoras contribuições para a compreensão do mundo atual, especialmente para o Serviço Social, que necessita não só compreender as causas dos males sociais, mas que pretende também combatê-las.

Por isso, é do maior interesse compreender profundamente as análises desenvolvidas no *Para Além do Capital*, em especial, a afirma-

⁷ Mészáros faz parte da mesma tradição filosófica inaugurada por Marx (sem desconsiderar a adoção crítica, feita por este, da dialética hegeliana), na qual a razão dialética e o “estudo genético-ontológico das categorias determinantes do social” constituem marcos definidores. Ver mais sobre a reprodução, no plano do pensamento, das determinações do próprio real em Coutinho (1972).

⁸ O título – *Para Além do Capital* –, de acordo com o prefácio redigido pelo autor, é portador de três significados: “ir além do *capital em si* e não meramente *além do capitalismo*”, ir além do projeto “inacabado” de O Capital de Marx, e do projeto marxiano “articulado sob as circunstâncias da ascendência global da sociedade de mercado no século XIX”. (xxi/45)

ção da incontrolabilidade do capital. Pois se Mészáros estiver certo grande parte da produção teórico-política mais recente perde seu fio condutor, qual seja, a possibilidade de democratização do capital e sua superação gradual a partir da construção de espaços de autonomia do trabalho no interior do próprio sistema dominante.

No decorrer do estudo, observamos que a questão da natureza incontrolável do capital estava sempre presente e inter-relacionada com os demais temas abordados por Mészáros, quando analisa o modo de controle sociometabólico hierárquico e explorador do capital. Optamos por reconstituir, sob uma nova organização sintética, as determinações essenciais, e as conexões causais, que explicitam a incontrolabilidade do capital, com base na leitura imanente do texto. O que exige um mergulho na sua estrutura categorial que vai muito além de sua mera apresentação lógico-formal.

O conteúdo deste livro expõe a reconstituição realizada dos fundamentos ontológicos da incontrolabilidade do capital, formulados por Mészáros, nas partes I, II e III do *Para Além do Capital*.⁹

Diante da conclusão a que chega Mészáros – da total impossibilidade de controle do capital e, com a saturação do sistema, da ameaça que isso representa para a sobrevivência da humanidade –, seu estudo aponta, a partir de Marx, para a necessidade de uma alternativa socialista. O que implica na superação radical do capitalismo, como único meio de se acabar com a exploração do trabalho, e, por conseguinte, de se ir para além do capital. Recupera a ideia marxiana da constituição de uma “nova forma histórica” que deve contemplar a reintegração da produção e do controle de todas as atividades da vida, a ser exercido pelos verdadeiros sujeitos da produção por meio da autoadministração dos produtores livremente associados.

De acordo com esses objetivos, Mészáros desenvolve as linhas gerais de uma teoria da transição para o socialismo que reivindica uma reformulação das estratégias originais de emancipação socialista, que se tornou necessária diante das mutáveis condições históricas dos últimos 150 anos.

⁹ Vale salientar que nossa investigação pretende reproduzir apenas uma das polêmicas teses formuladas por Mészáros dentre as demais existentes no *Para Além do Capital*. O livro é composto por quatro partes (com 20 capítulos), um apêndice e um índice onomástico, totalizando 1102 páginas.



CAPÍTULO 1 - CONCEPÇÃO MARXIANA DE CAPITAL, SEGUNDO MÉSZÁROS

1.1. Desenvolvimento Histórico do Capital ao Capitalismo

É de fundamental importância, para compreendermos a tese de Mészáros sobre a incontrollabilidade do capital e suas implicações para a reprodução social, que comecemos pelo seu conceito de capital e pelo modo como concebe o funcionamento do “sistema orgânico” do capital. Para Mészáros, há uma distinção fundamental entre capital e capitalismo: as experiências revolucionárias que marcaram o século XX seriam evidências de que a permanência do capital é totalmente possível em sociedades pós-capitalistas, em cujos processos de constituição as características definidoras do capitalismo tenham sido largamente alteradas. Como, também, se nos voltarmos aos séculos que antecederam a efetiva dominação global do capital sobre todas as atividades humanas, podemos encontrar formas primitivas transitórias de capital – o capital usurário e o capital comercial, já existentes desde a Antiguidade. Apoiando-se nos *Grundrisse* de Marx, Mészáros reconstitui o longo processo histórico de transformação dessas formas incipientes no capital dominante de hoje para enfatizar que “o capital ‘não é uma simples relação, mas um processo, em cujos vários momentos sempre é capital’ ”¹⁰. Em todo processo histórico-social, cada um dos momentos do capital se apresenta de forma variada, de acordo com as características das fases que marcam sua origem, desenvolvimento e maturidade plena. É esse processo que nos indica a progressiva constituição de sua natureza e o grau de

¹⁰ K. Marx. *Grundrisse*, Penguin Books, Harmondsworth, 1973, p.258-259. (*apud* Mészáros:609/711)

controle que passará a exercer na produção social. Para Marx o

“capital comercial é apenas capital circulante, e capital circulante é a primeira forma de capital; na qual ele *ainda não se tornou de modo algum o fundamento da produção*. Uma forma mais desenvolvida é *capital dinheiro, e juro dinheiro*, usura, cuja aparência independente pertence do mesmo modo a um estágio anterior.”¹¹”

O capital, portanto, existe muito antes de sua forma capitalista, como também “todos os aspectos da forma plenamente desenvolvida do capital – incluindo a mercantilização da força de trabalho, que é o passo mais importante para alcançar a forma mais desenvolvida, a capitalista – apareceram em algum grau na história muito tempo antes da fase capitalista, em alguns casos, até milênios antes.”(603/703)

O fato de Mészáros afirmar esta distinção entre capital e capitalismo, contudo, não o leva, de modo algum, a negar que, enquanto capital, ele mantenha, em todas as suas fases, desde a mais primitiva até a pós-capitalista, a sua natureza mais profunda. Isso não quer dizer, para nosso autor, que seja a-histórico, mas que a “invariabilidade do capital” se refere à sua natureza e às suas determinações mais essenciais, mas não ao modo e às formas de existência adotadas historicamente. Ele cita Marx (“‘A natureza do capital permanece a mesma tanto em sua forma desenvolvida como na subdesenvolvida’”), para demonstrar que a permanência da natureza mais profunda do capital não implica na ahistoricidade. Pelo contrário, em suas palavras, afirma que isto “não é absolutamente uma sugestão de que o capital possa fugir às restrições e limites da história, inclusive à delimitação histórica de seu período de vida”. Tal historicidade, sabemos, corresponde ao “quadro de uma ontologia social dialética de fundamentação objetiva, que não deve ser confundida com as tradicionais variedades teológicas ou metafísicas da ontologia.” (112-113/184)

Nesse sentido, para Mészáros,

“O papel socialmente dominante do capital em toda a história moderna é óbvio. No entanto, é necessário explicar como é possível que, sob certas condições, uma dada ‘natureza’ (a natureza do capital) se desdobre e se realize de acordo com sua natureza objetiva, com suas potencialidades e limitações inerentes seguindo suas próprias leis internas de desenvolvimento (apesar até dos antagonismos mais violentos com as pessoas negativamente afetadas por seu modo de funcionamento), desde a forma subdesenvolvida até a forma da maturidade.” (113/184)

¹¹ K. Marx. *Grundrisse*, p.253. (*apud* Mészáros:nota 105 – 609/nota 16 - 711)

Essas leis internas de desenvolvimento próprias à natureza mais profunda do capital é que vão indicar sua linha de continuidade e apontar “os limites relativos e absolutos dentro dos quais o poder sempre historicamente ajustado do capital se afirma transhistoricamente através de muitos séculos”. (113/185) Compreender essa dialética objetiva do histórico e transistórico implica também, de acordo com a análise de Mészáros, em conceber o processo de constituição da forma capitalista do capital como resultado de um longo processo cumulativo, não uniforme, de suas “formas de dominação historicamente precedentes”, tais como a família, o controle do processo de trabalho, as instituições de intercâmbio, as formas políticas de dominação, etc., as quais se “fundiram num novo sistema poderoso e coerente”. (133-134/207) Metodologicamente, temos aqui algo decisivo: trata-se de explicar o capital pelo seu processo histórico-genético, com o que nosso autor rejeita todas as tentativas burguesas de explicar o mundo “do ponto de vista do sistema do capital já desenvolvido” ou, então, de fundamentar uma “apologética eternizadora do capital”, segundo a qual “a dominação em si [seria] ‘natural’ e insuperável.” (137/211)

A história do desenvolvimento do capital, de suas fases mais primitivas até hoje, indica, conforme Mészáros, que o capital é um modo de controle e não um título legal de controle. (368/450) Expressa-se na propriedade constitucionalmente assegurada, mas não tem nela sua origem. Não se pode tratá-lo como uma “*entidade material*” ou “um *mecanismo* igualmente *neutro*” que possa estar na posse de um ou outro indivíduo aleatoriamente, pois o capital “é sempre uma relação social”. (717/837) Uma relação social fundada no trabalho social, no trabalho assalariado, cujo requisito histórico foi a completa separação – a quebra da unidade – do trabalho vivo e as condições objetivas de sua atividade produtiva. O capital encontra sua base de existência sobre a sujeição do trabalho vivo, ao mesmo tempo em que só pode apresentar-se como a contrapartida - como trabalho acumulado, objetivado e alienado - , do sujeito que trabalha. Ainda, segundo Mészáros,

“De fato, esta separação alienada e – em relação ao sujeito que trabalha – implacavelmente dominadora/’adversa’ constitui a própria essência do capital como um modo de controle social. Assim, nenhum economista político ou filósofo que se identifiquem com o ponto de vista do capital pode concebivelmente divisar a reconstituição da unidade em questão, já que esta última *ipso facto* implicaria não apenas terminar com a dominação do capital sobre a sociedade, mas simultaneamente também a liquidação do ponto de vista a partir do qual eles constroem seus sistemas teóricos.” (351-352/431)

O modo de controle instituído pelo capital só pôde se desenvolver quando transformou/submeteu todo trabalhador ao assalariamento, uma vez que este passou a se defrontar, na sociedade de mercado, “com o mais absurdo de todos os dualismos concebíveis: a oposição entre os *meios* do trabalho e o próprio trabalho *vivo*.” (352/432) Essas condições objetivas passam a “enfrentar o trabalho como poderes estranhos, *independentes*, como valor – (trabalho objetivado) – para o qual o trabalho vivo não passa de um meio de sua própria preservação e expansão.”¹²(607/708) O dinheiro surge como a mediação necessária entre mercadorias que se trocam no mercado. Pois “‘o dinheiro não pode se tornar capital sem ser trocado por capacidade de trabalho como uma mercadoria vendida pelo próprio trabalhador’”. E, ainda, segundo Marx¹³, o

“capital é apenas uma *coisa* tal como o dinheiro o é. No capital, tal como no dinheiro, *relações sociais definidas entre pessoas* são expressas *como a relação de coisas* com pessoas, ou conexões sociais definidas aparecem como *características sociais naturalmente pertencentes a coisas ...*” (607/708)

A forma burguesa de mistificação da verdadeira essência da reprodução social coloca o capital como o efetivo produtor da riqueza e regulador do sociometabolismo. Mészáros chama a atenção para o círculo vicioso que se cria na auto-justificação do capital como o único elemento produtivo, que, no entanto, não tem como prescindir do trabalho vivo como a substância do trabalho acumulado que lhe dá origem:

“A questão é que, sem entender a *perversa circularidade* do sistema do capital – mediante a qual o trabalho sob a forma de trabalho *objetivado, alienado*, se torna capital e, como *capital personificado*, enfrenta e domina o trabalhador – não há como escapar do círculo vicioso da auto-reprodução ampliada do capital como o modo mais poderoso de controle sociometabólico jamais conhecido na história. (...) para ser capaz de romper o círculo vicioso do capital como forma de controle sociometabólico, é necessário enfrentar o fetichismo do sistema em sua forma plenamente desenvolvida.”(606-607/707-708)

É do próprio trabalho vivo que vem a força histórica do capital. Nesse sentido, para Mészáros,

“do ponto de vista do capital visto como modo de controle, a questão im-

¹² K Marx. *Economic Works*: 1861-1864, *MECW*, vol.34, p.413. Itálico de Marx.

¹³ K.Marx, (*ibidem*:413/708).

portante não é a sua forma contingente, é a necessidade de uma expropriação da mais-valia *que-assegure-a-acumulação*. De uma forma ou de outra, sua forma contingente deve ser modificada – mesmo nos parâmetros estritamente capitalistas – no curso da inexorável auto-expansão do capital, de acordo com as variações de intensidade e escopo da acumulação de capital possível na prática sob as circunstâncias históricas dadas.” (368/451)

A relação da dimensão transistórica (*transhistorical*) de sua natureza mais profunda com suas formas historicamente particulares pode ser, agora, melhor compreendida.

1.2 Personificações do Capital e o Comando sobre o Trabalho

Para Mészáros, o capital, enquanto modo de controle metabólico social, adquire sua força e continuidade não por estar concentrado nas mãos de uma ou mais unidades privadas ou estatais, mas por fazer parte do próprio modo como se estrutura a ordem social. Seu domínio sobre o trabalho não se sustenta numa relação de titularidade legal ou jurídica, mas sobre a apropriação da mais-valia e, para isso, tem que exercer seu “poder determinante do processo sociometabólico, materialmente encastoadado, incorrigivelmente hierárquico e orientado-para-a-expansão” sob todas as circunstâncias históricas. (493) Nesse sentido,

“a questão da dominação do capital sobre o trabalho, junto com as modalidades concretas de sua superação, devem ser tornadas inteligíveis em termos das *determinações material-estruturais* das quais emergem as mutáveis possibilidades de intervenção pessoal no processo de reprodução social. Pois, por mais paradoxal que possa parecer, o poder objetivo de tomada de decisão, e a correspondente autoridade não-escrita (ou não formalizada) do capital na qualidade de modo de controle real, *precede* a autoridade estritamente delegada (isto é, os imperativos objetivos do próprio capital estritamente delegados e apenas contingentemente codificados) dos próprios capitalistas.”(368/451)

É esta afirmação de Mészáros, sobre a permanência da natureza mais profunda do capital, enquanto determinante do metabolismo sócio-histórico pela mediação da gênese, desenvolvimento e desaparecimento de suas formações histórico-particulares, que lhe abre espaço para a conclusão segundo a qual não é uma decisão individual e parcial, sem alteração das *determinações material-estruturais* do sistema do capital, que poderá contrapor-se ao modo de metabolismo prevalecente. O círculo vicioso da relação capital-trabalho é uma condição inexorável de sua autorreprodução; possui uma lógica autorreferente que *precede* a vontade do capitalista, e se impõe

sobre o trabalhador por meio de formas mutáveis de dominação. A dominação hierárquica e totalizante que exerce sobre o trabalho é uma condição ineliminável desse modo de controle metabólico. Enquanto permanecerem as condições materiais dessa dominação não desaparecerá o capital, e isso se aplica a todos os tipos de sociedade capitalista ou pós-capitalista, como insiste Mészáros.

Essa relação de dependência recíproca – o que não quer dizer equilibrada, pois o capital só existe por conta da exploração do trabalho, enquanto este pode manter sua atividade produtiva independente dele, como já ocorreu na história e pode novamente se apresentar como forma alternativa de sociabilidade – é imanente ao modo de controle metabólico do capital e encontra-se fundada nas diferentes, mas nunca intercambiáveis, funções desempenhadas pelo trabalho (produtor de mais-valia), e pelo capital (apropriador de mais-valia). Mészáros cita Marx¹⁴, para quem a relação-capital constitui “uma *relação de compulsão*, cuja finalidade é extrair o trabalho excedente (...) – é uma relação de compulsão que não se apoia em quaisquer relações pessoais de dominação e dependência, mas surge simplesmente da diferença nas funções econômicas. (...)” Tal dependência não se funda na decisão pessoal de um ou outro sujeito envolvido nessa relação (capitalistas e trabalhadores), é uma condição que atua acima de suas cabeças, enquanto persistir a base material de exploração do trabalho, e a separação do trabalhador do controle das condições e produtos da produção. (607/708)

Para que o capital possa cumprir sua função de controle do sociometabolismo, não basta submeter o trabalho: tem que garantir o exercício do total *comando sobre o trabalho*. Mészáros ressalta que

“naturalmente, as modalidades pelas quais este comando pode e deve ser exercido estão sujeitas às mudanças históricas capazes de assumir as formas mais desconcertantes. Mas a *condição absoluta* do comando objetivado e alienado sobre o trabalho – exercido de modo indivisível pelo capital e por mais ninguém, sob quaisquer que sejam suas formas realmente existentes e possíveis – deve permanecer sempre. Sem ela, o capital deixaria de ser capital e desapareceria da cena histórica.” (609/710)

Argumenta nosso autor que mesmo nas experiências revolucionárias das sociedades pós-capitalistas, a despeito de todo discurso em contrário, essa *condição absoluta* de comando do capital sobre o trabalho prevaleceu sobre as tentativas iniciais de autoadministração dos trabalhadores. O poder do capital afirmou-se por meio de

¹⁴ K. Marx. *Economic Works: 1861-1864, MECW*, vol.34, p.426. Itálicos de Marx.

novas modalidades de comando, inviabilizando qualquer alternativa de poder compartilhado, ou, por fim, integralmente assumido pelo trabalho. É nesse sentido que Mészáros afirma que o “trabalho pós-revolucionário, no seu modo imediatamente viável de existência (...) permanece diretamente atado à substância do capital, isto é, à existência material como a determinação estrutural vigente do processo de trabalho, e não à sua forma historicamente contingente de personificação jurídica.”(493/600)

Isto posto, Mészáros passa a explorar a relação entre a divisão do trabalho e o capital. Seu ponto de partida são as considerações de Marx segundo as quais o comando sobre o trabalho traz consigo uma série de consequências para o próprio trabalho. Uma delas é a gênese e desenvolvimento do trabalho combinado, que para Marx¹⁵ implica em

“trabalho reunido dos diferentes trabalhadores juntos [*violentemente*] combinados, e não [voluntariamente] combinados uns com os outros. A combinação deste trabalho aparece tão só como subserviente e conduzida por uma *vontade e inteligência estranhas* – tendo a sua *unidade viva* em algum outro lugar –quanto a sua unidade material aparece como subordinada à *unidade objetiva* da *maquinaria* (...).”(837/971)

Desse modo, conforme Marx¹⁶, o trabalhador se relaciona com

“seu próprio trabalho como uma expressão da sua vida que, embora lhe pertença a ele, é alheio a ele e dele é roubado. ... *Capital*, portanto, é a existência do trabalho social – a combinação do trabalho *como sujeito e também como objeto* – mas *esta existência existe independentemente e oposta a seus momentos reais* –consequentemente, ela própria é uma existência particular isolada deles. Por sua parte, o capital aparece, então, como o *sujeito predominante* e dono do *trabalho alienado*, e sua relação é ela própria uma *contradição* tão completa como o é a do trabalho assalariado.”(837/972)

O comando do capital sobre o trabalho opera, assim, uma “subversão” da relação sujeito-objeto. Não porque, de fato, o capital possa ser considerado como o efetivo sujeito da produção, uma vez que é apenas trabalho acumulado e não possui nenhuma existência independente do trabalhador alienado de seus meios de produção (os quais, por sua vez, são apenas trabalho anterior objetivado). Mas porque, na relação de dominação que estabelece com o trabalho

¹⁵ K. Marx. *Grundrisse*, Penguin Books, Harmondsworth, 1973, p.p 470-471.

¹⁶ K. Marx, (*ibidem*:470-471).

alienado, usurpa do sujeito real da produção todo poder de decisão e substitui as necessidades humanas conscientemente definidas por seus “próprios ditames e imperativos materiais cegos” de autovalorização. (352/432) Entre tais ditames e imperativos materiais cegos está seu critério de produtividade, sempre orientado, de acordo com Marx¹⁷, pela “ ‘*compulsão de produzir o trabalho excedente, trabalhar além das necessidades imediatas do indivíduo*’ ”. (130/203) Nesse contexto, como diz Marx¹⁸, “ ‘o processo de trabalho em si apenas aparece como um *meio* para o *processo de valorização*, assim como o valor de uso do produto aparece como veículo de seu valor de troca.’ ”(129-130/203) Desaparece assim a prioridade da necessidade humana e da correlativa produção de valores de uso e, junto com elas, o poder de decisão dos trabalhadores sobre o conjunto de sua atividade sócio-produtiva.

O sujeito que trabalha, indispensável para a produção de riqueza, aparentemente deve ser um sujeito livre e soberano para que possa participar do acordo contratual concebido pelas relações burguesas. Mas, na “oficina despótica”, que funciona “sob a absoluta autoridade do pseudo-sujeito usurpador, o *capital*, (...) transforma o sujeito real, o trabalhador, em um mero dente da engrenagem da máquina produtiva do sistema do capital.” (349/428) Ele se transforma de sujeito real da produção em um objeto manipulável pelo capital.

E o capital, enquanto novo sujeito, não é mais livre que o próprio trabalhador que submete à sua lógica¹⁹. Ao capitalista – a personificação do capital – resta apenas demonstrar sua competência enquanto realizador dos desígnios acumulativos e expansionistas do capital. Para isso é de suma importância que o sujeito real da produção (o trabalhador), por isso mesmo imprescindível à produção, reconheça o comando do pseudo-sujeito – o capitalista. Nas palavras de Mészáros:

“o capital precisa de personificações que façam a mediação (e a imposição)

¹⁷ K. Marx. *Economic Manuscripts of 1861-63, MECW*, vol.34. p.p 122. Itálicos de Marx.

¹⁸ K. Marx, (*ibidem*. 398-399). Itálicos de Marx.

¹⁹ Para Marx, a “autovalorização do capital (criação de mais-valia) é (...) o objetivo determinante, dominante e subjugante do capitalista, força motriz absoluta e conteúdo de sua ação (...). Este é um conteúdo totalmente miserável e abstrato, que faz o capitalista parecer tão subjugado à relação do capital quanto o trabalhador no extremo oposto, ainda que sob um ângulo diferente.” K. Marx, (*ibidem*. 398-399). Itálicos de Marx. (*apud* Mészáros:129-130/203)

de seus imperativos objetivos como ordens conscientemente exequíveis sobre o sujeito real, potencialmente o mais recalcitrante, do processo de produção. (As fantasias sobre a chegada do processo de produção totalmente automatizado e sem trabalhadores são geradas como a eliminação imaginária deste problema.)”(66/126)

As decisões a serem tomadas pelo capitalista – a personificação do capital – têm sua fundamentação em uma “consciência atribuída a este sujeito (...) localizada *fora* da cabeça dos tomadores de decisão particulares”. (612/714)

“Não importa o quanto sejam desconcertantes as formas pelas quais as personificações do capital controlam o processo objetivo de reprodução; elas o controlam *em favor do próprio capital*. Por isso, não devem ser concebidas equivocadamente como sujeitos do processo sociometabólico ‘em cujos vários momentos’ o capital em si é o *sujeito em comando* real (por mais perversamente reificado), permanecendo ‘sempre capital’, mesmo em suas instâncias personificadas.” (619/723)

O fato do capitalista estar no comando, portanto, significa que se submete, rigorosamente, aos imperativos objetivos de um sistema que gera valor sem ser valor e que está intrinsecamente determinado pela, já referida, “*perversa circularidade* do sistema do capital”. (606/707) É nesse sentido, e apenas nesse, que Mészáros faz referência, logo no início da obra (cap.2), ao sistema do capital como um “sistema de controle sem sujeito” (“*subjectless system of control*”). Pois, segundo ele,

“como um modo de controle sociometabólico, o sistema do capital é singular na história também no sentido em que é, na verdade,, um sistema de controle *sem sujeito*. As determinações e os imperativos objetivos do capital sempre devem prevalecer contra os desejos subjetivos - para não mencionar as possíveis reservas críticas - do *pessoal* controlador que é chamado a traduzir esses imperativos em diretrizes práticas. É por isto que as pessoas que ocupam os altos escalões da estrutura de comando do capital - sejam eles capitalistas privados ou burocratas do partido - só pode ser consideradas ‘personificações do capital’, independente do maior ou menor entusiasmo, como indivíduos particulares, ao pôr em execução os ditames do capital. Neste sentido, graças à estrita determinação de sua margem de ação pelo capital, os próprios atores [*agents*] humanos como ‘controladores’ do sistema estão sendo de modo geral *controlados* e, portanto, em última análise, não se pode afirmar a existência de qualquer representante humano auto-determinante no controle do sistema.” (66/125-126)

O que está em questão não é se as decisões necessárias ao funcionamento contínuo do sistema são ou não tomadas pelas personificações do capital, mas se essas controlam o sistema ou, pelo contrário,

são controladas pelas “exigências fetichistas do sistema do capital enquanto tal”. Mészáros não tem dúvidas de que esta última alternativa é a correta, nem que, sob a dominação do capital, “Esse modo peculiar de *controle sem sujeito* (...) é inevitável devido à separação radical entre *produção* e *controle* no âmago deste sistema.” (66/126)

Essa contradição entre sujeito e objeto, que destitui do verdadeiro sujeito as decisões sobre sua atividade, e por fim, sobre a constituição de sua própria história, utiliza-se das personificações do capital, e personificações do trabalho, para garantir a continuidade da valorização do capital. Não se trata de mera mistificação ideológica das desiguais relações econômicas, mas da necessidade objetiva de dominação de um trabalho reduzido a trabalho abstrato. Tal contradição é imanente à compulsão do capital à expansão – à sempre crescente extração do trabalho excedente – e, junto a esses requerimentos objetivos, temos a ineliminável submissão da subjetividade, totalmente alienada, reificada, e em confronto com sua humanidade. Uma vez mais, Mészáros se apoia em Marx²⁰ :

“O reproduzido e novamente produzido é, não apenas o *ser* dessas condições objetivas do trabalho vivo, mas *seu ser como alheio* ao trabalhador, tal como confronta sua capacidade de trabalho vivo. As condições *objetivas* do trabalho ganham uma existência *subjetiva* contrária à capacidade de trabalho vivo – o *capital* dá origem ao *capitalista*.”(619/723)

A personificação do capital, enquanto “‘valor egoísta’ – com sua subjetividade usurpada e pseudopersonalidade – que persegue sua própria autoexpansão”, pode assumir a imagem do capitalista ou do burocrata de partido (“equivalente pós-capitalista ao antigo sistema do capital”). Como, também, a personificação do trabalhador – trabalho “destinado a entrar numa relação de dependência ou contratual/econômica ou politicamente regulada com o tipo historicamente prevalecente de capital” – pode ser alterada na forma do trabalhador capitalista ou do trabalhador socialista. (617/720-721) O que importa, aqui, é desvelar a verdadeira relação causal que vai do capital à sua personificação e a permanente instabilidade de um sistema fundado no insuperável antagonismo estrutural com o trabalho. Para Mészáros, “em todo contexto em que Marx se dirige a estes problemas ele deixa claro que *a relação causal vai do capital ao capitalista*, e não o contrário.” (619/723)

Cabe ainda acentuar que os antagonismos que emergem dessa

²⁰ K. Marx. *Economic Works: 1861-1864*, p.245. Itálicos de Marx.

situação não se restringem apenas ao trabalho, mas se estendem também aos capitalistas particulares:

“os capitalistas particulares como os trabalhadores individuais (...) funcionam apenas como *personificações* do capital e do trabalho e têm de sofrer as consequências de dominação e subordinação implícitas na relação entre as personificações particulares e o que está sendo personificado. A lei do valor, por exemplo, que regula a produção do valor excedente, ‘parece infligida pelos capitalistas uns sobre os outros e sobre os trabalhadores – e, por isso, aparece de fato apenas como uma lei do capital atuando contra o capital e contra o trabalho.’”²¹(130/203)

1.3 Exigências Reprodutivas do Sistema Orgânico do Capital

É esse complexo de determinações que particulariza – na história universal - tal dependência e antagonismo estruturais do capital e do trabalho abstrato, não havendo qualquer possibilidade da existência de cada um em separado. E, mais ainda, é com base nessa mesma contraditoriedade que o sistema do capital alimenta suas energias expansionistas, constituindo um sistema orgânico²² que afirma a si próprio como um processo de reprodução ampliada do capital. Tal sistema orgânico integra as “características definidoras essenciais de todas as possíveis formas do sistema do capital”, e, no seu interior, “as formas particulares de personificação do capital podem variar consideravelmente, contanto que as formas assumidas se moldem às exigências” fundamentais desse sistema orgânico: “a mais elevada extração praticável do trabalho excedente por um poder de controle separado”; e “um processo de trabalho conduzido com base na subordinação estrutural hierárquica do trabalho aos imperativos materiais da produção orientada para a acumulação – ‘valor sustentando-se a si mesmo’ (Marx)²³”. (668/781) Tais exigências reprodu-

²¹ K. Marx. Economic Manuscripts of 1861-1863, MECW, vol. 34. p.460.

²² Mészáros cita Marx para definir sistema orgânico: “Enquanto no sistema burguês completo toda relação econômica pressupõe cada uma das outras em sua forma econômico-burguesa, e tudo que é posto é, portanto, também um pressuposto, o mesmo acontece com todo sistema orgânico. Este mesmo sistema orgânico, como totalidade, tem seus pressupostos, e seu desenvolvimento para a sua totalidade consiste precisamente em subordinar todos os elementos da sociedade a si mesmo, ou em criar os órgãos de que ainda carece. Historicamente é assim que ele se torna uma totalidade.” K. Marx. *Grundrisse*, p. 278. Itálicos de Marx. (*apud* Mészáros: 621/725)

²³ K. Marx. MECW, vol.34, p.413.

tivas, se atendidas, assegurariam a possibilidade da permanência do capital mesmo em sociedades que se afirmam “socialistas”. Por isso, para Mészáros é mais apropriado chamá-las de pós-capitalistas, pois se o capital dá origem ao capitalista, aquele não desapareceria com este. Pela mesma razão, apenas visar eliminar o antagonismo estrutural do sistema, “enquanto seu processo dinâmico de reprodução for objetivamente sustentado”, como tentaram as propostas de “capitalismo do povo” ou a estratégia da acomodação e capitulação socialdemocrata, resultou em completo fracasso no que se refere à superação do capital. (610/713)

Dentro desse quadro de referência estrutural, o sistema do capital “nada tem a temer do conflito”. Ao contrário, de acordo com nosso autor, “ele viceja nos conflitos e contradições, mesmo entre a pluralidade de capitais, fortalecendo-se pela afirmação de seu poder e comando sobre o trabalho no transcurso da reprodução do profundo antagonismo estrutural (...) e seu sistema orgânico.”(610/713) O que poderia parecer sinal de vulnerabilidade do sistema a ser aproveitado por projetos alternativos de controle do sociometabolismo constitui apenas a base de sua afirmação, enquanto um sistema orgânico. Pois o que expressa a natureza desse sistema orgânico é exatamente a integridade de sua totalidade, o que, para Mészáros (citando Marx²⁴), significa que “ ‘como uma totalidade, tem seus pressupostos, e seu desenvolvimento para a sua totalidade consiste precisamente em subordinar todos os elementos da sociedade a si mesmo’ ”. (621/725)

Qualquer tentativa de quebrar seu antagonismo com o trabalho, ou de se instituir um controle sobre apenas parte de seu sistema orgânico, sem que junto a isso se reestruture alternativamente toda a lógica reprodutiva do sistema - o que implica criar “um novo ‘sistema orgânico’ – genuinamente socialista e sustentável” (621/726) -, só pode resultar em fracasso, ou em mistificação reformista.

Não nos esqueçamos que a substância do capital revela-se exatamente no exercício de um poder e controle determinantes, “materialmente encastrado, incorrigivelmente hierárquico e orientado-para-a-expansão do processo sociometabólico”. (493/600) Esses pressupostos devem vigorar simultaneamente, pois, de outra forma, inviabilizariam o próprio sociometabolismo como hoje é constituído. Sua dinâmica expansiva que é a “real força motriz” do sistema. É ela que impõe ao capital a busca ilimitada de desenvolvimento e

²⁴ K. Marx. *Grundrisse*, p.278.

exige o seu controle absoluto sobre a totalidade social. Diante da necessidade econômica objetiva de incessante acumulação e crescimento expansivo se fundamenta a impossibilidade do capital abrir mão do (ou mesmo atenuar o) controle totalizante que exerce sobre seu antagonista estrutural, pois só assim lhe pode impor um grau sempre superior de produção de trabalho excedente.

Este imperativo de acumulação e expansão vai muito além da “variedade *capitalista* do sistema do capital”, e, por conseguinte, da “motivação (natural) do lucro” do capitalista individual. Na verdade, a “motivação do lucro” é a consequência e não a causa das “determinações internas do sistema”. Por essa razão,

“o imperativo da expansão dirigida-para-a-acumulação pode ser satisfeito em circunstâncias socioeconômicas diferentes, não apenas sem a subjetiva ‘*motivação do lucro*’, mas até mesmo sem a exigência objetiva de *lucro*, que vem a ser uma necessidade absoluta apenas na variedade *capitalista* do sistema do capital. A exigência de *acumulação* não deveria ser confundida com a necessidade de *lucro*.” (780/906)

A acumulação do capital, ao encontrar disponíveis as condições necessárias (1. “a *separação* e *alienação* das *condições objetivas* do processo de trabalho do próprio trabalho”; 2. “a *imposição* de tais condições *objetivadas* e *alienadas* sobre os trabalhadores como um poder separado que exerce *comando sobre o trabalho*”; 3. “a *personificação do capital* como ‘*valor egoísta*’”; e, 4. “a equivalente *personificação do trabalho*”) da relação-capital, não necessitou do capitalista ou da necessidade do lucro para assumir a forma histórica da “acumulação socialista”, baseada na “extração politicamente controlada de trabalho excedente”, como ocorreu nas economias dos países do bloco soviético. (617/720) Situação essa possível no passado, e no futuro, na medida em que, como nos alerta Mészáros, não é impossível que haja uma

“reversão profunda dos eventos por meio dos quais o sistema do capital em crise profunda – cuja administração exija uma maior intervenção estatal cada vez maior – seja forçado a adotar um (ou vários) modo de reprodução, no qual se reduza significativamente o espaço para a função controladora da ‘*motivação do lucro*’ pessoal.” (780/906)

Em suma, o capital encontra as maneiras mais variadas de contornar as dificuldades históricas impostas ao seu livre desenvolvimento expansionista, não importando por quais metamorfoses tenha que passar, ou quais formas políticas tenha que adotar. As tentativas históricas de alteração da relação-capital, seja por meio da intervenção

política socialdemocrata direta, seja pela extração política do trabalho excedente da reprodução ampliada socialista, não tiveram sucesso, entre outras razões, porque, no primeiro caso, focalizaram as transformações na esfera da negociação política e no poder compartilhado com o capital, e, no segundo caso, sem alterar a substância da base material do sistema de acumulação, fizeram uso do domínio político do Estado sobre o trabalhador socialista para submetê-lo a novas formas de exploração. O resultado não poderia ser de outra natureza, segundo a análise de Mészáros, uma vez que, para ele,

“a dominação do capital sobre o trabalho é de caráter fundamentalmente *econômico*, não político. Tudo o que a política pode é fornecer as ‘garantias políticas’ para a continuação da dominação já materialmente estabelecida e enraizada estruturalmente. Conseqüentemente, a dominação do capital não pode ser quebrada no nível da política, mas apenas as garantias de sua organização *formal*.” (472/576)

Mészáros afirma, assim, que para os desafios históricos da transição para o socialismo, a necessidade primordial é quebrar, nas palavras de Marx ²⁵, “‘a dominação econômica do capital sobre o trabalho’”, e todas as condições que a sustentam. (472/576) Exercer permanentemente o *comando objetivado e alienado sobre o trabalho*, de acordo com a análise desenvolvida por Mészáros, é uma “condição crucial para a existência e funcionamento do capital”. Tal “comando” só pode ser “exercido de modo indivisível pelo capital e por mais ninguém, sob quaisquer que sejam suas formas realmente existentes e possíveis (...). Sem ela, o capital deixaria de ser capital e desapareceria da cena histórica.” (609/710) A necessidade de se quebrar a dominação econômica do capital implica, por outro lado, em eliminar igualmente as condições requeridas à dominação sobre o trabalho, pois do contrário, o capital reapresenta-se através da habilidade de

“mudar prontamente a *forma do seu domínio* enquanto estas quatro condições básicas [mencionadas acima] não forem radicalmente superadas pela formação de um *sistema orgânico* alternativo, genuinamente socialista.”(617/721)

Para nosso autor, portanto, não se tem como contornar, na perspectiva de uma alternativa radical à dominação do capital sobre o trabalho, tal ordem de problemas e tal lógica de acumulação e expansão. Não há lugar para propostas de controle progressivo e gradual, pois como diz Mészáros, seu poder é exercido de “modo indi-

²⁵ K. Marx. *The Civil War in France*, Foreign Languages Press, Peking, 1966, p.229.

visível”. Mesmo se tratando de “assuntos de menor importância”, é inexorável a necessidade de superar o capital em todos os seus aspectos, pois, “caso contrário o seu modo de reprodução socio-metabólico que a tudo domina” inevitavelmente se autorreconstitui. Essa capacidade de autorreconstituição está vinculada ao

“processo de autoconstituição circular do capital e [à sua] auto-reprodução ampliada em sua forma mais desenvolvida. Qualquer tentativa de ganhar controle sobre o capital tratando-o como uma ‘coisa material’ ligada a uma ‘relação simples’ com seu proprietário privado – em vez de instituir uma alternativa sustentável ao seu processo dinâmico ‘em cujos vários momentos ele nunca deixa de ser capital’ – pode apenas resultar em fracasso catastrófico.” (609-610/712)

Como já visto acima, “o capital ‘não é uma simples relação, mas um *processo*, em cujos vários momentos sempre é capital. (...) a troca não permaneceu inalterada com a colocação formal de valores de troca, mas avançou necessariamente para a sujeição da própria produção ao valor de troca.”²⁶ Sem o reconhecimento de seu poder auto-constituente, que ultrapassa toda jurisdição legal que se lhe pretenda impor, não há possibilidade de sucesso em sua superação, muito menos no que se refere à restituição do “poder alienado de comando sobre o trabalho ao próprio trabalho”. (609-610/711)

Mészáros cita Marx²⁷ para descrever o processo original de auto-constituição do capital:

“o processo no qual dinheiro ou valor-para-si-mesmo originalmente se torna capital pressupõe a *acumulação primitiva* pelo proprietário do dinheiro ou das mercadorias, que ele alcançou ainda como um *não-capitalista*, quer seja pela economia ou pelo seu próprio trabalho, etc. Portanto, apesar de os pressupostos para a transformação do dinheiro em capital aparecerem como *pressupostos* dados e externos para a emergência do *capital*, tão logo se transforma em capital, o capital cria seus próprios pressupostos, a saber, a posse das condições reais para a criação de novos valores sem *troca* – pelo seu próprio processo de produção. Estes *pressupostos*, que originalmente aparecem como pré-requisitos de seu dever, e que, portanto, não poderiam surgir de sua *ação* como *capital*, agora aparecem como resultados de sua própria realização, como realidade, como originados por ele, não como *condições de sua emergência*, mas como *resultados de seu próprio ser*.”(609/711)

Para Mészáros, é “assim que o capital se torna verdadeiramente

²⁶ K. Marx. *Grundrisse*, p.258-259. Itálicos de Marx.

²⁷ K. Marx. *Economics Works: 1861-1864*, p.235. Itálicos de Marx.

causa sui ('sua própria causa'), reproduzindo-se como um poder que deve ser transcendido em *todos* os seus aspectos devido precisamente ao seu poder auto-constituente (...) de *causa sui*."(609-610/711)

1.4. Contradições Imanentes e a Natureza de *Causa Sui*

O capital só pôde atravessar os séculos ("cujas origens remontam pelos menos à Antiguidade grega e romana") e evoluir para sua forma mais desenvolvida e universal por operar eficientemente essa circularidade autorreferente, não poupando recursos para deslocar todas as barreiras colocadas no caminho de seu imperativo de expansão, sejam barreiras naturais, culturais ou nacionais. (610/712)

O capital enquanto *causa sui* não significa cancelar sua imanente contraditoriedade. Pelo contrário. Ao constituir-se como *causa sui*, não faz mais que expressar, em um novo patamar, a contradição entre o fato de ser uma criação humana e de procurar substituir os próprios homens enquanto sujeitos imediatos da história. Nesta dimensão, por tratar-se de uma relação entre o capital e seu antagonista estrutural, o trabalho, bem como por necessitar da subjetividade de suas personificações individuais para a execução de sua vontade alienada e autoimposta, superar as barreiras ou limites devidos a cada circunstância histórica implica em problemas econômicos e políticos de toda ordem. Em primeiro lugar, tem que se afirmar sobre essas subjetividades, não apenas *sobre* sua força de trabalho, mas também *como* uma "multiplicidade de capitais", em permanente conflito com o trabalho e entre suas personificações particulares, motivadas pela concorrência. Apesar de todo arsenal ideológico utilizado para perpetuar a submissão, o trabalho historicamente a ela resistiu com os meios a seu alcance (desperdício de material, danificação de maquinário, lentidão na produção, greves brancas, etc.). Por isso, o capital constantemente tem que atualizar seus mecanismos de imposição e vigiar as formas de manifestação do trabalho recalitrante para poder garantir a continuidade da ordem estabelecida. O que determina a instabilidade desse poder autoritário e hierárquico do capital sobre o trabalho recalitrante é, em última análise, a ineliminável presença da contradição entre o sujeito e o objeto do processo de produção.

Em segundo lugar, o capital tem que exercer seu poder homogeneizador sobre toda ordem de conflito, seja originado no trabalho, seja em seus "próprios componentes plurais", pois, do contrário, não conseguiria realizar seu potencial totalizador e fazer predominar suas leis. (803/932) Para o capital manter "seu poder regulador substantivo sobre o sociometabolismo" necessita fazer uso das per-

sonificações do capital adequadas a cada circunstância histórica. Por instituir uma “economia de comando” o capital necessita dos “sujeitos particulares controladores enquanto personificações do capital – que devem responder tanto ao desafio geral do antagonismo estrutural quanto de suas manifestações necessariamente específicas” - e de sua “vontade combativa” que os capacita a “cumprir as funções a eles designadas”. (614/717) Essa “vontade combativa” das personificações do capital expressa-se também na necessidade de se “manter o trabalho sob o controle de uma ‘vontade alheia’. Em qualquer de suas variedades viáveis apropriadas às circunstâncias, essa ‘vontade alheia’, se torna absolutamente insubstituível na operação de um *sistema conflitante (adversarial system)*, quando o comando do trabalho é objetivamente alienado do trabalho.”(616/719)

O cerne da questão, no estudo desenvolvido por Mészáros em *Para Além do Capital*, encontra-se na necessária e inevitável quebra dessa relação de comando alienado sobre o trabalho como o requisito de qualquer projeto socialista alternativo de sociedade com mínimas possibilidades de sucesso. Por essa razão,

“se, no curso de uma articulação prática viável do projeto socialista – que prevê o controle da reprodução sociometabólico por meio das autodeterminações autônomas dos produtores associados –, este princípio estruturador não for radicalmente superado, o capital há certamente de reafirmar seu poder e encontrar as novas formas de personificação necessárias para manter o trabalho sob o controle de uma ‘vontade alheia.’” (616/719)

Exercer controle sobre o capital é algo impensável no quadro de referência estrutural do seu sistema orgânico. Esta impossibilidade de controle do capital se manifesta, embora de maneira distinta, nos dois polos das personificações necessárias ao pleno desenvolvimento do sistema. Na personificação do trabalho tem sua fonte de valorização, cuja produção de trabalho excedente deve ser crescentemente estimulada com o uso de processos e tecnologias que são, em última instância, poupadores de trabalho. Se, na produção, poupa-se trabalho com um, ao menos no primeiro momento, aumento de produção de mercadorias, na esfera da circulação necessita-se de maior consumo e de mais consumidores, que, no entanto, se tornam mais escassos, vítimas do desemprego estrutural. Um paradoxo, então, está criado, com graves consequências para a continuidade do sistema, tendo em vista sua lógica de acumulação e ilimitada necessidade de expansão. Esse constitui, para Mészáros, o nó górdio da atual crise estrutural do capital, como veremos no capítulo 2.

Além disso, na relação de suas personificações particulares com a

lógica global do sistema, atua outro conjunto de contradições. Por um lado, a “irracionalidade” e o “caráter anárquico” do todo se opõem às “antecipações racionalmente coerentes e as ações corretivas em termos das quais as personificações particulares do capital têm que cumprir o seu papel no sistema”. (804/933) O fato de se constatar a existência de uma “racionalidade capitalista”, como gostam de mencionar os ideólogos burgueses, não aumenta em nada o poder de sua ação sobre a totalidade do sistema, uma vez que possui um efeito apenas parcial e de curto prazo, restrito à esfera das decisões individuais de capitalistas particulares, o que, nas palavras de Mészáros, significa que “as personificações particulares do capital não podem possuir a visão racional do todo, apenas a racionalidade parcial exigida para mover seus limitados empreendimentos produtivos”. (612/715)

Essa ação corretiva é permanentemente acionada quando, por alguma razão, o sistema é ameaçado por forças adversas. Em diversos momentos da história, as decisões dos capitalistas particulares tiveram que ser reorientadas no sentido de uma opção de exploração mais “racional”, de “custo efetivo” mais favorável. Mészáros lembra a instituição do neocapitalismo e do neocolonialismo, na sequência do esgotamento “das versões anteriores de dominação colonial/militar direta.” Lembra, também, o delineamento de uma “nova racionalidade” pelos capitalistas, “em resposta ao desafio apresentado pelo desenvolvimento do movimento socialista, (...) como uma forma de autodefesa e um modo de contra-actuar ou neutralizar os ganhos do seu adversário.” Aqui, diferente do aparente paradoxo produtor-consumidor gerado pela relação-capital, as reações “racionais” das personificações do capital atendem aos interesses da classe dominante como um todo, que só assim pôde compensar “a perda de vastas áreas do planeta – a União Soviética, a China, Europa Oriental, partes do Sudeste Asiático, Cuba, etc. – e internamente fortaleceu sua posição através da invenção e administração com sucesso da ‘economia mista’, do ‘Estado de bem-estar’ e da política do ‘consenso’.” É assim que a instituição dessa “nova racionalidade”, ainda que internamente inserida na totalidade anárquica e irracional do sistema do capital, pôde estender “significativamente os limites anteriores”. (451-453/549)

A natureza contraditória da “racionalidade” do capital se expressa, também, na dinâmica de seu desenvolvimento histórico, que nada tem de linear ou homogêneo, mas está fundada na atuação de tendências e contratendências, as quais, sempre, permanecem sob a orientação do imperativo expansionista do sistema, sendo este um limite intransponível. É por isso que, com base em Marx, Mészáros

argumenta que só se pode falar em leis tendenciais e não em leis naturais de desenvolvimento, uma vez que as leis são frequentemente contrapostas por “poderosas contrapartidas”- contratendências que nem por isso tornam o sistema menos universal e totalizador. (382/466) No mesmo sentido da relação entre a irracionalidade do todo e a racionalidade parcial das unidades particulares de capital, é a natureza contraditória imanente do capital que explica a inter-relação entre tendência e contratendências. Para Mészáros,

“cada tendência principal desse sistema de produção e distribuição só se faz inteligível se levarmos plenamente em conta a *contratendência* específica à qual aquela está objetivamente ligada. Isso acontece mesmo quando, no relacionamento entre elas, um dos lados das interdeterminações contraditórias necessariamente predomina, de acordo com as circunstâncias sócio-históricas prevaletentes.”(560/653)

Se acompanharmos a história do desenvolvimento do sistema do capital, podemos observar que a prática do monopólio se justapõe à defesa do espírito concorrencial, da liberdade típica do individualismo burguês. No período da criação dos grandes impérios capitalistas, o *monopólio* foi o único meio possível de assegurar os recursos e a força necessários para a conquista dos novos mercados coloniais. Essa tendência monopolista das grandes nações colonizadoras, na fase madura do desenvolvimento capitalista, foi substituída pelo “predomínio de feroz *competição* (e às concomitantes medidas antimonopolistas do estado capitalista)”, muito mais conveniente ao desenvolvimento expansivo do sistema à época. “Mas isto apenas ocorre para ser novamente revertido (...) no século XX e particularmente nas últimas décadas, em favor de monopólios gigantescos, enquanto mantém, com completa hipocrisia, a retórica altissonante da competição como legitimação última do sistema da iniciativa privada.” O que se observa hoje, “à medida que o sistema do capital como sistema de produção, avança historicamente em direção a seus limites estruturais últimos”, é a predominância do *monopólio* sobre a *concorrência*. (562/654)

O mesmo é válido para o conjunto das demais características do desenvolvimento do sistema do capital global. A questão da relação entre *nacionalização* e *privatização* é bastante atual. Os parâmetros estruturais do sistema comportam a ambas, a depender da contingência histórica mais adequada à manutenção do curso e do crescimento da acumulação. Houve momentos em que foi preciso nacionalizar grandes empresas como forma de transferência de prejuízos ao Estado, para logo, em momento posterior, depois de sa-

neadas, serem novamente devolvidas à iniciativa privada, agora cada vez mais ansiosa por estender seus espaços, no mercado altamente monopolizado, por meio da privatização. (562/655)

Reconhecer a relação dialética entre tendências e contratendências, as quais “ao menos temporariamente – podem deslocar ou mesmo reverter as tendências correntes”, não implica em qualquer relativismo teórico. A permutabilidade entre elas está inserida no contexto do desenvolvimento global do sistema que, justamente pela ação de seus elementos conflituais, possibilita a continuidade do sistema como um todo. Não se trata de conflitos neutralizadores, mas, sim, impulsionadores do desenvolvimento capitalista. (382/465)

Compreender o desdobramento dessa relação entre tendências e contratendências na história e a maneira como se estrutura exige, para Mészáros, adicionarmos à análise duas qualificações esclarecedoras: a operação da lei de desenvolvimento desigual e as determinações internas das tendências enquanto tais.

A lei do desenvolvimento desigual expressa, em última análise, o fato de as tendências características do sistema do capital atuarem de “maneira muito diversa nas diferentes partes do mundo, dependendo do nível mais ou menos avançado de desenvolvimento dos capitais *nacionais* dados, bem como da posição mais ou menos dominante destes últimos no interior da estrutura do capital *global*.” (561/653)

É, assim, que, de acordo com Mészáros, pode ocorrer

“que *um dos lados* da tendência/contratendência objetivamente interligados *predomine* em *um* país, ao passo que o *outro* lado prevaleça em um país diferente. Basta pensar nas extremas dificuldades, na ‘frugalidade’ e no ‘aperto de cinto’ a que foram submetidas as classes trabalhadores brasileiras e mexicanas, entre outras, desde o esgotamento dos respectivos ‘milagres’ de desenvolvimento expansionista. Enquanto isso, os Estados Unidos em particular, e os países do capitalismo avançado do Ocidente em geral, continuam a desperdiçar enormes quantidades de recursos sob a pressão da taxa de utilização decrescente. Não obstante, deve-se sublinhar, ao mesmo tempo, que só se pode falar da predominância de um dos lados interligados desta lei tendencial, já que - por mais absurdo que isto seja - mesmo no ‘mundo subdesenvolvido’, os setores mais avançados do capitalismo não podem, no presente momento histórico, escapar aos imperativos da produção perdulária, dado o caráter globalmente interligado do sistema do capital.” (561/653-654)

A segunda qualificação da relação das tendências e contratendências se refere às “determinações internas” de cada tendência enquanto tal. Nesta esfera, em se tratando das “determinações interiores das várias tendências enquanto tais, bem como ao seu peso

relativo na totalidade dos desenvolvimentos capitalistas”, “elas (...) possuem uma lógica imanente própria de acordo com a qual se desdobram através da história”. E, ao se desdobrarem através da história, se constituem nas mediações através das quais a própria continuidade histórica se efetiva – o que significa, ao mesmo tempo, que, enquanto mediações, “circunscrevem objetivamente os *limites* do desenvolvimento capitalista global.” (561/654) Portanto, enquanto determinadas pela totalidade do sistema orgânico, são expressões determinadas dos limites últimos do próprio sistema e, nesta medida e sentido, exercem uma ação de retorno sobre a totalidade que as determina predominantemente.

Em outras palavras, a especificidade de cada tendência não tem menor relevância que a relação entre umas e outras, mas são exatamente as determinações internas de cada uma que indicam o campo possível de sua predominância numa ou noutra conjuntura histórica.

“Nesse sentido, enquanto a reciprocidade dialética das múltiplas interações tendenciais define as características de qualquer tendência ou contratendência particulares, em relação à configuração *global* das forças e determinações sociais dadas, não se pode falar de *relativismo* histórico (...). Em cada caso, *um* dos lados (ou um dos aspectos principais) das várias tendências mencionadas acima afirma-se como dominante – isto é, na terminologia de Marx, constitui *übergreifendes Moment* (o momento predominante) do complexo dialético em foco – através da *trajetória global* do desenvolvimento capitalista. É assim, apesar de (consideradas nos termos de sua própria história particular) essas tendências poderem apresentar grandes variações, e mesmo inversões completas, entre uma fase e outra da história capitalista global.” (561-562/654)

Não é por outra razão que quando, como já vimos, atuam simultaneamente duas tendências contrapostas, a longo prazo, pode ser observada a predominância de uma em relação à outra. Assim é que o “MONOPÓLIO tende a prevalecer sobre a CONCORRÊNCIA, à medida que o sistema do capital avança historicamente em direção a seus limites estruturais últimos enquanto sistema de produção.” Da mesma forma, quando se trata da relação da “*centralização* versus *fragmentação*, o *übergreifendes Moment* [o momento predominante] é a primeira”.

A dialeticidade da definição das características predominantes do desenvolvimento histórico do sistema do capital nos ajuda a precisar a enorme capacidade que o capital, ou suas personificações, tem de contornar os problemas resultantes de sua própria natureza contraditória, evitando que até hoje tenha se defrontado com seus limites estruturais últimos. Através da utilização da tendência que

no momento mais o favoreça o capital possibilita a continuidade do sistema e o conseqüente desenvolvimento das forças produtivas, demonstrando, assim, para além dos seus limites imediatamente identificáveis, ter grande “capacidade (...) de deslocar suas contradições” e em “ajustar (...) suas estratégias (...) quando a alteração na correlação de forças assim o exigir, para modificar em benefício próprio as tendências que surgem.”(383/466)

1.5. Esgotamento dos Ajustes Estratégicos

Com tais “transformações mediadoras”, que temporariamente promovem uma acomodação de suas contradições imanentes e elevam os limites relativos a um novo patamar, o sistema do capital tem conseguido deslocar suas contradições. Hoje, contudo, essa possibilidade de “deslocamento”, segundo Mészáros, está historicamente esgotada.

Para nosso autor, essas “transformações mediadoras” cumprem, na verdade, a função de “ajustes estratégicos” do curso acumulativo e expansionista do sistema do capital e representam em cada momento histórico as mudanças estruturais objetivas requeridas, sempre referidas a seus limites últimos. Tais “ajustes estratégicos” sofrem o efeito da, e são condicionados pela, relação conflituosa entre o capital e o trabalho. O “capital e o trabalho são tão intimamente interpenetrantes no processo metabólico vigente que os ajustes mediadores viáveis são necessariamente condicionados – para melhor ou para pior – pelos movimentos estratégicos do adversário social do capital e, certamente, *vice-versa*.” (383/467)

É assim que, como os antagonismos internos do modo de controle do sociometabolismo têm-se intensificado enormemente nos últimos 30 anos, o deslocamento das contradições se torna, do ponto de vista do próprio sistema do capital, cada vez mais problemático. A separação alienada entre produção e controle, a produção voltada primordialmente para os valores de troca em detrimento das necessidades humanas básicas, a riqueza como um fim em si mesmo e a compulsão exploradora de trabalho excedente (em constante contraposição/contradição com o descarte de força de trabalho expulsa do mercado de trabalho e de consumo), sem a qual o sistema do capital não se reproduz, têm dificultado alcançar-se a homogeneização necessária ao pleno funcionamento do sistema. E, lembremos, esta homogeneização é uma condição *absoluta* do sistema, pois “sem ela o sistema do capital não poderia se reproduzir, devido às clivagens e contradições que ele necessariamente gera no curso de

sua articulação histórica.” (538/624)

Mas para manter operativo o equilíbrio temporário do antagonismo estrutural entre o capital e o trabalho é indispensável que o capital desempenhe uma função coesiva diante “dos constituintes multifacetadamente conflitantes de seu próprio sistema.” E, para garantir objetivamente a coesão necessária das diversas formas de manifestação de tal inconciliável antagonismo estrutural, “o capital deve *suspender* os antagonismos internos e tendências desagregadoras do seu modo de controle tanto quanto for viável sob as mutáveis circunstâncias históricas.” Trata-se, portanto de *suspensão*, ou melhor, de deslocamento dos antagonismos, mas jamais de superação, mesmo que no curtíssimo prazo, na medida em que os antagonismos são constantemente repostos.²⁸ (540/626)

Entretanto, o uso de mecanismos que deslocam as contradições é cada vez mais problemático, à medida que se aproxima o fim do período de ascendência do capital, no início dos anos 70.

Como resolver tal complexo de contradições em crescente agravamento? O capital não tem conseguido reverter o fato, hoje, de que, por um lado, a capacidade de consumo dos capitalistas, a partir de uma certa escala, impõe limites humanamente intransponíveis e, por outro, que cada vez maior número de trabalhadores são eliminados do círculo de consumo. Mesmo aqueles trabalhadores que podem dele participar contam com salários (e nível de vida) em franca deterioração, estando impossibilitados, portanto, de comparecer com um “‘poder de compra crescente’ (necessário para uma ‘expansão saudável’)”. (150/225)

Com certeza, a solução não está em desconhecer ou dissipar as contradições do capital, mas reconhecer que as contradições lhes são imanentes, como também lhe é imposta a necessidade de administrá-las em seu próprio benefício, “em uma harmonia ‘contrapontual’”. (684/799) Para Mészáros não há possibilidade, mantido seu quadro de referência estrutural, de dissolução ou superação das contradições do capital, na medida em que

“por sua própria natureza e constituição inerente o capital nelas *prospera* (até certo ponto, com relativa segurança). Seu modo normal de lidar com contradições é intensificá-las, transferi-las para um nível mais elevado, deslocá-las para um plano diferente, suprimi-las quando possível, e quando elas não puderem mais ser suprimidas, exportá-las para uma esfera ou a um país diferente. É por

²⁸ De acordo com Mészáros, “o capital nunca, jamais, *resolveu* sequer a menor de suas contradições.” (684/800)

isso que o crescente bloqueio no deslocamento e na exportação das contradições internas do capital é potencialmente tão perigoso e explosivo.” (684/800)

Como veremos no próximo capítulo, “o crescente bloqueio no deslocamento e exportação das contradições internas do capital” traz insuperáveis dificuldades à “*racionalidade auto-orientada* da reprodução ampliada do capital, como *causa sui*” (810/940), e deixa cada vez mais visível a “sombra da incontrolabilidade” do capital. Tal “incontrolabilidade”, pela sua própria condição de universalidade, ao abarcar todas as relações e espaços da vida social, significa, hoje, que “o ‘controle’ do mundo inteiro sob o domínio do capital traz a profunda crise do controle”. (174/253)

Para Mészáros, a substituição de formas políticas de controle por qualquer outra forma também política não pode ser o centro de nenhuma proposta radical alternativa ao capital, pois admite a permanência das “determinações materiais estruturais” do seu sistema sociometabólico. Ao mesmo tempo, subestima a habilidade do capital em assumir variadas formas de domínio sobre o trabalho, desde as “variedades de capitalismo democrático-liberais, as militar-ditatoriais”, até as pós-capitalistas. (494/600) Para nosso autor, o “verdadeiro alvo da transformação emancipatória é a *completa erradicação do capital como um modo de controle totalizante* do próprio sociometabolismo reprodutivo, e não simplesmente o *deslocamento* dos capitalistas da condição historicamente específicas de ‘personificações’ do capital’.” (369/451)

O sistema do capital está assentado no antagonismo estrutural entre capital e trabalho e, como diz Mészáros, “é o que objetivamente o define, nas partes e no todo”. Não há como alterá-lo substantivamente se nos mantivermos nos quadros estruturais desse modo de controle sociometabólico que tudo abarca, na medida em que é um sistema orgânico que, para funcionar, necessita subordinar todos os elementos da sociedade. (620/724)

Depois de termos exposto o que para Mészáros é a natureza do capital (um poder determinante, “incurrigivelmente hierárquico e orientado-para-a-expansão”), e de termos indicado o papel que ocupa sua personificação na execução dos imperativos do sistema (“ser sempre definida em *contraposição* ao trabalho”), exploraremos no próximo capítulo as considerações de Mészáros acerca da presente crise estrutural e da produção destrutiva que a acompanha.

CAPÍTULO 2 - CRISE ESTRUTURAL E ATIVAÇÃO DOS LIMITES ABSOLUTOS DO SISTEMA DO CAPITAL

2.1 Produção Genuína e Produção Destrutiva

A concepção de capital que Mészáros, partindo de Marx, explora em *Para Além do Capital* tem como um de seus nódulos mais importantes o seu incontrolável impulso à universalidade. O caráter expansionista do capital esteve sempre presente como uma condição ineliminável de seu modo de operação e controle. O capital só é capital enquanto mantém ativa sua capacidade de autorreprodução, e esta só se torna possível ao transformar valor em novo valor objetivado – que “‘se distingue de um valor de uso apenas por se multiplicar constantemente’”²⁹. (820/952)

Foi com base nesse dinamismo produtivo que o capital conseguiu suplantiar todas as formas anteriores de reprodução social e afirmar-se enquanto modo dominante de controle do sociometabolismo. O “crescimento antes inimaginável da riqueza que acompanha tal dinamismo – tanto quanto ele possa durar”, independente de sua desumanidade, passou a constituir “a legitimidade histórica” do sistema do capital. (528/612)

Nesse momento expansivo há uma coincidência, “num sentido positivo”, entre a autorreprodução ampliada do capital e a produção genuína, “e [...] enquanto isto ocorre, o sistema capitalista pode cumprir seu ‘papel civilizador’ de aumentar as forças produtivas da sociedade e estimular, até o ponto não só possível, mas antes ditado por seus

²⁹ K.Marx. *Grundrisse*, p.270.

próprios interesses, a emergência da ‘industriosidade geral.’” (599/699)

A expansão desenfreada do sistema em sua fase de ascensão histórica, no entanto, não podia ser sustentada indefinidamente.³⁰ Para “além de certo ponto, de nada adianta um aumento maior dessa escala e a usurpação da totalidade dos recursos renováveis e não-renováveis que o acompanha, mas, ao contrário, ele aprofunda os problemas implícitos e se torna contraproducente.” (177/257) Ocorre então o que Mészáros chama de “disjunção radical entre produção genuína e autorreprodução do capital”. As barreiras à produção capitalista são suplantadas, sem se medir as “devastadoras implicações para o futuro”, com o único objetivo de assegurar sua reprodução, agora como “autorreprodução destrutiva em oposição antagônica à produção genuína.” A potencialidade positiva é suplantada pelo lado negativo da produção capitalista, que passa a dominar através dos processos destrutivos do capital. (599/699)

A partir daí, as contradições internas do sistema são explicitadas e, com a “concomitante perdularidade do seu modo de operação”, colocam em cheque a continuidade do dinamismo produtivo e expansionista sem limites do capital. (528/612)

O sistema do capital encara de maneira invertida o significado das restrições inerentes à finitude dos recursos materiais e humanos necessários ao seu processo de reprodução ampliada. As *condições relativas* (históricas e limitadas) – “a injustificada e supostamente eterna disponibilidade dos recursos e do espaço necessários para a desejável expansão” - são *absolutizadas* por ele. A “deliberada ignorância dos riscos envolvidos no desperdício vigente dos recursos naturais não renováveis do planeta” visaria a relativizar as *restrições* naturais, de fato, *absolutas*, como forma de justificar a expansão perdulária. (105/177) Transforma ilusoriamente as restrições objetivas em instrumento manipulável de acordo com seus imperativos reprodutivos, sem medir as consequências tanto para o futuro da humanidade como para o seu próprio funcionamento, o que resulta

³⁰ “Ainda que se tenha podido manter durante séculos a alienação do controle do trabalho recalcitrante e sua cruel imposição sobre ele, e que, na verdade, durante a longa fase de ascensão histórica do sistema do capital essa alienação tenha até mesmo representado um avanço necessário, tudo isso terminou na erupção da crise crônica do capitalismo e nas várias tentativas pós-capitalistas de solucioná-la.”(653/763) Tal virada histórica implica num conjunto complexo de determinações, nem sempre coincidentes cronologicamente; mas se podemos definir um período historicamente mais preciso que marque o fim da fase de ascendência do capital é, de acordo com Mészáros, quando o “sistema do capital (...) entr[a] em sua crise estrutural nos anos 70.”(240,665/330,778)

no agravamento das contradições e o esgotamento do crescimento fundado na expansão do mercado. De acordo com Mészáros, não poderia agir de outra maneira, dentro de sua lógica expansionista, pois, do contrário, “a aceitação desse tipo de restrições inevitavelmente exigiria uma grande mudança na estrutura causal fundamental do capital – pois, o postulado da expansão imperativa teria de ser moderado e justificado”. (106/177)

Exemplo dessa “lógica expansionista”, analisado por nosso autor, é a criação dos artigos de luxo. Com o desenvolvimento das forças produtivas e a necessidade da permanente expansão do consumo, o sistema do capital proporcionou uma diversidade de consumo de mercadorias de “luxo”, cuja produção tinha por motivação o lucro e não “a dimensão qualitativa da relação entre valor de uso e necessidade humana”. Por isso, impôs aos indivíduos, como “seus apetites”, o que era do interesse do sistema reprodutivo coisificado e alienado. Qualquer reversão desta tendência expansionista deve esbarrar nos próprios requisitos estruturais do sistema do capital, pois a eliminação desses “luxos”, como uma medida racional remediadora da produção perdulária, “levaria ao colapso de todo o sistema de produção”. (181/260)

Não se trata, portanto, somente da existência de um mundo de recursos materiais finitos, mas também da “ausência total de critérios reguladores” que possam ser conscientemente contrapostos à “lógica infernal e o impulso infinito do capital para a autoexpansão quantitativa” e suas consequências inevitavelmente destrutivas. Pois, lembra Mészáros,

“nos termos da lógica do capital [,] exterminar a humanidade é muito preferível a permitir que se questione a *causa sui* desse modo de reprodução. Na medida em que a dissipação veloz e destrutiva de recursos materiais e humanos, e também dos produtos do trabalho, adquire uma conotação perversamente *positiva* no sistema do capital em crise estrutural, representando as ‘condições de sua *autopreservação*’ a alternativa socialista que visa a superar a escassez deve ser um anátema para os ideólogos da ordem prevalecente.” (821/952)

A produção destrutiva é, nessa acepção, positiva para o sistema do capital. “Até mesmo partes importantes dos próprios componentes produtivos do capital devem ser periodicamente destruídas”, para serem reconstituídas num novo patamar que lhe possibilite continuar a exercer “seus poderes produtivos *sem cometer suicídio*”. (821/952)

No período histórico em que vivemos, após o esgotamento do desenvolvimento expansionista baseado no crescimento dos mercados e ocupação de novos territórios, a redução da taxa de utilização

das mercadorias tornou-se o principal meio de se “atingir seu crescimento verdadeiramente incomensurável no curso do desenvolvimento histórico”. (567/661) O objetivo, nesta nova fase, passa a ser “divisar meios que possam *reduzir* a taxa pela qual qualquer tipo particular de mercadoria é usada, *encurtando* deliberadamente sua vida útil, a fim de tornar possível o lançamento de um contínuo suprimento de mercadorias superproduzidas no vórtice da circulação que se acelera.”(576/670)

Mészáros reconhece que sempre houve uma tendência geral no modo capitalista de produção de se “minar de toda maneira possível as práticas produtivas orientadas-para-a-durabilidade, inclusive solapando deliberadamente a qualidade.”(548/636) Mas, sob o efeito da crise no séc. XX, esta tendência adquire uma nova qualidade que se manifesta pela “destruição direta de vastas quantidades de riqueza acumulada e de recursos elaborados (...) como maneira dominante de se livrar do excesso de capital superproduzido”. Surge, assim, a necessidade de se ativar um correspondente “consumo destrutivo”, que se torna dominante. (583/679)

O capital, em seu desenvolvimento, segue sempre a *linha de menor resistência* para suplantar as barreiras à sua reprodução ampliada. Isto é, tende a seguir a linha de ação mais de “acordo com sua configuração estrutural global [,] mantendo o controle que já exerce, em vez de perseguir alguma estratégia alternativa que necessitaria do abandono de práticas bem estabelecidas.” Se o esgotamento dos mercados inviabiliza a ampliação do consumo, a alternativa passa a ser a “*aceleração* da velocidade de circulação dentro do próprio círculo de consumo (aumentando o número de transações no círculo *já existente*), em vez de embarcar na aventura mais complicada e arriscada de alargar o próprio círculo”. Desse modo, a taxa decrescente de utilização, típica do sistema, teve que ser qualitativamente intensificada até o ponto em que o capital se desembaraçou, em alguma medida, dos constrangimentos do consumo real motivado pelo valor de uso correspondente às necessidades humanas. (584/680)

“A razão – afirma Mészáros - pela qual tal mudança é absolutamente viável, nos parâmetros do sistema de produção estabelecido, é que *consumo e destruição* vêm a ser *equivalentes funcionais do ponto de vista perverso do processo de ‘realização’ capitalista.*”(583/679) Uma vez convertida a mercadoria em dinheiro, não faz a menor diferença ao capital se a mercadoria é consumida ou destruída. Contudo, ao canalizar a produção para o consumo destrutivo, coloca-se em questão se, de fato, o capitalismo é um modo insuperável de se aumentar a riqueza social. Principalmente, considerando-se que

“numa época em que a vertiginosa produtividade do capital o capacita a engolir a totalidade dos recursos humanos e materiais do nosso planeta, e vomitá-los de volta na forma de maquinaria e ‘produtos de consumo de massa’ cronicamente subutilizados – e muito pior: imensa acumulação de armamentos voltados à potencial destruição da civilização por centenas de vezes –, em uma situação como esta a própria *produtividade* se transforma num conceito enormemente *problemático*, já que parece ser inseparável de uma fatal *destrutividade*.” (432/527)

Essa inflexão da produtividade para sua dimensão destrutiva contrasta com os primórdios do capitalismo. À “época do Iluminismo [...] os porta-vozes da ordem burguesa genuinamente acreditaram que o ‘egoísmo esclarecido’ traria seus benefícios abundantes à toda a humanidade, eliminando completamente a pobreza da face da Terra.” (808/938) Contudo, as determinações estruturais internas do próprio sistema do capital, independentemente das decisões políticas de suas personificações, resultaram em algo oposto:

“o assustador crescimento exponencial da destrutividade do capital não é o resultado de determinações políticas (...) mas representa a necessidade mais íntima da ‘produtividade’ do capital nos dias atuais. Do modo como as coisas estão hoje, o capital seria ameaçado de um colapso total se suas válvulas de escape produtivas-destrutivas fossem repentinamente bloqueadas.” (433/527)

A tendência atual do capital ao crescimento da destrutividade apenas desloca as contradições que constituem a natureza de seu sistema. Ou, então, como no caso da taxa de utilização decrescente, temos a geração de novas contradições, na medida em que a identidade estrutural do trabalhador e do consumidor torna inconciliáveis “o apetite *sempre crescente* do capital por ‘consumidores de massa’” e a “sua necessidade *sempre decrescente* de trabalho vivo”. (578/673).

A superação temporária de seus limites inerentes, representada pela sociedade de consumo no pós-guerra, apenas serviu para “retirar o estopim das contradições.” Os limites do capital “permanecem estruturalmente intranscendíveis e suas contradições, *fundamentalmente, explosivas*”. (598/697)

A dinâmica interna de desenvolvimento que prevaleceu por quase um século, a partir do último terço do século XIX e que possibilitou “uma sobrevida ao capital”, já não encontra mais as mesmas condições de reprodução. Os “dispositivos corretivos externos” de sua dinâmica interna tornaram-se insuficientes para uma solução de longo prazo. (773/898) Hoje, quando se completa a “consumação da ascensão histórica do capital através de sua penetração nos rincões mais remotos do planeta”, juntamente com a ativação dos “limites absolutos do sistema de uma forma agravada pela *urgência*

do tempo”(158/235), constatamos que a “escala de tempo em que a destrutividade irreversível do capital (...) [tem se desenvolvido] já não pode ser complacientemente medida em séculos”. (773/899)

A determinação mais interna do sistema - a necessidade de estar orientado para a expansão e guiado pela acumulação – pôde tanto ser a base de um “dinamismo anteriormente inimaginável, como [de] uma fatal deficiência”. O não atendimento dessa determinação interna do capital, nos desdobramentos do fim da fase de ascendência histórica, acarretou o aparecimento de uma crise estrutural (sistêmica) que nos acompanha desde os anos 70. Uma crise cujas implicações afetam “o sistema do capital global não apenas em um de seus aspectos – o financeiro/monetário, por exemplo -, mas em todas as suas dimensões fundamentais, ao colocar em questão a sua viabilidade como sistema reprodutivo social.” (44/100)

2.2 Crise Estrutural e a Rejeição do Capital às Restrições

Nas condições de uma crise do capital dessa natureza, “seus constituintes destrutivos avançam com força extrema, ativando o espectro de uma incontrolabilidade total numa forma que faz prever a autodestruição, tanto para este sistema reprodutivo social excepcional, em si, como para a humanidade em geral.”(44/100) A atual situação de crise significa restrição à pulsão à expansão, e expõe a ineficiência dos ajustes estratégicos antes utilizados para manter em equilíbrio um sistema naturalmente instável e dinâmico, devido à sua constituição estruturalmente antagônica. Nesse sentido, argumenta Mészáros,

“o capital *jamais* se submeteu a *controle* adequado duradouro ou uma auto-restrrição racional. Ele só era compatível com ajustes limitados e, mesmo esses, apenas enquanto pudesse prosseguir, sob uma ou outra forma, a dinâmica de auto-expansão e o processo de acumulação. Tais ajustes consistiam em contornar os obstáculos e resistências encontrados, sempre que ele [o capital] fosse incapaz de demoli-los.” (44/100)

Foi, assim também, na administração dos limites na relação com seu antagonista estrutural - os trabalhadores. Na fase de ascendência do capital, os ganhos obtidos pelo trabalho só permaneceram durante o tempo

“em que tais melhorias não conflit[avam] com as exigências da lucratividade, já que pod[iam] ser financiadas a partir do crescimento da produtividade da dinâmica da reprodução ampliada. Daqui a possibilidade, de fato a necessida-

de, de ‘economias de altos salários’, ou variedades do ‘Estado de bem-estar social’, nas circunstâncias da ininterrupta expansão do capital, como testemunhamos durante a fase relativamente longa de desenvolvimento do pós-guerra nos países de capitalismo avançado.”(577/672)

No entanto, a crise estrutural dos anos 70 estreitou a margem de manobra do capital e muitas das concessões do passado foram retomadas:

“até mesmo os elementos parcialmente favoráveis da equação histórica entre capital e trabalho têm de ser derrubados em favor do capital. Assim, não somente deixou de haver espaço para assegurar ganhos substantivos para o trabalho – muito menos para uma expansão progressiva da margem de avanço estratégico, já projetada, de forma tola e eufórica como a adoção generalizada do ‘modelo sueco’, ou como a ‘conquista dos postos de comando da economia mista’, etc. – mas também muitas das concessões anteriores tiveram de ser arrancadas, tanto em termos econômicos como no domínio da legislação. É por isso que o ‘Estado de bem-estar’ está hoje não só em situação tão problemática mas, para todos os efeitos, morto.” (240/330)

A necessidade de melhorar as perspectivas de acumulação do capital, num contexto de crise, fez com que o capital utilizasse novos ajustes estratégicos, em que a retomada de muitos dos ganhos do trabalho no passado e o crescimento inexorável do desemprego tornaram-se não só inevitáveis, como fundamentais. Provocou, a seu modo, a intensificação das contradições no conflito capital-trabalho, acomodado, até então, aos padrões da política socialdemocrata de ganhos defensivos, ativando os limites absolutos do sistema. Em geral, como diz Mészáros, “os limites estruturais de qualquer sistema reprodutivo social determinam também seus princípios e seu modo de distribuição”, tornando-se totalmente inviável a reversão desse movimento regressivo no quadro da crise atual. Ao contrário, “nenhuma concessão extraída do trabalho por seus próprios partidos, líderes sindicais ou governos é suficientemente grande ou chegou a tempo de satisfazer o apetite do capital.” (239/329)

Em outras palavras, a expectativa de lucro imediato, vinculada à necessidade de expansão ininterrupta, fez com que “a dimensão causal das condições mais essenciais da sobrevivência humana [fosse] perigosamente desconsiderada. Somente a manipulação retrospectiva da reação aos sintomas e efeitos é compatível com a permanência do domínio da *causa sui* do capital.”(148/223)

É nesse sentido que Mészáros afirma que

“o aspecto mais problemático do sistema do capital, apesar de sua força inco-

mensurável como forma de controle sociometabólico, é a total incapacidade de tratar *as causas como causas*, não importando a gravidade de suas implicações a longo prazo. Esta não é uma dimensão passageira (historicamente superável), mas uma irremediável dimensão estrutural do sistema do capital voltado para a expansão que, em suas necessárias ações remediadoras, deve procurar soluções para todos os problemas e contradições gerados em sua estrutura por meio de ajustes feitos estritamente nos *efeitos* e nas *consequências*.” (104/175)

Em decorrência disso, as contradições, por estarem fundadas no quadro estrutural do sistema, colocam sempre novos problemas a serem contornados, os quais aparecem como uma imposição de restrições e limites à sua reprodução expandida. E, numa situação de crise estrutural, mesmo as ações remediadoras com alguma eficiência no passado têm que ser retomadas em função das “margens em contração” dos ajustes requeridos. Permanecendo a causalidade antagônica do sistema, também permanecem e se multiplicam as contradições correspondentes, uma vez que o sistema do capital não pode enfrentar as causas como causas sem questionar sua própria razão de existência. A continuidade desse processo aumenta as restrições impostas ao padrão anterior de expansão do sistema, potencializando, por essa mediação, “a mais problemática das contradições gerais do sistema do capital [que] é a existente entre a impossibilidade de impor restrições internas a seus constituintes econômicos”, em função do impulso à sua autorreprodução ampliada, “e a necessidade atualmente inevitável de introduzir grandes restrições” a essa mesma reprodução. (146/220)

Dentro da lógica expansionista do sistema, segundo Mészáros, administrar essa contradição entre irrefreabilidade e reestruturabilidade só pode gerar as piores consequências para o próprio sistema. É o que observamos quando,

“para se desembaraçar das dificuldades da acumulação e expansão lucrativa, o capital globalmente competitivo tende a reduzir a um mínimo lucrativo o ‘tempo necessário de trabalho’ (ou o ‘custo do trabalho na produção’), e assim inevitavelmente tende a transformar os trabalhadores em *força de trabalho supérflua*. Ao fazer isto, o capital simultaneamente subverte as condições vitais de sua própria reprodução ampliada.”(150-151/226)

Não é por outra razão que, para Mészáros, hoje “pode-se dizer que a fase progressista da ascendência histórica do capital chega ao encerramento precisamente porque o sistema global do capital atinge os limites absolutos, além dos quais a lei do valor não pode ser acomodada aos seus limites estruturais.” (151/226)

As dificuldades enfrentadas para a realização e autorreprodução

do capital foram se acumulando e os recursos antes utilizados vão se tornando inviáveis do ponto de vista do próprio sistema. Mészáros refere-se, por exemplo, à “confrontação militar massiva” experimentada em duas guerras mundiais. Tal válvula de escape, hoje, colocaria em risco, devido ao arsenal nuclear hoje existente, toda a humanidade. E, também, porque não haveria como tal destruição ser seletiva.

2.3 Fundamentos da Crise Estrutural

Chegamos, assim, à crise estrutural do sistema do capital que “afeta a *totalidade* de um complexo social, em todas suas relações com suas partes constituintes ou sub-complexos, como também com outros complexos aos quais é articulado.” E mais que isso, sua ação “põe em questão a própria existência do complexo global envolvido, postulando sua transcendência e sua substituição por algum complexo alternativo. (...) uma crise estrutural não está relacionada aos limites *imediatos* mas com os limites últimos de uma estrutura global.” (681/797)

Vejamos como Mészáros define a diferença qualitativa entre os limites relativos e os limites absolutos que compõem a estrutura global do sistema do capital. De acordo com sua definição

“os limites relativos do sistema são os que podem ser superados quando se expande progressivamente a margem e a eficiência produtiva $\frac{3}{4}$ dentro da estrutura viável e do tipo buscado $\frac{3}{4}$ da ação socioeconômica, minimizando por algum tempo os efeitos danosos que surgem e podem ser contidos pela estrutura causal fundamental do capital.” (104/175)

São esses “limites relativos” que caracterizam as crises periódicas pelas quais o capitalismo já passou muitas vezes na história. Momentos de ativação dos limites relativos que, embora pareçam “grandes tempestades”, são passíveis de soluções, mesmo que temporárias e protelatórias, dentro do marco referencial do sistema. A “Grande Crise Econômica” de 1929-1933 seria, para Mészáros, o exemplo mais representativo deste tipo de crise; depois dela sobreveio um novo ciclo de acumulação capitalista. Por “maior que fosse a crise [de 1929], ela estava longe de ser uma crise *estrutural* ao deixar um grande número de opções abertas para a sobrevivência continuada do capital, bem como para sua recuperação e sua reconstituição mais forte do que nunca em uma base economicamente mais saudável e mais ampla.”(678/793)

Essas crises periódicas, sabemos, eram intercaladas por “períodos muito mais longos de crescimento ininterruptos e desenvolvimento produtivo” e quando ocorriam eram uma “anormalidade” do sistema. (597-598/697)

Diversamente, na análise realizada por Mészáros,

“a abordagem dos limites absolutos do capital inevitavelmente coloca em ação a própria estrutura causal. Consequentemente, ultrapassá-los exigiria a adoção de estratégias reprodutivas que, mais cedo ou mais tarde, enfraqueceriam inteiramente a viabilidade do sistema capitalista em si. Portanto, não é surpresa que este sistema de reprodução social tenha de confinar a qualquer custo seus esforços remediadores à modificação parcial estruturalmente compatível dos efeitos e consequências de seu modo de funcionamento, aceitando sem qualquer questionamento sua base causal – até mesmo nas crises mais sérias.” (104/175)

É nesse sentido que a crise atual é irreversível e pode constituir, “em *princípio*”, um novo “padrão linear de movimento” do sistema, ao contrário das crises periódicas que se caracterizavam por “flutuações extremas ou de tempestades de súbita irrupção”. (597/697) A mudança do padrão e profundidade das crises é um fator de fundamental importância para a configuração da crise atual, pois a mera ausência dos sintomas e formas de manifestação dos ciclos de crises periódicas não deve levar a se supor que vivemos a recuperação de uma fase de “desenvolvimento saudável e sustentado”, muito menos achar que pode ser reinventado um período de crescimento semelhante àquele que sucedeu, no passado, à crise de 1929. Muito pelo contrário, “a antiga ‘*anormalidade*’ das crises (...), nas condições atuais, pode, em doses diárias menores, se tornar a *normalidade* do ‘capitalismo organizado’”. Para Mészáros, representa um “*continuum depressivo* que exhibe as características de uma crise *cumulativa, endêmica*, mais ou menos *permanente e crônica*, com a perspectiva última de uma *crise estrutural* cada vez mais profunda, acentuada.” (597-598/697)

Sempre segundo Mészáros, encontrar uma solução duradoura para uma crise estrutural dessa natureza implica em superar um conjunto de contradições que afeta o sistema do capital como um todo e as relações estabelecidas entre suas partes constituintes:

“(1) As contradições sócio/econômicas internas do capital ‘avançado’ que se manifestam no desenvolvimento cada vez mais desequilibrado sob o controle direto ou indireto do ‘complexo industrial-militar’ e o sistema de corporações transnacionais;

(2) As contradições sociais, econômicas e políticas das sociedades pós-capitalistas, tanto internamente quanto em relação umas com as outras, que conduzem às suas desintegrações e deste modo à intensificação da crise estrutural

do sistema global do capital;

(3) As rivalidades, tensões e contradições crescentes entre os países capitalistas mais importantes, tanto no interior dos vários sistemas regionais quanto entre eles, colocando enorme tensão na estrutura institucional estabelecida (da Comunidade Européia ao Sistema Monetário Internacional) e pressagiando o espectro de uma devastadora guerra comercial;

(4) As dificuldades crescentes para manter o sistema neocolonial de dominação estabelecido (do Irã à África, do Sudeste Asiático à Ásia Oriental, da América Central à do Sul), ao lado das contradições geradas dentro dos países ‘metropolitanos’ pelas unidades de produção estabelecidas e administradas por capitais ‘expatriados’.”

E conclui Mézáros:

“em todas as quatro categorias – cada uma das quais corresponde a uma multiplicidade de contradições – a tendência é para a intensificação, e não para a diminuição, dos antagonismos existentes. Além disso, a severidade da crise é acentuada pelo efetivo confinamento da intervenção à esfera dos *efeitos*, tornando proibitivo atacar as suas *causas*, graças à ‘circularidade’ do capital (...) entre Estado político e sociedade civil por meio da qual as relações de poder estabelecidas tendem a se reproduzir em todas as suas transformações superficiais.” (692/808)

É assim que para nosso autor, as tentativas de contornar essas contradições tendem a resultados totalmente inócuos. Afirmar, ainda, ser inviável tanto a realocação de recursos do complexo industrial-militar para “medidas e propósitos sociais há muito imprescindíveis”, como o desenvolvimento do Terceiro Mundo, “ativando plenamente seus recursos materiais e humanos no interesse da sua autoexpansão renovada” do capitalismo global. Pois o complexo industrial militar já desempenha o papel de deslocar “duas poderosas contradições do capital ‘superdesenvolvido’” ao cumprir duas funções vitais no sistema: 1. “a transferência de uma porção significativa da economia das incontrolláveis e traiçoeiras forças do mercado³¹ para as águas seguras do altamente lucrativo financiamento estatal” e 2. “deslocar as contradições devidas à *taxa decrescente de utilização* que se evidenciaram dramaticamente durante as últimas décadas de

³¹ No tipo de produção instituído pelo complexo industrial-militar, “o tradicional desafio do consumo (utilidade) só se aplica, se tanto, marginalmente. Ao mesmo tempo em que consomem destrutivamente na sua produção, imensos recursos materiais e humanos, os produtos resultantes desse processo podem juntar-se às montanhas de mercadorias ‘consumidas’ já no momento em que atravessam os portões das fábricas.” (Mészáros:550/640)

desenvolvimento nos países de capitalismo avançado.” (693/809) Portanto, o deslocamento de recursos do complexo industrial-militar não resolveria a questão, uma vez que, segundo Mészáros, as causas permaneceriam as mesmas que fundamentaram a necessidade de seu surgimento como válvula de escape para pressões anteriormente contornadas, motivado pela dificuldade de se manter o desenvolvimento expansionista desejado.

Não é diferente quando se trata da integração dos mercados dos países subdesenvolvidos, que Mészáros qualifica de “subdesenvolvimento forçado”, antecipando a dificuldade em se alterar o lugar historicamente estabelecido que ocupa na hierarquia do capitalismo global. O que se ignora é “que o mundo ‘subdesenvolvido’ já está integrado completamente no mundo do capital, e cumpre nele várias funções vitais.” Portanto, alternativas dessa natureza apenas significam amplificação de antigas contradições já atuantes no sistema do capital, pois

“é absolutamente impossível manter os pés nas duas canoas: manter a existência do sistema de produção absurdamente ampliado e ‘superdesenvolvido’ do capital ‘avançado’ (o qual depende necessariamente da continuação da dominação de um ‘vasto território’ de subdesenvolvimento forçado) e ao mesmo tempo impelir o ‘Terceiro Mundo’ a um alto nível de desenvolvimento capitalista (que apenas poderia reproduzir as contradições do capital ocidental ‘avançado’, multiplicadas pelo imenso tamanho da população envolvida).” (693/810)

O problema de fundo não enfrentado por ambas as soluções vislumbradas é que pretende-se aliviar os efeitos deixando-se “as suas *determinações causais* intactas”, uma expressão a mais da impossibilidade de o sistema do capital tratar as causas como causas, pois sua base causal fundamental jamais pode ser questionada – ser trabalho objetivado e alienado.

Para Mészáros, diferentemente do passado, o deslocamento das contradições tem um efeito totalmente ineficaz no contexto da atual crise já que somente substitui válvulas de escape vigentes ou, então, imagina a criação de mercados no mundo de “subdesenvolvimento forçado” que, enquanto mercados, já estão funcionalmente integrados e subordinados ao capitalismo global. Para a retomada de uma contínua expansão global do capital, as dificuldades maiores encontram-se na própria essência contraditória do sistema, por isso,

“é muito remota a possibilidade de sucesso até mesmo dos objetivos relativamente limitados, para não mencionar a solução duradoura das contradições de todas as quatro categorias em conjunto. O mais provável é, ao contrário,

continuarmos afundando cada vez mais na crise estrutural, mesmo que ocorram alguns sucessos conjunturais como aqueles resultantes de uma relativa 'reversão positiva', no devido tempo, de determinantes meramente *cíclicos* da crise atual do capital.”(694/810)

Eventuais sucessos conjunturais em nada aliviam o peso da crise estrutural na definição das perspectivas futuras do sistema do capital. As tentativas com algum efeito prático em resolver uma das contradições mais explosivas do sistema, como o desemprego, no longo prazo, apenas agravam sua dimensão. O “pleno emprego” keynesiano transformou-se em desemprego crônico, e o trabalhador socialista, depois de anos de desenvolvimento planejado, voltou a estar vulnerável às leis de mercado capitalista (ainda que, para nosso autor, não se possa considerar as antigas sociedades soviéticas totalmente integradas ao capitalismo, como muitos esperavam ser possível de imediato), alimentando os índices do desemprego mundial. (69/129) Esses fracassos revelam que

“as várias soluções tentadas podiam, por períodos mais longos ou mais curtos, segundo as suas circunstâncias sócio-históricas específicas, apenas aliviar temporariamente o desemprego de massa. Ao fim, os remédios keynesianos tiveram que ser rejeitados nos ‘países capitalistas avançados’ do Ocidente quando seus custos começaram a se tornar inadmissíveis. Contudo, as soluções monetaristas alternativas tentadas após a fase keynesiana com enorme zelo e grande entusiasmo político – tanto pelos governos trabalhistas como por seus rivais conservadores –, provaram ser um fracasso não menor que as predecessoras.” (626/731)

Todas elas, segundo Mészáros, reincidem no problema de se tratar apenas os *efeitos e consequências* de questões tão vitais ao funcionamento do sistema, compartilhando “da incapacidade de se atacar as *causas*”. Tais medidas, todavia, podem “funcionar apenas conjunturalmente, por períodos muito limitados”. (626/731)

Para nosso autor, os remédios antes utilizados nas crises cíclicas não dão conta da atual crise porque, como nunca antes, a ativação dos antagonismos internos passa a interferir e bloquear o funcionamento de todos os seus complexos, colocando em xeque o próprio sistema dominante. A novidade dessa crise, de acordo com nosso autor, está no fato de ter um caráter *universal* – atinge todas as esferas constituintes do sistema; de “seu *escopo* [ser] verdadeiramente global” – envolvendo todos os países; e de desdobrar-se de *modo rastejante* – o que não quer dizer que, no momento em que a maquinaria de administração da crise e de deslocamento temporário das crescentes contradições venha perder sua energia, não possam

ocorrer convulsões violentas. A combinação desses fatores revela a extensão e profundidade da crise hoje, bem como sua originalidade histórica. (680-681/796) Mészáros assinala, ainda, que não se pode desconsiderar o poder que a maquinaria utilizada pelo capital para contornar as barreiras continuamente derivadas das disfunções ativadas, exerce sobre a trajetória da crise, nem mesmo “minimizar a capacidade do capital de somar novos instrumentos ao seu já vasto arsenal de autodefesa contínua.” Contudo, pondera que a frequência crescente com que vem sendo usada é exatamente a razão de sua fraqueza. (681/796)

Do ponto de vista revolucionário, a determinação da natureza da crise é imprescindível se pretendemos superá-la pela reestruturação radical do sociometabolismo. Não é o caso das personificações do capital comprometidas com ela. As crises são inseparáveis do modo de ser do capital – “são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação. Neste sentido, a última coisa que o capital poderia desejar seria uma superação *permanente* de todas as crises”. (680/795)

Se não o capital, as forças do trabalho devem saber distinguir os tipos de crise para que não cometam equívocos quanto às formas de combatê-la. Mészáros ilustra tal risco, afirmando:

“A crise do capital percebida por Marx em meados do século XIX no ‘cantiño europeu do mundo’ por muito tempo não foi uma crise geral. Ao contrário, a continuação da ascendência histórica da ordem burguesa no ‘terreno bem mais amplo’ do resto do mundo dissolveu durante todo um período histórico até mesmo a relativamente limitada crise europeia. Em consequência, o próprio movimento socialista inicialmente articulado por Marx e seus camaradas intelectuais e políticos foi fatalmente prematuro.” (144/219)

Saber fazer a distinção entre a natureza de uma crise cíclica e uma crise estrutural é fundamental para qualquer alternativa de transformação radical do sociometabolismo prevaiente, tanto para que haja possibilidade de sucesso, como para que não se contribua, com as derrotas previsíveis, para uma sobrevida do capital.

A crise estrutural “reside dentro e emana” das três dimensões internas do sistema: produção, consumo e circulação/distribuição/realização. Em relação a essas três dimensões, ressalta Mészáros, vemos que

“dadas as interconexões objetivas e as determinações recíprocas em circunstâncias específicas, até mesmo um bloqueio temporário de *um* dos canais internos pode emperrar todo o sistema, com relativa facilidade, criando desse

modo a *aparência* de uma crise estrutural, quando surgem algumas estratégias voluntaristas resultantes da percepção equivocada de um bloqueio temporário como uma crise estrutural.” (683/799)

No entanto, o que ocorre é que a interação recíproca estabelecida entre “as interconexões objetivas e determinações recíprocas” permite que umas auxiliem as outras na superação das limitações imediatas. Ao mesmo tempo em que fortalecem e ampliam uma a outra, por um longo tempo, passam a prover “também a motivação interna necessária para a reprodução dinâmica uma da outra em uma escala cada vez mais ampliada.” É o que acontece quando “a barreira imediata para a produção é positivamente superada pela expansão do consumo e vice-versa”. Não se deve confundir a ocorrência de um bloqueio temporário em alguns dos canais em crescimento do sistema com uma crise estrutural, pois esta, ao contrário, corresponde a uma “crise fundamental do todo, que consiste no bloqueio sistemático das partes constituintes vitais.”(684/798-799) Isso ocorre quando as dimensões internas do sistema apresentam perturbações cada vez maiores, acarretando indisfarçáveis impedimentos para a continuidade do crescimento. O intercâmbio antes possível entre produção/consumo/circulação com vistas à expansão, num processo de compensação mútua de restrições localizadas e parciais, não pode mais ser realizado, pressagiando “um fracasso na sua função vital de deslocar as contradições acumuladas do sistema.” Para Mészáros,

“a partir deste momento, as perturbações e ‘disfunções’ antagônicas, ao invés de serem absorvidas/dissipadas/desconcentradas e desarmadas, tendem a se tornar *cumulativas* e, portanto, *estruturais*, trazendo com elas um perigoso bloqueio ao complexo mecanismo de *deslocamento das contradições*. Desse modo, aquilo com o que nos confrontamos não é mais simplesmente ‘disfuncional’, mas potencialmente muito explosivo.” (684/799-800)

Como resultado desse bloqueio sistemático, a crise em que vivemos hoje “não está confinada à esfera socioeconômica”: revela-se, também, “como uma verdadeira crise de dominação em geral”. (685/800)

A legitimidade histórico-ideológica do sistema do capital, enquanto a “‘forma mais favorável à produção’”, foi construída sobre sua capacidade de expansão global e “em virtude de seu incomparável dinamismo interno”, fundado no fato de ser a mais perfeita “modalidade - e maximização da quantidade - de extração de trabalho excedente, com perdas *relativamente* pequenas de recursos em meios extraeconômicos de imposição”. Com a crise estrutural, contudo, esse poder legitimador perde sua força persuasiva. (810/939)

A perda dessa vantagem histórica tem acarretado enormes dificuldades ao sistema, forçando-o à utilização, hoje, com maior frequência e intensidade, de medidas políticas autoritárias como forma de assegurar a necessária taxa de exploração do trabalho excedente, constituindo um momento *regressivo* em relação às “determinações primordialmente econômicas” que sempre sustentaram a subordinação do trabalho pelo capital.

Quando “a dissipação destrutiva de recursos naturais e riqueza social se torna a condição objetiva da reprodução ampliada do capital”, a positividade produtiva, antes atribuída ao sistema, fica mais difícil de ser defendida, e mais irracional aceitar a escalada da destrutividade, como parte integrante de todo o processo. (810/940-941)

Dentro desse quadro, torna-se necessária à manutenção da dominação a “introdução de fatores políticos cada vez mais poderosos, até no modo normal de operação do sistema do capital (de que há plena evidência no século XX), associada à imposição direta de medidas políticas e militares repressivas em condições de emergência”. (810/941)

Analisaremos com maiores detalhes os aspectos políticos da crise e o papel reservado ao Estado (162/239), no apoio material e ajuda legal/prática para atenuar as contradições explosivas do sistema, no capítulo 3. Por ora, o que nos interessa sublinhar é que, com o “emprego regressivo de um controle político direto”, tornou-se insustentável manter “a estabilidade consensual enganosa do sistema”, o que resultou no desencadeamento de “várias complicações e contradições, inclusive a ‘crise da política democrática’.” (810/941)

A extensão da crise a todas as esferas da atividade humana, por isso mesmo é estrutural, junto à crescente instabilidade das condições socioeconômicas, têm exigido “novas e muito mais poderosas ‘garantias políticas’ ” do Estado capitalista. A falência do *Estado de bem-estar social* é a prova da “aberta admissão” de que uma “*crise estrutural de todas as instituições políticas* já vem fermentando sob a crosta da ‘política de consenso’ há bem mais de duas décadas.” (684/800) Comenta Mészáros: “Quem acha que isto soa muito dramático deveria olhar à sua volta, em todas as direções. É possível encontrar qualquer esfera de atividade ou qualquer conjunto de relações humanas não afetado pela crise?” (684-685/800) E isto não evidencia o absurdo deste sistema de dominação, principalmente ao constatarmos que dentro da lógica expansionista do sistema tem sentido manter “milhares de milhões destituídos e famintos, quando os trilhões des-

perdiçados³² poderiam alimentá-los mais de *cinquenta vezes*? O que antes era ideologicamente explorado como vantagem histórica do capital e sustentava sua “influência civilizadora”, hoje, com a “devastação sistemática da natureza e a acumulação contínua de poderes de destruição (...), ao lado da negação completa das necessidades elementares de incontáveis milhões de famintos”, transforma-se no fundamento de sua crise. É nesse sentido que Mészáros pode afirmar que o “sistema existente de dominação está em crise porque sua *raison d'être* e justificação históricas desapareceram, e já não podem mais ser reinventadas, por maior que seja a manipulação ou a pura repressão.” (685/801)

A mera força não pode ser o elemento principal de garantia da dominação do sistema; pode ser, e sempre que necessário é, usada circunstancialmente, e pode até trazer “sucessos de curto prazo”. O “capital é uma força extremamente eficiente para mobilizar os complexos recursos produtivos de uma sociedade muito fragmentada. (...). Porém, o capital definitivamente não é um sistema de *emergência* unificadora, nem poderia sê-lo a longo prazo, devido à sua própria constituição interna.” A crescente utilização de meios autoritários para impor sua dominação é mais uma manifestação de sua crise que afirmação de sua energia. Os problemas estruturais do sistema do capital “requerem uma intervenção positiva no próprio problemático processo produtivo para enfrentar suas contradições perigosamente crescentes”. Nesse sentido, para Mészáros, “é absurdo sugerir a possibilidade de o capital recorrer, enquanto isso ainda é possível, à dominação por meio de um estado de *emergência* completamente instável e, portanto, necessariamente efêmero como a condição *permanente* de sua *normalidade* futura.” (691/807-808)

Qualquer tentativa de uso da força permanente só pode resultar em sucessos temporários para o sistema do capital, além de “num prazo mais longo (...) agravar a crise. Os problemas estruturais (...) equivalem a um importante entrave no sistema global de produção e distribuição. Dada a sua condição de entrave, exigem remédios estruturais adequados e não a sua multiplicação pelo adiamento e repressão forçados.” (691/808)

A incorporação das sociedades pós-capitalistas, depois do fim do regime soviético, não pode oferecer a possibilidade de proporcionar um novo impulso expansionista ao capital, no curso de uma crise estrutural, porque

³² Valores anuais acumulados em poderes globais de destruição. (685)

“nem mesmo o pronto restabelecimento do capitalismo em todas as sociedades pós-revolucionárias, seria suficiente para resolver uma única contradição estrutural do capital como modo de controle social de dominação das classes trabalhadoras. Removeria apenas a justificação autocomplacente e o álbi do ‘capitalismo avançado’.” (753/877)

Todas essas soluções à crise em que vivemos apresentam em comum a impossibilidade de tratar as causas enquanto causas, permanecendo num círculo vicioso de medidas paliativas, as quais, de maneira alguma, enfrentam as transformações estruturais que tal conjuntura exige. Como insiste em afirmar Mészáros, todas elas não chegam nem a “arranhar a superfície dos problemas estruturais”. (543,575/629,669)

Em suma, dois aspectos exporiam a inutilidade de tais propostas de solução da crise no interior do quadro estrutural do sistema do capital. Em primeiro lugar, não há como eliminar a relação de antagonismo que sustenta a forma concreta de valorização do capital, qual seja, a relação irreconciliável entre o capital e o trabalho. Desse modo, a contradição inexorável entre crescimento da produção de trabalho excedente e diminuição do trabalho necessário, com suas nefastas consequências para a realização do capital, permanece atuante. Temos, também, como impedimento de solução da crise por propostas dessa natureza, o fato de que não há nenhuma esfera da vida ou região no capitalismo mundial que já não estejam incorporadas às leis da lógica exploradora do trabalho. Hoje, nada resta do lado exterior do sistema do capital, pois “ele não tem ‘exterior’.” Não há, portanto, sempre segundo Mészáros, a possibilidade de qualquer sucesso duradouro no uso de medidas remediadoras e superficiais. (71/132)

O que nada mais significa que dizer o mesmo de outra forma, a razão da crise estrutural do capital está em seu próprio “modo de controle sociometabólico irrefreavelmente orientado à expansão” que lhe impõe a necessidade de “sustentar seu curso de desenvolvimento guiado pela acumulação” pois, do contrário, “mais cedo ou mais tarde *implode*, como aconteceu com o sistema do capital pós-capitalista soviético.”(71/131) Em função disso, “quanto mais mudam as próprias circunstâncias históricas, mais categoricamente os imperativos de funcionamento devem ser reforçados e mais estreitas devem ser as margens dos ajustes aceitáveis.”(143/217)

2.4 Ativação dos Limites Absolutos

Nesse sentido, a ativação dos “limites absolutos” do sistema do capital, para os quais não há mais ajustes definitivos, está na raiz da própria crise estrutural e o tempo de aproximação em direção a eles não pode ser negligenciado sob o risco de ocorrer o colapso do sistema e até mesmo a extinção da humanidade. Isso se deve ao fato de que o sistema “transforma suas potencialidades *positivas* em realidades *destrutivas*. Esta virada no desenvolvimento se torna mais pronunciada quanto mais se aproxima dos limites do sistema do capital – os limites das cada-vez-mais-perdulárias quantificação e expansão num mundo de recursos finitos.” (530/614)

Esses ajustes corretivos se esgotaram durante o período de ascendência histórica do capital, e apenas adiaram para o futuro (hoje, presente) o resultado das medidas paliativas utilizadas, porém impulsionadoras da expansão requerida à época. Com o esgotamento da fase de expansão, uma vez que não há mais “‘continentes escondidos’ para serem descobertos”, os “antagonismos estruturais latentes (...) [são] dramaticamente ativados.”(485/591)

Não se deve esquecer que “todo sistema de reprodução sociometabólica tem seus limites intrínsecos ou absolutos, que não podem ser transcendidos sem que o modo de controle prevalecente mude para um modo qualitativamente diferente.”(142/216) Apenas nesse sentido são absolutos, tendo em vista que a superação definitiva de um dado sistema de reprodução social impõe a alteração de todos seus pressupostos e princípios orientadores, o que no caso do sistema do capital significa eliminar seu total controle sobre a produção e distribuição da riqueza social, portanto sobre o trabalho, e a prioridade da produção de valor de troca em detrimento das necessidades humanas.

Nessa acepção, de acordo com Mészáros (145/220), “deve-se enfatizar que a expressão ‘limites absolutos’ não implica em algo absolutamente impossível de ser transcendido, como os apologistas da ‘ordem econômica ampliada’ dominante tentam nos fazer crer para nos submeter à máxima do ‘não há alternativa’.” Os limites absolutos, aos quais faremos referência em detalhe logo a seguir, dizem respeito a um sistema historicamente determinado – a era capitalista.

Há, ainda, um outro aspecto a ser considerado em se tratando dos limites absolutos. O fato de termos alcançado uma fase em que o capital já não pode mais responder a seu imperativo expansionista, e em que a continuidade do seu modo de autorreprodução carrega dentro de si as bases destrutivas dos elementos materiais e humanos

vitais ao funcionamento do sistema, não nos garante que o capital deterá seu impulso de transcender todos os limites à sua frente. Muito pelo contrário, conclui Mészáros,

“o mais provável é que se tente tudo para lidar com as contradições que se intensificam, procurando ampliar a margem de manobra do sistema capitalista em seus próprios limites estruturais. No entanto, como as fundamentações causais responsáveis pela ativação dos limites absolutos desse modo de controle não podem ser discutidas e, muito menos adequadamente resolvidas dentro de tais limites, a correção de alguns dos problemas mais explosivos do espinhoso processo do sociometabólico tende a ser procurada de outras formas. Esta correção ocorrerá por meio da manipulação dos obstáculos encontrados, estendendo-se ao extremo as formas e os mecanismos do intercâmbio reprodutivo no plano de seus efeitos limitadores, hoje deplorados até pelos ‘capitães de indústria.’”(145-146/220)

Resta ao capital a alternativa de aprofundar as suas contradições insanáveis, utilizando-se de ajustes corretivos de pouco efeito e confinados pelos limites intrínsecos do sistema. Tais ajustes, contudo, implicam em enfrentar “a mais intratável das contradições gerais do sistema capitalista”, já sublinhada anteriormente: “a impossibilidade de impor restrições internas a seus constituintes econômicos e a necessidade atualmente inevitável de introduzir grandes restrições”. Portanto, “qualquer esperança de encontrar uma saída desse círculo vicioso, nas circunstâncias marcadas pela ativação dos limites absolutos do capital, deve ser investida na dimensão política do sistema” e no uso de “restrições autoritárias extremas” através das instituições de que dispõe, como o parlamento e a força repressiva policial. O que, veremos ao tratar do Estado, gera um outro conjunto de contradições não menos intratável. (146/220)

No contexto da presente crise,

“não pode haver dúvida de que o sucesso ou não desta ação corretiva (ajustada aos limites estruturais do sistema global do capital), apesar de seu caráter evidentemente autoritário e de sua destrutividade, vai depender da capacidade ou incapacidade da classe trabalhadora de rearticular o movimento socialista como empreendimento verdadeiramente internacional.” (146/220)

Trataremos do significado da intervenção ativa do movimento socialista, nesse quadro de crise estrutural, no capítulo IV. O que interessa abordar agora é como Mészáros apresenta as formas de expressão mais fundamentais dos limites absolutos.

Mészáros analisa quatro questões que caracterizam a ativação desses limites absolutos: 1. o antagonismo estrutural entre o capital

global e os Estados nacionais; 2. a degradação das condições ambientais; 3. a luta pela emancipação das mulheres; e 4. o agravamento do desemprego crônico. No entanto, ele chama a atenção para o fato de que

“as quatro questões escolhidas para a discussão (...) não representam características isoladas. Longe disso: cada uma delas é o centro de um conjunto de grandes contradições. Como tais, elas demonstram ser insuperáveis precisamente porque, em conjunto, intensificam imensamente a força desintegradora de cada uma e a influência global desses conjuntos particulares tomados em seu todo.” (147/222)

Em razão da enorme relevância social e econômica para o tempo corrente, nos deteremos no mais explosivo fator constituinte do conjunto de forças interativas ativadoras dos limites absolutos do sistema do capital – o desemprego crônico. (149/224)

Lembra Mészáros que nem sempre o desemprego constituiu uma ameaça ao saudável funcionamento do sistema do capital; manteve-se enquanto uma ameaça apenas latente, durante muitos séculos de desenvolvimento histórico. Isso se sustentou até quando “se pôde manter a dinâmica da expansão e a acumulação rentável do capital”, sendo que o exército de reserva da força de trabalho cumpriu um papel até benéfico e necessário à manutenção da tendência de crescimento do capital. O deslocamento expansionista das contradições e antagonismos internos alimentava a ilusão que o aumento do nível de desemprego seria passageiro, e as “leis naturais” da reprodução socioeconômica ativariam os ajustes corretivos necessários.

Contudo, o problema assume uma dimensão bem mais incontornável quando a fase de ascendência histórica do capital se esgota e a acumulação enfrenta dificuldades crescentes para a realização de seus objetivos expansivos. A essa altura já não há mais disponibilidade das formas anteriores de exportação das contradições acumuladas, antes posta em ação “mediante uma confrontação militar massiva, como se experimentou em duas guerras mundiais, nem tampouco [se pôde dissipar] internamente [tais contradições] graças à mobilização dos recursos materiais e humanos da sociedade, em preparação de uma próxima guerra”, como se viu na década de 30 e no período pós-Segunda Guerra Mundial. Mesmo porque o crescimento excessivo de armamentos, justificado pela Guerra Fria, começou a tornar-se “proibitivo até para os países mais poderosos economicamente.” A consequência imediata dessa inversão expansionista é o desemprego, agora numa escala que não pode mais ser dissimulada pela ilusão de ser uma mera disfunção temporária; é, as-

sim, que “o desemprego em massa começa a lançar uma sombra realmente ameaçadora, não somente sobre a vida socioeconômica de um ou outro país, mas sobre todo o sistema do capital.”(242/333)

Tudo isso parece ainda mais grave, como diz Mészáros,

“pois uma coisa é imaginar o alívio ou a remoção do impacto negativo do desemprego em massa de um, ou mesmo em mais de um, país particular – mediante a transferência de sua carga para alguma outra parte do mundo ao ‘melhorar a posição competitiva’ do país ou dos países em questão (...). (...) outra coisa completamente diferente é sonhar com essa solução quando a doença afeta todo o sistema (...). Sob essas circunstâncias ativa-se a ‘explosão populacional’, sob a forma de *desemprego crônico*, como um limite absoluto do capital.” (242/333)

Uma característica particular do desemprego crônico é que ele não está limitado a jovens e mulheres, a trabalhadores manuais, a setores econômicos específicos ou às regiões mais pobres do mundo; ele ocorre em todas as categorias de trabalho qualificado e não qualificado - inclusive na classe média -, generalizando-se por toda economia mundial, sem fazer exceção mesmo aos países capitalistas mais avançados. (233-236/321-327) Se antes já não passava de promessa vazia alcançar-se o pleno emprego, hoje é mais visível ainda essa impossibilidade. Com o presente quadro de população excedente, expulsa das oportunidades de trabalho criadas no período de ascendência do capital, pode-se dizer que “‘*hoje, no período de decadência do imperialismo capitalista, é como se o exército de trabalhadores de reserva fosse o mundo todo*’ ”³³. (237/326)

O reconhecimento das proporções catastróficas do desemprego não se restringe aos opositores do sistema do capital, mas quando se vê a justificativa apresentada para o fenômeno pode-se distinguir claramente de que lado se analisa a questão. A ameaça à sobrevivência do sistema é atribuída, pelos apoletas do capital, a leis e causas estritamente naturais, inspiradas nas previsões malthusianas da ocorrência de uma “explosão populacional”(em constante crescimento geométrico) sem a correspondente produção de alimentos (que cresce aritmeticamente) – “o colapso é diretamente determinado pela natureza”. A “definição falsa de problemas e a projeção otimista de soluções (...) devem-se ao fato de não se poder contestar a *dinâmica interna* perversa do sistema”, e faz com que a verdadeira razão do desemprego seja ignorada ou falseada. (230/318-319)

³³ Staughton Lynd. “*Our kind of Marxist: From an interview with Staughton Lynd*”. Monthly Review, vol. 45, n. 11, April, 1994, pp. 47-49.

Atribui-se também o crescimento do desemprego ao desenvolvimento tecnológico e aos novos descobrimentos científicos, sem considerar que os recursos tecnológicos adicionados são utilizados em perfeito acordo com os princípios e objetivos reprodutivos do sistema, e, portanto, reforçam apenas enquanto efeito a tendência preexistente ao desemprego.

Assim, “uma vez que se ignoram os parâmetros e estruturais dados e as limitações do sistema (...), os únicos remédios aceitáveis (...) são (...) os que puderem ser considerados *externos* à dinâmica social real”. Os corretivos externos, então, recaem sobre os próprios trabalhadores, tanto no sentido de convencê-los a se conformarem (e incorporarem a ideia de que a época do pleno emprego acabou) com a tendência inexorável ao desemprego, como a aceitarem “satisfeitos” a opção do trabalho temporário e as restrições aos “órgãos coletivos tradicionais de defesa dos interesses do povo trabalhador”, impostas por meio de medidas autoritárias, com o objetivo de incriminar quem proteste contra tais políticas degradantes do trabalho. (232/320-321)

Diversas outras medidas remediadoras dos graves problemas gerados pelo desemprego crônico são instituídas, tais como “ ‘compartilhamento do trabalho (*work-sharing*) com salários reduzidos’ ”, “ ‘programas nebulosos e sem sentido de investimento em pequenas empresas e programas educacionais’ ”, programas de requalificação, etc., sem que ao menos se aponte a forma como essas medidas podem repor os milhões de empregos que as transnacionais estão eliminando, como também sem que se possa mais contar com a presença de “uma correspondente base industrial em expansão dinâmica”. Medidas, portanto, totalmente ineficazes com o propósito de iludir os trabalhadores e responsabilizá-los por não se encontrarem aptos ao trabalho. (238/328)

Outras consequências igualmente perversas recaem sobre os trabalhadores. É o que se pode ver por trás dos programas de treinamento, pois somente significam que: “ ‘você e eu aprendemos o trabalho um do outro, e assim no ano que vem um de nós dois se vai.’ ”³⁴ (237/326) Não é diferente do papel reservado, hoje, aos sindicatos tradicionais, quando são solicitados pelos chefes para cumprirem a seguinte tarefa: “ ‘Vamos demitir 30 por cento de vocês e o sindicato é quem vai decidir quem sai’ ”. Tudo isso revela quão perversas e ilusórias têm sido as medidas utilizadas para contornar

³⁴ Staughton Lynd, “*Our kind of Marxist: From an interview with Staughton Lynd*”. *Monthly Review*, vol. 45, n. 11, April, 1994, pp. 47-49.

o problema do desemprego na atual etapa de desenvolvimento do capitalismo. (237/326) O que muitas vezes é apresentado como uma preocupação em salvaguardar empregos e reduzir desemprego, com a introdução da flexibilização da legislação trabalhista e o crescimento do emprego temporário, está, de fato, apenas associado à “esperança de se melhorar as perspectivas de acumulação lucrativa do capital”. (239/330)

O que sempre esteve na base causal do desemprego foi a necessidade de realização e acumulação expandida do capital. O fracasso de todas as alternativas anteriores de solucioná-lo servem para comprovar a impossibilidade de conciliação entre expansão do capital e “pleno emprego”. Por um curto período histórico, no século XX, a aplicação das ideias keynesianas impulsionou a acumulação e expansão do capitalismo. O crescimento do emprego, foi favorecido devido à intervenção do Estado, “como o corretivo necessário para as tendências negativas do capital”, e à indústria de armamentos do complexo industrial-militar. No entanto, o fim do ciclo logo se apresentou com o agravamento das contradições insanáveis, apenas proteladas temporariamente. Tal base de crescimento era insustentável e gerou um alto déficit a ser pago pela população desavisada e ilusoriamente otimista. A repercussão da incapacidade de se sustentar um saudável crescimento do capital de acordo com suas necessidades expansivas atingiu a todos, mesmo ao centro do imperialismo – os EUA – que hoje convive com altos níveis de desemprego, e não apenas os países “subdesenvolvidos”. (243-246/333-337)

O que se pode, hoje, constatar é que

“em nossa ‘economia globalizada’ o círculo vicioso do desemprego crônico está completo, relegando ao passado todos os celebrados modelos de desenvolvimento do século XX – do ‘modelo sueco’ da socialdemocracia até o ‘capitalista avançado’, bem como os modelos rivais, soviético e chinês, de garantia da ‘modernização’ e de solução das contradições do subdesenvolvimento e do desemprego crônicos.”(247/337)

Não há, portanto, como se evitar o convívio com a “ ‘explosão populacional’ atualmente em marcha em forma de um crescente desemprego crônico nos países capitalistas mais avançados”, nem a eliminação do diferencial de vantagens comparativas, antes existente, entre os trabalhadores do centro e da periferia do sistema. A superioridade (que se presume “concedida por Deus”) a que estava acostumado o trabalho nos países avançados, na crise globalizada, perde sua força ideológica, na medida em que

“a dinâmica interna antagonista do sistema do capital agora se afirma – no seu impulso inexorável para reduzir globalmente o *tempo de trabalho necessário* a um valor mínimo que otimize o lucro – como uma tendência devastadora da humanidade que transforma por toda parte a população trabalhadora, numa *força de trabalho crescentemente supérflua*.” (250/341)

Ao mesmo tempo observa-se a imposição irreversível de uma “equalização da taxa diferencial de exploração”, antes abertamente favorável aos trabalhadores dos países avançados. Mészáros cita o exemplo da Ford das Filipinas, que podia pagar por hora ao trabalhador em Detroit (1971) 25 vezes mais do que pagava ao trabalhador local, obtendo como rendimento anual do capital com “um retorno de 121,32 % sobre o capital próprio, em contraste com uma média mundial de só 11,8%.” Porém, “imaginar que essas práticas possam continuar para sempre vai contra todas as evidências, como demonstram claramente os graves problemas das montadoras americanas em anos recentes”. Não há como separar as contradições, mantendo-as “dentro de *limites exteriores* artificialmente traçados”, da dinâmica interna do sistema. Nesse caso, nem mesmo o mero protecionismo regional poderia conter o acirramento das contradições resultantes do desemprego e do relacionamento entre os Estados nacionais e as transnacionais na totalidade do sistema. (249/340)

A inclinação expansionista do sistema não se detém mediante tais barreiras artificiais. Como afirma Mészáros, a “dominação neocolonial da maior parte do mundo por um punhado de países pode adiar o desenvolvimento completo dessa tendência objetiva do sistema” à equalização da taxa diferencial de exploração “nos países privilegiados (e ainda nesse caso de maneira sumamente desigual), mas não pode amortecer indefinidamente, e muito mesmo anular completamente, o seu impacto”. (249/340)

As consequências dessa extensão global do desemprego crônico expressas tanto por meio das disfarçadas práticas flexíveis de trabalho (*part-time labour*), como na redução significativa do nível de vida dos que permanecem empregados em tempo integral (*full-time occupations*), são sentidas de forma mais intensa no capitalismo avançado e representam maior instabilidade para o sistema. Tendo em vista o lugar ocupado pela força de trabalho no processo de reprodução e realização do capital nos países avançados, o que lhe garantiu a alegada superioridade em relação aos trabalhadores do “Terceiro Mundo” (ainda à espera das melhorias prometidas pela “modernização”), o colapso do pleno emprego e o declínio do poder aquisitivo provocam circunstâncias demasiadamente intoleráveis a tais trabalhadores. Isso não se deve à “incapacidade de atender a algumas

‘aspirações fictícias da classe média’, mas em termos dos compromissos e obrigações mínimos, sem os quais as pessoas não conseguem levar sua vida diária, adicionando assim o pavio aos explosivos que se acumulam.” Na eventualidade de um colapso no capitalismo avançado, dada sua posição de centro nuclear do sistema, “seria absolutamente impossível imaginar o seu funcionamento sustentado”. (251/342)

Para poupar-se do “inevitável impacto desestabilizador do desemprego”, somente uma alternativa racional de uma “grande redução no número de horas passadas no local de trabalho, digamos a metade,” poderia dar oportunidade de emprego a muitos milhões. No entanto, é uma alternativa descartada, tanto do ponto de vista econômico, “como demonstra a rejeição sistemática até mesmo das demandas modestas dos sindicatos pela redução da carga horária semanal”, como do político, pois não se admite qualquer possibilidade de legitimidade alternativa que contrarie o poder do capital como “a força controladora e o princípio orientador absoluto da reprodução sociometabólica.” (252/343)

Sem poder encontrar uma saída econômica satisfatória para esse quadro desestabilizador do sistema causado pelo desemprego crônico, o recurso utilizado com crescente frequência nos países avançados tem sido a aplicação de medidas autoritárias, as quais são concebidas para ameaçar a força de trabalho com a lei e, sempre que necessário, com o emprego da força, “apesar das tradições do passado – e as pretensões constantemente reiteradas do presente – a respeito da ‘democracia.’” (251/342) Assim, ao contrário das “determinações primordialmente *econômicas*” que predominaram na fase de ascensão histórica do capital, diante da “tentativa de tomar o controle da incontrolabilidade do sistema, estamos sujeitos a uma tendência de determinações *crescentemente políticas* nos desenvolvimentos econômicos do século XX”, o que, todavia, tem levado a “resultados pouco tranquilizadores”. (253/344)

Não é por outras razões que “a contradição potencialmente mais explosiva do capital” consiste no “uso ou não-uso da força de trabalho socialmente disponível”, o que no contexto da crise estrutural significa transformar o exército de reserva do trabalho numa “explosiva ‘força de trabalho supérflua’ – ainda assim e ao mesmo tempo mais necessária do que nunca para possibilitar a reprodução ampliada do capital”. (577, 253/672, 344)

A despeito desse caráter particularmente mais explosivo do desemprego crônico, para Mészáros as tensões internas do sistema

são, evidentemente, intensificadas por todos os “quatro conjuntos de forças interativas” ativadoras dos limites absolutos do capital, mais ainda, porque atuam de forma combinada no interior do sistema totalmente integrado e globalizado. Com o fim da fase de ascendência do capital, em que se podia “manejar os antagonismos internos de seu modo de controle através da dinâmica do *deslocamento expansionista*”, as condições da dinâmica expansionista tornaram-se mais problemáticas e definitivamente insustentáveis. Isso se deu, ressalta Mészáros,

“não apenas no que se refere à contradição entre o capital transnacional e os Estados nacionais, assim como a invasão do ambiente natural, devido aos imperativos da reprodução autoexpansionistas do capital, mas também com relação aos limites estruturais absolutos encontrados [do desemprego crônico] (...) com complicações particularmente ameaçadoras para todo o sistema resultantes da desestabilização de seu núcleo. Com relação à demanda de igualdade substantiva, a que o capital é absolutamente avesso, ela representa um problema diferente, mas não menos sério. Pois a demanda afirmou-se, nas últimas décadas, de forma irreprimível, trazendo consigo complicações insolúveis para a ‘família nuclear’ – o microcosmo da ordem estabelecida – e, dessa forma, dificuldades proibitivas para a garantia da reprodução continuada do sistema de valores do capital.” (253/344)

O agravamento dos limites absolutos, ativados por todos os quatro complexos parciais, cuja gravidade diferenciada adquire um potencial ameaçador quando combinados num mesmo momento de crise, coloca a reprodução continuada do sistema em questão. Principalmente porque, no passado, “todos os quatro conjuntos de determinantes foram constituintes positivos da expansão dinâmica e do avanço histórico do capital”, e agora não só estão impossibilitados de “continuar sendo positivamente sustentados”, mas muito pior, representam “um impedimento atuante para a acumulação tranquila do capital e o funcionamento futuro do sistema capitalista global.” Em vista disso, “a ameaça da incontornabilidade lança uma sombra muito longa sobre todos os aspectos objetivos e subjetivos do modo historicamente singular de que o capital dispõe para controlar a ininterrupta reprodução sociometabólica.” As condições necessárias ao funcionamento apropriado do sistema tendem, assim, a escapar ao controle do capital, algo extremamente grave, considerando-se que o capital é “um sistema de controle *par excellence* ou nada”. (151-152/226-227)

Além disso, ocorre que os limites do capital, com todas as contradições que lhes são subjacentes, já mencionadas, “colidem com as condições elementares do próprio *sociometabolismo*, e desse modo

ameaçam aguda e cronicamente a própria sobrevivência da humanidade”, o que pode levar-nos a uma “nova barbárie”. (432/526) No presente estágio de desenvolvimento do capital, em que “*produtividade* (...) parece ser inseparável de uma fatal *destrutividade*”, as “válvulas de escape produtivas-destrutivas” não podem ser bloqueadas repentinamente, impedindo o capital “de levar adiante seu propósito de reprodução ampliada”, pois, caso ocorra, “o sistema do capital desmoronaria - mais cedo ou mais tarde, mas com certeza absoluta.” (432, 76/527, 138).

Contudo, conforme acentua Mészáros, o capital tem demonstrado uma imensa capacidade “em estender os limites da sua própria utilidade histórica”. Há uma “capacidade inerente no capital para responder com flexibilidade a crises, adaptando-se a circunstâncias que, *prima facie*, parecem ser hostis à continuidade do seu funcionamento.” E continua, fazendo um alerta: “sem enfrentar realisticamente e constantemente reavaliar os limites *dinâmicos* do capital, toda extensão bem sucedida destes limites continuará a ser saudada como um prego no caixão do marxismo pelos seus adversários.” (426-427/520)

Vejamos que não foi de outra maneira que o capital agiu quando se esgotaram os “continentes escondidos” para continuar a se expandir enquanto um sistema mundial. Ele reestruturou “suas válvulas de escape segundo as exigências de uma *totalidade intensiva* quando foram alcançados os limites da sua *totalidade extensiva*.” O capital procura sempre a “‘linha de menor resistência’, tanto se pensamos nas mudanças históricas no modo de explorar as classes trabalhadoras ‘metropolitanas’ ou os seus diferentes modos de dominar o mundo colonizado e ‘subdesenvolvido’.” Com a exploração da *totalidade intensiva*, “o tamanho do ‘mundo redondo’ poderá muito bem ser dobrado, ou multiplicado por dez, dependendo de uma série de outras condições e circunstâncias – inclusive políticas.” (485-486/591)

E não poderia ser diferente, pois se trata de um processo reprodutivo, segundo Mészáros, em que se encontram envolvidas “forças sociais inerentemente dinâmicas, com *consciência* (e ‘falsa consciência’) dos seus interesses que se alteram, em *ambos* os lados do antagonismo social fundamental”. Diante disso, “estes reajustamentos devem ser conceitualizados como um *processo em andamento* cujos limites *últimos* ou ‘absolutos’ não podem ser prontamente pré-configurados, apesar de eles existirem do mesmo modo.” Pela mesma razão, os “limites últimos (...) dizem mais respeito às amplas condições *históricas* do processo do que às suas flutuações transitórias.” (448/546)

Nesse sentido, os limites últimos não deixam de operar nos momentos em que o capital consegue contornar suas contradições mais explosivas e promover um “ajustamento e extensão bem sucedidos dos limites anteriores”. A ameaça do colapso continua presente mesmo aí, uma vez que os limites absolutos

“operam subjacentes a todos os ajustes e circunscrevem o alcance das opções viáveis, impedindo enfaticamente a reversão bem-sucedida das próprias tendências *fundamentais*. Nesse sentido, mas apenas nele, há uma real *irreversibilidade do tempo histórico*, mesmo que seus momentos particulares devam ser tratados com o máximo cuidado e com uma sóbria avaliação.” (458/557)

A inevitabilidade do colapso do capitalismo, no seu devido tempo, considerando que o processo de deslocamento das contradições pode continuar “apenas até o ponto da saturação final do próprio sistema e do bloqueio das válvulas de escape expansionistas”, não resulta, na análise desenvolvida por Mészáros, no socialismo. (482/588) Os “poderes de destruição que se acumulam (...) podem nos precipitar na ‘barbárie’ de Rosa Luxemburg, em vez de garantir o final socialista”. (458/558) A “erupção de todas as contradições do capital pode apenas resultar numa crise estrutural devastadora”. (426/520)

Não basta, portanto, que se chegue ao colapso inevitável do capital, quando não mais se puder evitar a “condensação e explosão” das contradições do sistema, para se “produzir um *salto qualitativo* ao universo social da nova forma histórica”, anunciada por Marx. Ocorre que a “ativação das contradições globais e das crises que se seguem (...) ‘anunciam’, mas vejam bem, apenas anunciam, sem que de modo algum *produzam automaticamente* a nova forma histórica”. É necessário que se promova a “*resolução* das contradições fundamentais” como condição ao surgimento de uma “nova forma histórica” pois, do contrário, nada estará assegurado para se ter o mínimo sucesso. (426/519)

Em função disso, sublinha Mészáros,

“a ‘nova forma histórica’ não pode ser definida em termos do sistema preva-
lecente de pressuposições, pré-condições e predeterminações precisamente porque deriva sua novidade histórica - ‘reino da liberdade’ - da escolha consciente dos produtores associados, para além do colapso do determinismo econômico do capital, numa bifurcação da história quando ‘todas as contradições entram em jogo’ e clamam por uma solução de tipo radicalmente novo.” (426/519)

A “alternativa hegemônica socialista ao domínio do capital”, assim concebida, vem contrapor-se à resignação em “suportar a inércia do ‘realismo’ do capital que se autoperpetua”, e à irreal “projeção gratuita de que a humanidade pode sobreviver por muito mais tempo ainda dentro dos limites estruturais necessariamente destrutivos do modo estabelecido de reprodução sociometabólica.” (793/921) O capital, hoje, só consegue expandir-se em acordo com sua lógica de autorreprodução destrutiva – não tem como existir fora do círculo vicioso da produção destrutiva. O *slogan* tão difundido e aceito de que “Não há alternativa” ao capital, restando, portanto, a possibilidade de administrá-lo de forma menos destrutiva, com a análise desenvolvida por Mészáros, transforma-se em “Não há alternativa” para o capital.

A ativação dos limites absolutos e, por conseguinte, a crise estrutural nas proporções com que a temos hoje impossibilitam encontrar-se uma solução nos marcos dos parâmetros estruturais do sistema do capital. “Quando esses limites são alcançados no desenvolvimento histórico é forçoso transformar os parâmetros estruturais da ordem estabelecida”. (142/216) Não se pode ignorar tal fato, como fizeram todos que tentaram encontrar alternativas nos limites do próprio capital, e fracassaram – social-democratas, direita radical, novo trabalhismo, sociedades pós-capitalistas –, pois a crise continua em seu curso ameaçador. Conseguiram apenas tratar dos efeitos e consequências do modo de funcionamento do sistema, desse modo contribuindo apenas para seu fortalecimento, estendendo os limites relativos a cada fase específica de desenvolvimento do capital até o inevitável aprofundamento da crise estrutural.

Qualquer alternativa, portanto, de acordo com Mészáros, deve enfrentar a “necessidade gritante da humanidade de discutir as causas como causas no modo de controle sociometabólico estabelecido, para erradicar, antes que seja tarde demais, todas as tendências destrutivas do capital, já bastante visíveis e cada vez mais preponderante”. O projeto socialista deve atender a essa necessidade. (72/133)

CAPÍTULO 3 - ESTADO E CAPITAL: UMA RELAÇÃO DE COMPLEMENTARIDADE NA BASE MATERIAL

3.1 Por que a necessidade do Estado Moderno?

Com a crise estrutural e o estreitamento da margem de manobra do capital para contornar as contradições acumuladas no fim de sua fase de ascendência, a ação política é cada vez mais solicitada. Ela se manifesta através da intervenção legislativa cada vez mais autoritária contra o trabalho e do uso mais frequente das forças repressivas contra os opositores do sistema. A imposição da “escravidão assalariada”, meio indispensável de exploração do trabalho excedente nos marcos desse sistema, sem a qual não pode existir, cerceada pelo desemprego crônico, transforma num paradoxo insolúvel a base da acumulação do capital, pois convivem lado a lado a necessidade ineliminável de trabalho vivo e a produção crescente de trabalho supérfluo expulso da produção. Somada à instabilidade de suas unidades reprodutivas diretas, numa conjuntura de crise estrutural, em que o sistema tende a uma maior centralização e concentração do capital, a solicitação de maior intervenção externa do Estado moderno no funcionamento do sistema é inevitável.

Esse movimento de maior intervenção política do Estado moderno, num sistema que se consolidou na história como o modo mais eficiente de extração econômica de trabalho excedente, resulta, segundo Mészáros, em mais dificuldades que soluções para a continuidade expansionista do capital e expõe à superfície a incontrolabilidade do capital. Antes, porém, devemos expor a análise de Mészáros sobre as determinações essenciais do Estado moderno e sua

íntima interconexão com o capital e o trabalho, elementos essenciais na constituição e preservação do modo de controle sociometabólico dominante.

Entre as várias teorizações sobre o Estado há uma vertente, que é rejeitada a princípio por Mészáros: a vertente que considera o Estado como o espaço e a mediação para a solução das dificuldades e contradições inerentes ao sistema do capital e, portanto, como o agente da “reconciliação”. Nesta perspectiva, o Estado vem atender à necessidade de se promover uma “verdadeira reconciliação” dos antagonismos existentes, tanto das fragmentadas unidades reprodutivas diretas do capital quanto dos “conflitos e conflagrações internacionais destrutivos”.

Os pensadores de tal vertente recorrem à solução idealizada da “reconciliação”. São aqueles que não podem questionar a própria determinação ontológica do capital – ser um modo de controle metabólico fundado na separação entre a produção e o controle alienado dos reais sujeitos da produção. Atribuem ao Estado e às suas formas idealizadas a capacidade de afastar os perigos explosivos e desagregadores imanentes ao sistema do capital antagonisticamente estruturados. (56/115-116)

Mészáros, nesse contexto, está pensando no “postulado ideal de Kant do Estado como uma agência da ‘paz perpétua’, ou no confiante ‘Estado comercial fechado’ de Fichte, ou, mesmo, na ‘verdadeira reconciliação’ projetada por Hegel, para quem o Estado incorpora a ‘imagem e a realidade da razão’”. Todas essas soluções

“significam apenas a defesa de algum ideal irrealizável. Não poderia ser de outra forma, pois os microcosmos antagonisticamente estruturados do sistema do capital – com seu inerradicável *bellum omnium contra omnes* (...) jamais são realmente questionados. São simplesmente incorporados à idealidade do Estado e com isso deixam de representar perigo de ruptura ou explosão, uma vez que se atingiu a idealidade de alguma forma de ‘verdadeira reconciliação.’” (56-57/116)

Acrescenta nosso autor que as teorizações sobre o Estado, do ponto de vista do capital, estão limitadas à afirmação positiva da “permanência das hierarquias estruturais estabelecidas” e toda dificuldade ou conflito devia ser remediado pela “força da Razão como solução genérica e *a priori*”, ou inventado “planos especiais, sem qualquer base na realidade, pelos quais se *deveriam* encontrar as respostas para as contingências históricas perturbadoras identificadas.” (56/115)

Essas respostas supostamente poderiam ser dadas pelo Estado,

que, no seu papel reconciliador, estaria acima das “reciprocidades e interdependências contraditórias dos ‘microcosmos’ ” do sistema do capital, atuantes na “sociedade civil”, mas não no Estado. O Estado poderia, assim, administrar os conflitos e contradições para que estes não se transformassem em impedimento ao livre desenvolvimento expansionista do capital. Por trás dessa distinção entre a “sociedade civil” e o Estado está a necessidade de, ao invés de reconhecer a inexorabilidade das determinações essencialmente antagonistas do capital, idealizar um campo para a realização possível de uma conciliação impossível no todo. (157/233)

O propósito implícito nesse tipo de análise é revelado, chama atenção Mészáros, quando vemos que,

“em Hegel e no pensamento burguês em geral, a falsa oposição entre a ‘sociedade civil’ e o Estado serve ao objetivo de idealizar a ‘conciliação’ da imaginária (na melhor das hipóteses, apenas temporária) ‘solução’ das contradições e antagonismos reconhecidos. Nessa situação, o Estado está destinado, por definição, a superar as contradições da sociedade civil, por mais intensas que sejam, por meio de suas instituições e sistemas legais, deixando-as ao mesmo tempo totalmente intactas na sua ‘própria esfera’ de operação, ou seja: na própria ‘sociedade civil’.”(157-158/234)

Em vista disso, o Estado possui apenas “poderes idealmente corretivos” no conjunto do sistema, sendo essa limitação essencial pertinente a todas as formas de Estado concebidas pela teoria burguesa, “até mesmo quando (...) alguns ideólogos do capital defendem a ‘retirada’ do Estado das questões económicas.” Essa função do Estado é indispensável ao capital, como veremos a seguir, pois sem sua ação coesiva sobre as unidades reprodutivas fragmentadas e competitivas do sistema do capital não se poderia assegurar os resultados acumulativos e a prosperidade esperados para o sistema como um todo. (158/234)

A restrição à realização da propalada reconciliação, imposta pelo limite dos poderes do Estado a um efeito meramente corretivo das contradições insolúveis do capital, não aparece somente nos teóricos burgueses clássicos; ela permanece presente, pois cumpre uma função essencial, nas formas mais variadas das políticas atuais, adaptando-se às demandas dos capitalistas:

“quer façam o *lobby*, em linhas keynesianas, pelo financiamento do déficit expansionista, quer o façam a favor da ‘criação de condições favoráveis para as empresas’ por meio de restrição monetária e corte dos gastos públicos, seu denominador comum é a admissão explícita ou implícita de que, sem a intervenção ‘adequada’ do Estado, as estruturas de reprodução material do

sistema estabelecido não produziram os resultados esperados. Mesmo a ideia de ‘encolher as fronteiras da atividade do Estado’ pressupõe (ilusória e arbitrariamente) no mínimo a *capacidade* de o Estado fazer isto.”(158/234)

No entanto, a despeito da pesada intervenção que possa ter operado nas diversas fases de desenvolvimento do capital, o Estado não tem como realizar “as projetadas ‘reconciliação’ e ‘solução’ das contradições”, uma vez que permanecem as deficiências estruturais do sistema, que se agravam com o fim da ascendência histórica do capital, “ativando os limites absolutos do sistema (...). Com isto, torna-se impossível continuar escondendo os limites e contradições do capital sob o manto de uma ‘conciliação’ atemporal a ser realizada pelo Estado nacional mais ou menos idealizado.”(158/235)

Na fase expansiva do capital, os defeitos estruturais do sistema puderam ser atenuados pela intensificação da produtividade e pelo deslocamento das contradições internas a outros espaços ainda não incorporados pelo sistema reprodutivo dominante. Mas esses defeitos estruturais não podem ser remediados infinitamente, pois constituem a base da existência contraditória do capital. O capital necessitou, durante sua formação histórica, promover a separação da anterior unidade entre a produção e controle, para alcançar os níveis de acumulação necessários à superação da antiga forma feudal de produção, marcadamente limitada pelos padrões da autossuficiência produtiva e da circulação em mercados locais. Ao destruir as barreiras interpostas a seu impulso incontrolável à acumulação ampliada, sempre com vistas a uma escala de expansão crescente, o capital gerou uma série de novas contradições inelimináveis.

Ao lado da eliminação “das restrições subjetivas e objetivas da autossuficiência” empreendida pelo capital no curso da história, o que vai torná-lo “o mais dinâmico e mais competente *extrator de trabalho excedente* em toda a história”, ocorre a “perda de controle sobre o conjunto do sistema reprodutivo social”. (46,47/102,104) Como já destacado no capítulo II, os “próprios atores humanos como ‘controladores’ do sistema estão sendo de modo geral *controlados* e, portanto, em última análise, não se pode afirmar a existência de qualquer representante humano autodeterminante no controle do sistema”. Isso se deve “à separação radical entre produção e controle no âmago deste sistema.”(66/126)

O sistema reprodutivo do capital é estruturado com base em relações antagonicas e o processo de sujeição requerido a todo sistema totalizador e dominante “assume a forma de dividir a sociedade em classes sociais irreconciliavelmente opostas em bases objetivas”. O

que distingue as classes sociais de forma determinante é a separação historicamente consumada pelo sistema do capital entre “as funções produtiva e controladora do processo de trabalho”, condição essa indispensável para a efetivação de sua “*raison d’être*”, qual seja, “a extração máxima de trabalho excedente dos produtores de qualquer forma compatível com seus limites estruturais”. (43/99) A consequência imediata dessa perda de controle dos trabalhadores sobre o processo de trabalho é a “perda de controle sobre os processos de tomada de decisão”. (41/97)

O que também ocorre com os capitalistas³⁵, enquanto indivíduos particulares, em relação ao sistema como um todo, apesar da diferença qualitativa a seu favor na posição de possuidores do capital. Como tal, no entanto, devem atuar como pseudo-sujeito na execução dos imperativos reprodutivos do capital, como forma de garantir o funcionamento adequado dos microcosmos do sistema.

A referida perda de controle sobre a produção, exigiu, então, a “sobreposição de um agente separado – as ‘personificações do capital’ em uma forma ou outra – sobre o agente social da produção: o trabalho.” As “personificações do capital” deveriam exercer o controle sobre as unidades de produção particulares, na “forma da ‘tirania das oficinas’ exercida pelo ‘empresário’ privado, pelo gerente, pelo secretário stalinista do Partido, ou pelo diretor da fábrica estatal, etc., mas eram insuficientes para ”assegurar a viabilidade global do sistema do capital”. (48/105)

As unidades isoladas devem contar com plena autonomia para consumir eficientemente a extração de trabalho excedente, tendo em foco a realização de apenas seus objetivos particulares imediatos. Ao passo que o sistema tem que preservar a lógica reprodutiva do capital no sentido da contínua expansão do todo, muitas vezes em aberto conflito com a ação das “forças centrífugas” que imperam através dos “microcosmos do sistema”.

As forças centrífugas, para sobreviverem no ciclo incessante e contínuo da acumulação a elas imposto como um movimento natural de autorreprodução do sistema do capital, devem procurar realizar a extração do trabalho excedente sem qualquer limite que implique em contenção do impulso (irrefreável) à expansão, tornando-as entre si, enquanto unidades isoladas “diametralmente opostas”, “insubmissas” a um controle que emane do interior do próprio sis-

³⁵ “Eles têm de obedecer aos imperativos objetivos de todo o sistema, exatamente como todos os outros, ou sofrer as consequências e perder o negócio.” (42/98)

tema. Se deixadas a seu livre curso, essas forças centrífugas podem colocar em risco o funcionamento do próprio sistema, o que, no limite, se traduz no desencadeamento de consequências internamente destrutivas ou até mesmo autodestrutivas. É assim que as unidades particulares socioeconômicas reprodutivas do capital tornam-se “incapazes de coordenação e totalização espontânea”. (63/123)

O Estado moderno vem atender a essa “completa ‘ausência’ ou ‘falta’ de uma coesão” dos microcosmos socioeconômicos, pois se deixados em seu “rumo disruptivo” e em conformidade com sua determinação estrutural centrífuga, não haveria condições objetivas para o sistema do capital se consolidar como inerentemente totalizador e global. (63/123) Diante disso, Mészáros afirma que

“sem uma estrutura de comando totalizadora adequada - firmemente orientada para a extração de trabalho excedente - as unidades dadas do capital não constituem um *sistema*, mas apenas um agregado mais ou menos acidental e insustentável de entidades econômicas expostas aos riscos do desenvolvimento deformado ou da franca repressão política. (É por esta razão que alguns começos capitalistas promissores são interrompidos e até completamente invertidos em certos países no curso do desenvolvimento histórico da Europa; o Renascimento italiano oferece um impressionante exemplo disso.)” (63/123)

Tal ação remediadora vai ser realizada pela formação do Estado moderno, que se reveste de “sua modalidade histórica específica, (...), acima de tudo, para poder exercer o *controle abrangente* sobre as forças centrífugas insubmissas que emanam das unidades produtivas isoladas do capital, um sistema de reprodutivo social antagonisticamente estruturado.” Ele é necessário para a preservação e operação do sistema do capital enquanto um controle político em separado, que, ao mesmo tempo em que permite o funcionamento individual e competitivo de suas unidades isoladas, supre o sistema de sua unidade ausente, garantindo-lhe a necessária coesão ao funcionamento do todo. (50/107)

3.2 Ação Corretiva e Coesiva do Estado Moderno

O Estado moderno, de acordo com Mészáros, existe para desenvolver uma “ação corretiva dos antagonismos estruturais”, não no sentido de sua eliminação, mas, ao contrário, para mantê-los sob controle, o que tem como resultado inevitável uma acentuação da dualidade (separação) entre *produção e controle*, exigindo, a depender das circunstâncias históricas, uma sua intervenção cada vez mais impositiva e autoritária como garantia, em momentos de crise, do

(difícil) controle requerido pelo desenvolvimento expansionista do capital. (49, 62/106, 226)

Não se pode pensar num Estado desembaraçado de seu papel vital, qual seja, o de assegurar e salvaguardar as condições globais da extração de sobretabalho. O Estado e o capital são totalmente inconcebíveis em separado. (58/117) O Estado moderno surge como um complemento às estruturas econômicas do sistema do capital. Como uma “totalizadora estrutura de comando político do capital” que tem como função primordial “assegurar e proteger numa base permanente as realizações produtivas do sistema”. (49/106) Ele é “absolutamente indispensável para a sustentabilidade material de todo o sistema”. (59/119)

No sistema feudal, o poder político “era essencialmente *local* em seu exercício”, e “tinha de deixar as funções de controle básicas do próprio processo de reprodução econômica para os produtores”. O Estado participava como “supervisor externo” do sistema reprodutivo dominante à época. Esse poder só poderia persistir até quando “as próprias unidades metabólicas básicas do sistema permanecessem *internamente coesas e restritas* sob os dois aspectos mencionados”. (59/118)

Com o sistema do capital ocorre, sempre segundo Mészáros, algo substantivamente diferente. Em primeiro lugar, o capital teve que conquistar sua dominância reprodutiva a partir de seu impulso irrefreável à acumulação ampliada e expansionista, tendo, para isso, que superar todos os limites intrínsecos à autossuficiência das unidades reprodutivas feudais. As anteriores *coesão* e *restrição* internas das unidades metabólicas básicas do sistema feudal foram substituídas, de acordo com a evolução histórica do capital, pela separação entre a produção e controle (produtores separados dos meios de produção), produção e consumo (valor de uso subsumido ao valor de troca) e produção e circulação (trocas locais incompatíveis com o mercado mundial). Para dar conta das “deficiências estruturais de controle” decorrentes desse conjunto de determinações contraditórias e antagônicas, surge a necessidade do “estabelecimento de estruturas específicas de controle capazes de *complementar* – no nível apropriado de abrangência – os constituintes reprodutivos materiais, de acordo com a necessidade totalizadora e a cambiante dinâmica expansionista do sistema do capital.”(59/118-119)

O poder de controle feudal, restrito a uma função de supervisão externa do metabolismo reprodutivo, tem de ser, assim, substituído por uma “estrutura de comando política abrangente do capital”,

com uma função de sustentação da própria reprodução interna do sistema. O Estado moderno, segundo a análise de Mészáros, torna-se, então, “parte da ‘base material’ do sistema, tanto quanto as próprias unidades reprodutivas socioeconômicas”. (59/119) Nesse sentido, para Mészáros,

“como prova da substantiva materialidade do Estado moderno, realmente descobrimos que, em sua condição de estrutura de comando político totalizador do capital, ele não está menos preocupado em assegurar as condições de extração de trabalho excedente do que as próprias unidades reprodutivas diretas, embora, naturalmente, ofereça à sua própria maneira sua contribuição para um bom resultado.”(61/121)

Esse princípio estruturador do Estado moderno, qual seja: “garantir e proteger as condições gerais para a extração de trabalho excedente³⁶”, é válido para todas as suas formas, inclusive as variedades pós-capitalistas. (61/121)

O Estado moderno, enquanto uma estrutura de comando político abrangente do capital, desempenha uma função vital (é mesmo um “pré-requisito”) no processo de “transformação das unidades inicialmente fragmentadas do capital em um *sistema viável*, e o quadro geral para a completa articulação e manutenção deste último como *sistema global*.” Sem seu “papel constitutivo e permanentemente sustentador”, seria impossível a realização dos objetivos metabólicos fundamentais do sistema com base nas unidades reprodutivas submetidas aos defeitos estruturais fragmentadores do sistema do capital. (65/124)

É assim que o Estado moderno “contribui de modo significativo, não apenas para a formação e consolidação de todas as grandes estruturas reprodutivas da sociedade, mas também para seu funcionamento ininterrupto”, e, desse modo, “deve ser entendido como uma parte constitutiva da própria base material do capital”. (64-65/125) Como vimos, está diretamente envolvido na reprodução interna do capital, e, é assim, como ressalta Mészáros, que o Estado moderno

“alcança sua enorme importância, não somente como a estrutura reguladora global das contingentes relações *políticas*, mas também como um constituinte

³⁶ Aqui, como em outras passagens semelhantes na edição brasileira do *Para Além do Capital*, encontramos uma incorreção na tradução do termo “*surplus-labour*”, que significa “trabalho excedente” (tradução por nós adotada), e não “mais-valia”. Tal distinção é fundamental à análise de Mészáros quando se refere às características essenciais das sociedades pós-capitalistas. (631/737).

material essencial do sistema no seu todo, sem o qual o capital não poderia afirmar-se como a força controladora do modo estabelecido de reprodução sociometabólica.”(719-720/839)

O Estado moderno corporifica a necessária dimensão coesiva de “seu imperativo estrutural orientado para a expansão e para a extração de trabalho excedente” do sistema do capital. Isso é o que pode ser encontrado de comum em todas as formas de Estado. Ele vem responder à necessidade do capital em manter “uma estrutura *separada* de comando político totalizador” sobre suas unidades reprodutivas econômicas, cujo caráter é incorrigivelmente centrífugo, pois, do contrário, o sistema não conseguiria realizar seus objetivos reprodutivos totalizantes e expansionistas. (61/121) O Estado moderno, assim, repetimos, torna-se “absolutamente vital para a sustentabilidade material de todo o sistema”. (59/121)

3.3 Elementos Constitutivos da Reciprocidade Dialética entre Estado e Capital

Nesse sentido, o Estado moderno não pode ser considerado um mero órgão da superestrutura, ou, nas palavras de Mészáros, como uma “ ‘superestrutura atuante’ que surge de uma ausência material estruturalmente essencial, de modo que corrija os defeitos de todo o sistema, quando se admite que o próprio sistema seja diretamente determinado por sua base material.” (61/121)

O Estado, “como estrutura de comando abrangente, tem *sua própria superestrutura* – a que Marx se referiu apropriadamente como ‘superestrutura legal e política’ – exatamente como as estruturas reprodutivas materiais diretas têm suas próprias dimensões superestruturais.” É com essa finalidade que surgem as “teorias e práticas de ‘relações públicas’ e ‘relações industriais’, ou as da chamada ‘administração científica’”, voltadas especificamente às unidades reprodutivas econômicas do sistema. (59-60/119)

Do mesmo modo, o Estado moderno necessita “articular sua superestrutura legal e política segundo suas determinações estruturais inerentes e funções necessárias”, sempre em consonância com seu “papel vital de garantir e assegurar as condições gerais para extração de trabalho excedente”, complementando os elementos reprodutivos materiais do sistema do capital. Devido a essa necessidade é que a superestrutura legal e política do Estado podem “assumir as formas parlamentarista, bonapartista, ou até de tipo soviético pós-capitalista, além de muitas outras, conforme exijam as circunstâncias

históricas específicas”. (61-62/121)

Pode, também, dentro do próprio capitalismo, desfazer-se de “uma estrutura legal-política liberal-democrática e adotar uma forma abertamente ditatorial de controle legislativo e político”, sem que para isso provoque qualquer descontinuidade em sua função enquanto comando político abrangente do capital, ou mesmo nas prerrogativas acumulativas e expansionistas do sistema; muito pelo contrário, justamente altera sua superestrutura legal e política para atender às necessidades de estabilidade do sistema. De acordo com Mészáros, “basta pensarmos na Alemanha antes, sob e depois de Hitler, ou nas mudanças do Chile de Allende para o estabelecimento do regime de Pinochet e a ‘restauração democrática’, deixando Pinochet e seus aliados no controle militar.” (62/121)

Conceber o Estado como “uma simples ‘superestrutura’ ” torna esse tipo de mudança “inconcebível”. O que se pode constatar nesses exemplos históricos, segundo a análise de Mészáros, é que, tanto na Alemanha como no Chile, “a base material capitalista permaneceu estruturalmente a mesma durante as transformações históricas, de avanço ou recuo por que passaram as respectivas superestruturas legais e políticas.” A razão destas mudanças se encontra na “grande crise do complexo social global” que atingiu os países envolvidos. O Estado, um constituinte material fundamental e permanente dos desenvolvimentos decorrentes da crise do capital global, foi apenas solicitado a adequar, a cada circunstância histórica, suas superestruturas legais e políticas, dirimindo, mesmo que circunstancialmente, os impedimentos políticos e legais à realização produtiva do capital. (62/121-122)

Por essas e outras razões é que, para Mészáros, “o capital chegou à dominância no reino da produção material paralelamente ao desenvolvimento das práticas políticas totalizadoras que dão forma ao Estado moderno.” Nos dias de hoje, podemos observar como isso se manifesta, quando vemos que a crise estrutural do capital “afeta profundamente todas as instituições estatais e práticas organizacionais correspondentes.” A crise estrutural do capital provoca uma “crise da política em geral, sob todos os seus aspectos, e não somente sob os diretamente preocupados com a legitimação ideológica de qualquer sistema particular de Estado.”(49/106-107)

Nesse mesmo sentido, Mészáros vai afirmar que é “perfeitamente inútil perder tempo tentando tornar inteligível a especificidade do Estado em termos da categoria da ‘autonomia’ (especialmente quando se expande esta ideia para significar ‘independência’) ou de sua negação.”

Não pode haver autonomia entre o Estado moderno e o capital porque ambos “são um só e inseparáveis”³⁷. (60/119) Tanto um como o outro se constituiu na história em uma relação de “co-determinação”, em que a estrutura de comando político surge para complementar (“no nível de abrangência apropriado”), em vista dos defeitos estruturais do sistema, os elementos reprodutivos materiais, sempre de acordo com a dinâmica expansionista do sistema do capital. Não cabe na dinâmica desse desenvolvimento, portanto, a “categoria de ‘em consequência de’, mas (...) do ‘em conjunção a, sempre que se deseja tornar inteligíveis as mudanças no controle sociometabólico do capital que emergem da reciprocidade dialética entre sua estrutura de comando política e a socioeconômica.”(59/119)

A relação de “co-determinação” entre as unidades reprodutivas materiais diretas e o Estado é ainda melhor compreendida se analisarmos a questão da “temporalidade” do processo de constituição desse modo de controle sociometabólico. Ela se caracteriza pela categoria da “simultaneidade”, na qual não tem sentido considerar-se nem o “antes” nem o “depois” na análise do surgimento das partes constituintes do sistema como um todo. Há uma relação de reciprocidade dialética entre o Estado moderno e o capital, na medida em que nenhum poderia existir sem a presença do outro.

Mas isso não significa que o Estado seja “*reduível* às determinações que emanam diretamente das funções econômicas do capital. Um Estado historicamente dado contribui de maneira decisiva para a determinação – no sentido anteriormente mencionado de *co-determinação* – das funções econômicas diretas, limitando ou ampliando as possibilidades de algumas contra outras.”(60/119) Nem mesmo pode se conceber o Estado como “uma parte subordinada”, enquanto dimensão política, da própria estrutura de comando do capital como tal, pois o Estado contribui de modo substantivo para a formação, consolidação e funcionamento de “todas as grandes estruturas reprodutivas da sociedade”. Da mesma forma, o capital “exerce sua influência sobre tudo” que diz respeito ao Estado: desde “os instrumentos rigorosamente repressivo/materiais e as instituições jurídicas do Estado, até as teorizações ideológicas e políticas mais mediadas de sua *raison d’être* e de sua proclamada legitimidade.”(64-65/125)

Portanto, não cabe na análise dessa relação, de acordo com

³⁷ Pensamos ser mais adequada a esta passagem, sobre a autonomia entre Estado e capital, a seguinte tradução do inglês: “mantém uma relação inextricável de um com o outro”. (“it happens to be inextricably one with the latter”). (60/119)

Mészáros, a categoria da autonomia ou da determinação unidirecional de um sobre o outro, mas sim de “determinação recíproca”, cuja inter-relação é caracterizada pela ação de complementação.

No sistema do capital há um fundamento comum que dá o sentido objetivo dessa necessária relação de complementaridade, na qual estão envolvidas “todas as práticas vitais (...) do sistema do capital – desde as atividades reprodutivas diretamente econômicas até as mais mediadas funções reguladoras do Estado –, é o imperativo estrutural orientado para a expansão do sistema”. E a condição material necessária para isso “é a constante extração de trabalho excedente de uma forma ou de outra, de acordo com as mudanças das circunstâncias históricas.” Só mediante tais realizações pode sobreviver o sistema do capital. (60/120)

A função de complementação do Estado moderno ao modo de controle do capital vem atender à necessidade de impedir “o impacto *desintegrador* das insuperáveis interações *conflitivas*” das suas partes constituintes. Nesse contexto, os defeitos estruturais do sistema do capital contribuem de maneira decisiva, pois expõem à superfície as diversas fraturas que o capital, em sua evolução histórica, teve que consolidar com a ajuda do Estado moderno.

3.4 Defeitos Estruturais do Sistema do Capital

A intervenção remediadora prática do Estado, com o fim de assegurar o funcionamento do sistema, aparece de forma mais explícita quando se examinam os mecanismos de sua intervenção corretiva sobre os defeitos estruturais do sistema do capital (*separação entre produção e controle, produção e consumo e produção e circulação*), conforme exposto por Mészáros. (50-57/107-117)

Os defeitos estruturais do sistema do capital, afirma Mészáros, “são claramente visíveis no fato de serem os novos microcosmos que o compõem serem internamente fragmentados de muitas formas”, revelando uma “profunda insuficiência estrutural de controle (...) detectada na *ausência de unidade*”. E mais ainda, o “caráter irremediável da carência de unidade deve-se ao fato de que a própria fragmentação assume a forma de *antagonismos sociais*.” (48-49/105-106)

Os antagonismos sociais não podem ser eliminados porque são “estruturais”. O mesmo ocorre com relação aos três defeitos estruturais mencionados (produção e controle, produção e consumo e produção e circulação), uma vez que “se trata de *estruturas vitais* e, portanto, insubstituíveis do capital, e não de limitadas contingências

históricas (que o capital tem condições de transcender).” Não é por outra razão que a ação remediadora do Estado só pode alcançar um efeito corretivo sobre a ausência de unidade se puder ser “acomodada no interior dos limites últimos do sociometabolismo do capital”. Esses antagonismos são “necessariamente reproduzidos sob todas as circunstâncias históricas que cobrem a era do capital, fossem qual fossem as relações de poder dominantes em qualquer ponto determinado do tempo.” (49-50/106)

No que se refere à separação e ao antagonismo estrutural entre *produção e controle*, a função do Estado é de “protege[r] legalmente a relação de forças estabelecida”, permitindo às diversas “personificações do capital” o domínio da força de trabalho submetida pela “ilusão de um relacionamento ‘livremente estabelecido entre iguais’”, que é até “mesmo constitucionalmente ficcionada”. De acordo com Mézários, “a estrutura jurídica do Estado moderno é uma necessidade absoluta para o exercício bem sucedido do despotismo da fábrica.” E, continua ele,

“isso se deve à capacidade do Estado de sancionar e proteger o material alienado e meios de produção (ou seja, a propriedade radicalmente separada dos produtores) e suas personificações, os controladores individuais (rigidamente controlados pelo capital) do processo de reprodução econômica. Sem esta estrutura jurídica, até os menores ‘microcosmos’ do sistema do capital - antagonisticamente estruturado - seriam rompidos internamente pelos desacordos constantes, anulando, dessa maneira, sua potencial eficiência econômica.” (50/107-108)

Com a quebra da unidade entre produção e consumo, e, por conseguinte, com o deslocamento do “predomínio do valor de uso, característico dos sistemas reprodutivos autossuficientes”, a possibilidade de expansão do capital torna-se, “em seus próprios termos de referência, ilimitada”. O consumo se desenvolve independentemente das necessidades humanas e ganha um “poder de consumo autoafirmativo”, utilizando-se de todas as formas de geração de “apetites imaginários ou artificiais”. Se essa expansão desenfreada do capital serviu à consolidação da nova ordem, tal fragmentação entre produção e consumo tem se afirmado numa “escala cada vez maior e cada vez mais destrutiva”, fazendo com que a tendência que, a princípio, apontava para um desenvolvimento sem limites, esteja “destinada a chegar ao fim mais cedo ou mais tarde.” (51/109)

As mesmas características de fragmentação presentes no antagonismo estrutural da relação *produção-controle* constituem uma adequada relação entre *produção-consumo* no sistema atual. E, analogamente,

aqui também,

“o papel totalizador do Estado moderno é essencial. Ele deve sempre ajustar suas funções reguladoras em sintonia com a dinâmica variável do processo de reprodução socioeconômico, complementando politicamente e reforçando a dominância do capital contra as forças que poderiam desafiar as imensas desigualdades na distribuição e no consumo.” (52/110)

O Estado moderno vai, assim, atuar diretamente na dinâmica reprodutiva do sistema como comprador/consumidor direto, primeiro ao assumir a responsabilidade de atender aos requerimentos da reprodução social, tais como educação, saúde, segurança social, habitação e infraestrutura, e segundo, de forma não menos importante, na atenuação (mas não resolução) das contradições inerentes à fragmentação entre *produção e consumo*, ao satisfazer ‘apetites artificiais’ gerados pelo seu imenso aparelho burocrático-administrativo e executivo legal, ou corporificados no complexo militar-industrial “imensamente desperdiçador, ainda que diretamente benéfico para o capital”. (52-53/110)

O terceiro defeito estrutural do sistema do capital analisado por Mészáros refere-se aos antagonismos entre *produção e circulação*. Junto à expansão sem limites, condição imposta pelo incessante processo de acumulação do capital, a eliminação das barreiras locais ou regionais ao crescimento dos mercados sempre foi um requisito básico do capitalismo, estando presente de forma mais imperativa em sua fase plenamente desenvolvida. Ocorre que “historicamente as estruturas corretiva global e de comando político do sistema do capital se articulam como *Estados nacionais*, embora como modo de reprodução e controle sociometabólico (com seu imperativo de circulação global), seja inconcebível que tal se confine em tais limites.” (53/111)

Esse meio de remediar as contradições internas das unidades produtivas e a necessidade de expansão do capital para além de suas fronteiras nacionais, sem que implique em ameaça à reprodução do sistema como um todo e, ao mesmo tempo, possibilite a circulação em escala global, dá sustentação a um “sistema internacional de dominação e subordinação”, no qual estabelece-se “uma hierarquia de Estados nacionais mais, ou menos, poderosos que gozem - ou padecem - da posição a eles atribuída pela relação de forças em vigor (...) na ordem de poder do capital global”. (53-54/111)

O antagonismo estrutural entre *produção e circulação*, através da ação do Estado como agente totalizador e facilitador só pode en-

contrar “um *equilíbrio* estritamente temporário - e não a esperada *resolução* – do conflito.” Na existência de conflitos entre Estados dominantes ou internamente entre unidades produtivas isoladas, acabam por predominar os interesses do capital como força controladora global, e o que era visto como um equilíbrio de forças resulta “a qualquer momento (...) na imposição/aceitação da relação vigente de forças, ao mesmo tempo em que busca a sua derrubada, assim que as circunstâncias o permitirem.” Pois, o que continua a vigorar, lembremos, enquanto *modus operandi* do sistema do capital, é o “axioma do *bellum omnium contra omnes*”, uma vez que, “como sistema de controle sociometabólico, ele está *estruturado de maneira antagônica* das menores às mais abrangentes unidades socioeconômicas e políticas.” (55/114)

Para Mészáros o Estado está, portanto, inteiramente imbricado no complexo de defeitos estruturais do sistema do capital, na medida em que “não surge *após* a articulação das formas socioeconômicas fundamentais nem é mais ou menos *determinado* por elas”, mas resulta de uma relação de co-determinação, vindo remediar, desde seu surgimento, os defeitos estruturais das unidades reprodutivas do sistema do capital. Não pode, desse modo, ter um destino diferente de todo o complexo do sistema estruturado antagonicamente, ou mesmo desempenhar um papel de independência em relação ao todo, como sugerem as ideias de o Estado ser capaz de promover a “verdadeira reconciliação” ou de construir a “paz perpétua” kantiana. Lembremos que a “base socioeconômica do capital é totalmente inconcebível separada de suas formações estatais.”(58/117)

Entretanto, Mészáros acentua, com respeito ao Estado, que “é certo e apropriado falar de ‘correspondência’ e ‘homologia’, apenas em relação às *estruturas* básicas do capital historicamente constituídas”. Não se pode tirar dessa relação de co-determinação algo como uma relação de equilíbrio. O fato é que “as funções metabólicas particulares de uma estrutura não corresponde às determinações e exigências estruturais diretas da outra. Tais funções podem se contrapor vigorosamente umas às outras, pois suas estruturas internas vão se ampliando durante a expansão necessária e a transformação adaptativa do sistema do capital.” A “constituição interdependente” entre os órgãos metabólicos, inclusive o Estado, não elimina a existência de contradições entre eles. “Se assim não fosse - chama a atenção Mészáros - a iniciativa emancipadora socialista estaria condenada à inutilidade” na medida em que a “homologia de todas as estruturas e funções básicas, que sempre prevalece, e que corresponde plenamente aos imperativos materiais da ordem de controle

do sociometabólico do capital, produziria uma verdadeira ‘gaiola de ferro’ para todo o sempre (...) da qual não haveria como escapar”. (58/117)

De fato, “paradoxalmente, a ‘homologia das estruturas’ surge primeiro de uma *diversidade estrutural de funções* cumpridas pelos diferentes órgãos metabólicos (inclusive o Estado) na forma absolutamente única da divisão social hierárquica do trabalho desenvolvida ao longo da história.”(58/117) No caso do Estado moderno, o qual “exibe a mesma divisão estrutural-hierárquica do trabalho que as unidades reprodutivas econômicas”, duas funções vitais são exercidas no sistema do capital. Por um lado, “o Estado é essencial para manter sob controle (sem, porém, eliminar inteiramente) os antagonismos que constantemente se originam da dualidade dilacerante dos processos de tomada de decisões socioeconômicas e políticas”. Em conformidade com isso, por outro lado, assegura a condição de que o “trabalho livre” seja destinado ao “cumprimento de funções rigorosamente econômicas numa posição incontestavelmente subserviente”, reforçando tanto a dualidade de produção e controle como a divisão estrutural hierárquica do trabalho. Torna-se o “fiador geral do modo de reprodução insanavelmente autoritário do capital”, avalizando a sua “tirania nos locais de trabalho” na forma capitalista e de tipo soviético. (62/122)

O Estado tem que transformar num sistema coerente, que possa realizar as “potencialidades positivas da dinâmica irrestringível do capital”, as unidades reprodutivas básicas isoladas incapazes de “coordenação e totalização espontânea”. Essas unidades reprodutivas têm um domínio da direção interna do metabolismo produtivo “irrefreável”; porém, dada sua própria natureza estrutural centrífuga, o caráter dessa direção “poderia também ser inteiramente destrutivo e autodestrutivo” para o capital, prejudicando, assim, a potencialidade produtiva irrefreável do capital. É a falta de uma “estrutura de comando totalizadora adequada – firmemente orientada para a extração de trabalho excedente”, que possa fornecer ao sistema do capital com a “coesão positiva” ausente nos microcosmos socioeconômicos constitutivos do capital, que coloca a exigência de uma “dimensão política do controle do sociometabolismo do capital” em separado, função a ser exercida pelo Estado moderno. (63/122-123)

O Estado pode cumprir sua função positivamente e auxiliar o sistema do capital a “ir em frente”, maximizando as potencialidades dinâmicas dos microcosmos reprodutivos materiais enquanto os “recursos e esquadros para a expansão e a acumulação” estiverem disponíveis, “independentemente de suas implicações e possíveis

consequências numa escala mais longa de tempo.” Nesse caso, “se puder manter tal dinâmica expansionista, não há necessidade do *Leviatã* hobbesiano”. Ou negativamente, quando uma crise estrutural se instala e a “ordem estabelecida de reprodução socioeconômica colide com obstáculos criados por sua própria articulação dualista, de modo que a tríplice contradição entre produção e controle, produção e consumo e produção e circulação não pode mais ser conciliada”. O papel remediador do Estado, dadas as circunstâncias, deve ser enormemente restritivo, fazendo com que novos controles devam ser “aceitos’ pela sociedade devido a constrangimentos inevitáveis da economia.”(62-64/122-123)

3.5 Diferenças Estruturais de Funções

Novamente, aqui, devemos ressaltar que a qualidade substantiva que caracteriza a íntima inter-relação entre o Estado moderno e o capital é a da complementação. Nesse sentido, acentua Mészáros, “seria um erro imenso simplesmente identificar o Estado em si mesmo com a estrutura de comando do sistema do capital.” O capital “como tal é, em si mesmo, *sua própria* estrutura de comando, sendo a dimensão política uma *parte integrante* dela”, ou em outras palavras, uma parte constituinte da própria base material do capital. O capital “é um modo de controle do sociometabólico historicamente específico, cuja estrutura de comando deve ser adequada em todas as esferas e em todos os níveis, por não poder tolerar absolutamente nada acima de si.” O sistema do capital admite, pois necessita, uma diferença estrutural de funções, mas não uma estrutura de comando político que possa substituir *sua própria* estrutura de comando socioeconômica. (64/124)

Mészáros considera ter sido a insistência nesse erro uma das principais causas do colapso do sistema soviético. Mesmo antes do fracasso da “perestroika” e do colapso do sistema soviético, afirmava ele que a formação estatal soviética desmoronou em razão de “*ter ultrapassado em muito seus limites*”, na tentativa inútil de “*substituir a estrutura de comando socioeconômica* do sistema do capital pós-revolucionário em sua integridade, assumindo de modo voluntarista a *regulação política de todas as funções produtivas e distributivas*, para a qual estava absolutamente desaparelhada.” Isso só é possível em circunstâncias de “extrema emergência” e numa “extensão mínima”³⁸, mas

³⁸ Mészáros, I. *O Poder da Ideologia*, São Paulo:1996, p.556. Primeira edição original em inglês datada de 1989.

não permanentemente como no caso dos países pós-capitalistas. (64/124)

E mais, diz Mészáros, “ ‘diante de sua constituição intrínseca, o Estado não poderia controlar o processo de trabalho, ainda que seus recursos fossem centuplicados, dada a *ubiquidade* das estruturas produtivas particulares que teriam de estar sujeitas a seu poder de controle necessariamente limitado’.” Deve-se levar em conta que “ ‘o *Estado em si* não (...) é adequado à realização da tarefa que envolve, de um modo ou de outro, as atividades da vida cotidiana de cada indivíduo’.”³⁹ (64/124)

Como já sublinhado, o capital não tolera nada acima de si, nem podem desaparecer as diferentes funções necessárias ao pleno funcionamento de um sistema estruturado antagonisticamente, cuja contradição entre produção e controle permanece atuante.

Dentro do quadro de referência estrutural do sistema, não há como se eliminar a determinação recíproca entre o Estado moderno e o capital, ou melhor, o “estrito ajuste entre a base do socio-metabolismo do sistema do capital e o Estado moderno, enquanto estrutura totalizante de comando produtiva e reprodutiva.” Uma intervenção apenas no “campo político – mesmo quando visa a derubada radical do Estado capitalista – terá influência muito limitada na realização do projeto socialista.” Essa reciprocidade dialética entre o Estado e o capital é, de acordo com nosso autor, “desafiadora e desconfortável” para os socialistas, principalmente se ela significar que “não existe a possibilidade de superar a força do capital sem permanecer fiel à preocupação marxista com o ‘encolhimento do Estado.’” Necessidade insistentemente ignorada durante os 70 anos da experiência soviética. (65/125)

Ao mesmo tempo em que há um estreito ajuste entre as estruturas de comando política e socioeconômica do sistema do capital, assinala Mészáros que ocorre “uma grande *dissonância estrutural*” no interior do círculo vicioso dessa reciprocidade, o qual se manifesta sob dois importantes aspectos: no que diz respeito à dificuldade de manutenção do controle sobre o sujeito social - o trabalho - e à contradição “entre o mandato totalizador do Estado e sua capacidade de realização”. (65, 68/125, 128)

Quanto ao primeiro aspecto, como já vimos em outro momento, segundo Mészáros, o sistema do capital se constitui na base da separação entre a produção e o controle da produção, alienando,

³⁹ *Idem* (p.451).

assim, do verdadeiro sujeito da produção o controle sobre todo o processo. Do mesmo modo, o capital teve que submeter todos os desejos subjetivos, tanto dos sujeitos reais da produção como das “personificações do capital” às “exigências fetichistas do sistema”, transformando-se no único “sistema de controle *sem sujeito*” da história. Contudo, uma primeira contradição tem que ser enfrentada pelo sistema, uma vez que, apesar de transformar o sujeito real da reprodução social (o trabalho) num “fator material de produção”, não pode prescindir da ação desse mesmo sujeito “com a consciência exigida pelo processo de produção como tal – sem o que deixaria de existir o próprio capital”. (66/126) Essa é a razão de fundo para que a submissão do trabalho não se dê sem dificuldades, dada a potencial força recalcitrante que representa e a reprodução cotidiana da resistência, estimulada pelas “operações normais do sistema”, sempre comprometidas com os antagonismos resultantes da alienação do controle da produção. O Estado, destaca Mészáros, é quem “oferece a garantia fundamental de que a recalcitrância e a rebelião potenciais não escapem ao controle.”(66/126) Mas nem sempre ela pode ser assegurada, a despeito dos “esforços mistificadores de estabelecimento de ‘relações industriais’ ideais”, ou das tentativas de envolvimento dos trabalhadores com propostas de “coparticipação”, de “coproprietários” por meio da compra de ações. A contradição entre “os imperativos materiais do capital e sua capacidade de manter seu controle” é ainda mais intensificada no processo de produção, em razão da “crescente *socialização da produção* no terreno global do capital”, cujo “processo transfere objetivamente algumas potencialidades de controle aos produtores”, mas “apenas em sentido negativo”, agravando ainda mais a incontrollabilidade do sistema do capital. Na verdade, essa contradição atinge o “núcleo mais central do capital como sistema reprodutivo”. Por isso, e no limite, a questão do controle “escapa à combinação da competência das personificações do capital, dentro das unidades de produção, com a intervenção potencial do Estado, em sua própria esfera, como estrutura de comando político totalizadora do sistema.”(67/127)

Nas devidas circunstâncias, manifesta-se uma dissonância entre o Estado e a ordem metabólica do capital, pois “o Estado - apesar de sua grande força repressiva – é totalmente impotente para remediar a situação, não importando o grau de autoritarismo da intervenção pretendida.” Como oportunamente acentua Mészáros, “não existe ação política remediadora concebível em relação à base socioeconômica do capital”, e o colapso do sistema soviético é um exemplo histórico do fracasso desse tipo de ação remediadora do Estado,

pois “se baseou muito em sua formação de Estado para impor a desejada, mas impossível, ação remediadora. (67/128)

O outro aspecto não menos importante da dissonância estrutural entre as estruturas reprodutivas materiais do capital e suas formações de Estado diz respeito à incapacidade do Estado de “levar o interesse do capital à sua conclusão lógica fundamental”, qual seja, “maximizar a *irrestringibilidade global* do capital” com a adequada formação de um “sistema estatal global”. O Estado moderno está distante de ser “verdadeiramente abrangente e totalizante no grau em que ‘deveria ser’”, tendo em vista sua inadequação ao “nível já atingido de integração sociometabólica” e à escala de esforços necessários para “livrar a ordem global de suas crescentes dificuldades e contradições”. Apesar do poder (mesmo que extremamente contraditório) do sistema do capital como um sistema global ser hoje incontestável, o “*capital global*” permanece “*desprovido de sua própria formação de Estado*”. (68,70/128,131)

No contexto do capital global, conta-se com uma variedade de Estados capitalistas e pós-capitalistas (o que quer dizer, no caso dos países da antiga União Soviética, estar “sob a dominação do capital em uma de suas variedades *pós-capitalistas*”). Enquanto Estados “particulares” do sistema do capital, defendem (alguns com maior, outros com menor sucesso) os interesses de seus capitais nacionais. O “apoio privilegiado que qualquer Estado pode proporcionar a suas seções dominantes do capital – a ponto de facilitar a expansão extremamente monopolista – é parte da lógica de sustentação do avanço do ‘conjunto’ dado”, o que na prática quer dizer “o capital nacional total do Estado em questão”. Os capitais nacionais, “em todas as suas formas conhecidas de articulação, estão inextricavelmente entrelaçados com os *Estados nacionais* e se baseiam no apoio destes, sejam eles imperialistas e dominantes ou, ao contrário, estejam sujeitos à dominação de outros capitais nacionais e seus respectivos Estados.”(68/128) O apoio dado pelo Estado, deve-se ressaltar, é sempre no sentido da afirmação e preservação da “‘individualidade’ necessariamente ‘combativa’” das unidades reprodutivas materiais dominantes em relação a suas adversárias, pois operam “em uma situação inerentemente conflitante em todos os cantos do mundo, dados os antagonismos estruturais intrascendíveis do sistema do capital”. (166/244)

Acontece que esse entrelaçamento entre os capitais nacionais e o Estado traz dentro de si uma contradição, pois “o ‘conjunto’ sustentado pelo Estado não pode abarcar a totalidade das unidades reprodutivas socioeconômicas existentes no planeta.” O que implica que

as “interações entre Estados nacionais”, envolvidos com os interesses de seus capitais nacionais, são “muitas vezes desastrosamente conflituosas”, principalmente se considerarmos a “intranscendível ‘individualidade’ dos Estados nacionais” e sua combatividade sempre pronta a submeter um opositor. (163/240) A natureza contraditória das relações entre o Estado e o capital determina os limites de toda solução harmonizadora. Em vista disso, afirma Mészáros que

“esperar que o Estado do sistema do capital se transforme numa formação positiva para adquirir a capacidade de reunir e ‘conciliar’ debaixo de si mesmo as contradições dos Estados nacionais num ‘governo mundial’ (...) é pedir o impossível. O ‘Estado’ do sistema capitalista (que existe na forma de Estados nacionais particulares) *nada* é sem sua oposição real ou potencial a outros Estados, assim como o capital nada é sem sua oposição ao trabalho e sem a autodeterminação negativa em relação a ele.”(167/245)

Para que pudesse surgir um “Estado do sistema do capital como tal” com o objetivo de levar a irrestringibilidade global do sistema ao seu máximo, o pressuposto indispensável seria “o sucesso na superação de todos os grandes antagonismos internos dos constituintes conflitantes do capital global”, e isso até agora não passou de uma “ideia reguladora” kantiana, “sem que se perceba, sequer como discreta tendência histórica, qualquer indício de sua realização futura”. (70/130)

Mesmo o Estado capitalista da maior potência hegemônica — os Estados Unidos —, comenta Mészáros, “deverá fracassar em suas tentativas de levar a cabo a missão de maximizar a *irrestringibilidade global* do sistema do capital, e impor-se como incontestável Estado dominante do sistema do capital global.” Mészáros aponta para o fato de que,

“inevitavelmente, ele permanece *nacionalmente limitado* em seu empreendimento, tanto política como economicamente — e sua posição de poder hegemônico está potencialmente ameaçada em função da mudança na relação de forças no nível dos confrontos e intercâmbios socioeconômicos internacionais —, independente de sua posição dominante como potência imperialista.”(70/130-131)

Diante disso, Mészáros acaba por concluir que, nos dias de hoje, “não há nenhuma evidência de que esta profunda dissonância estrutural possa ser remediada pela formação de um *sistema global do capital*, capaz de eliminar com sucesso os antagonismos reais e potenciais da ordem metabólica global estabelecida.” O antigo recurso das guerras mundiais, que mesmo antes não possibilitaram mais que

um rearranjo das relações de poder hegemônico predominantes, tornou-se inviável de ser acionado em vista da enorme ameaça de autodestruição da humanidade que tal uso implicaria. (70/131)

As dissonâncias entre o Estado e o capital, ainda segundo Mészáros, devem permanecer sempre atuantes no curso do desenvolvimento do modo de controle estabelecido pelo capital - porém, com uma significativa variação, hoje, em relação às suas realizações expansionistas do passado. Houve momentos em que os problemas decorrentes das dissonâncias mencionados puderam ser suplantados pelo crescimento contínuo da acumulação no sistema global; no entanto, hoje, mesmo com a “dominação mais ou menos absoluta do sistema do capital” sobre o mundo, os efeitos contraditórios e desestabilizadores dessas dissonâncias têm sido agravados. A ameaça à irrefreável expansão do sistema do capital global não pode mais ser atribuída a nenhum “inimigo externo”, antes decorrem das cada vez maiores dificuldades internas ao sistema. (71/132)

Como vimos, para Mészáros, a reciprocidade dialética que articula a diferença de funções estruturais entre o capital e o Estado moderno se manifesta das mais variadas formas e através de interconexões que podem tanto gerar novas contradições e dissonâncias entre eles como servir para consumir uma ação de complementação proveitosa, ainda que, no longo prazo, sempre instável. Nestes ajustes, o momento sempre predominante é a realização dos objetivos da reprodução ampliada do capital.

Deve-se notar que o trabalho é uma parte integrante extremamente importante dessa reciprocidade. O trabalho constitui “o pilar material fundamental de suporte do capital”. Não é o Estado que sustenta o capital, “mas o trabalho [,] em sua contínua dependência estrutural do capital”. (494/600) O Estado assegura as condições da extração do trabalho excedente e comparece com o poder coesivo necessário ao funcionamento do sistema e de suas unidades reprodutivas diretas. Capital, trabalho e Estado, em suas diferentes interconexões, “são *materialmente* constituídos e ligados um ao outro e não simplesmente em uma base legal/política.”(493/600) Por isso, são nomeados por Mészáros como “as três dimensões fundamentais do sistema”. Essa determinação comum é que dá a qualidade da relação de reciprocidade entre eles. E, acrescenta Mészáros, “dada a inseparabilidade das três dimensões do sistema do capital plenamente articuladas – capital, trabalho e Estado –, é inconcebível emancipar o trabalho sem simultaneamente também superar o capital e Estado.”(494/600)

O “capital não é nada sem o trabalho”, e só existe em oposição a ele numa relação de “determinação negativa”; o Estado só pode existir se reproduz “a mesma multiplicidade de determinações negativas intranscendíveis, articulando por meio de sua estrutura de comando política totalizador (...) a absoluta dependência do capital ao trabalho.”(167/245) Esse é o fundamento ineliminável da relação entre o capital e o Estado que, portanto, encontra no trabalho o elo explicativo de tal reciprocidade dialética. Lembra Mészáros que a “dominação do capital sobre o trabalho é de caráter fundamentalmente *econômico*, não político” e que “tudo o que a política pode é fornecer as ‘garantias políticas’ para a continuação da dominação já materialmente estabelecida e enraizada estruturalmente.” (472/576)

Atualmente, de acordo com a análise de Mészáros, a operação da dominação econômica do capital sobre o trabalho tem cada vez mais solicitado o fornecimento das “garantias políticas” do Estado com o fim de “proteger e assegurar a realização produtiva do sistema”. A intensidade da intervenção política no funcionamento do sistema, conforme já sublinhado acima, vem demonstrar a gravidade dos problemas reprodutivos intrínsecos aos limites absolutos do sistema, ao mesmo tempo em que transfere para a esfera do Estado a responsabilidade da reanimação das taxas de crescimento expansivo necessárias à sobrevivência do capital, o que só reforça a tendência ao aprofundamento da crise estrutural.

No século XX, todas as tentativas, “não importa por que diferentes vias”, de solucionar as crises do sistema do capital, “desde a Itália fascista de Mussolini em 1922, ao *New Deal*’ de Roosevelt na América do Norte nos anos de 1930 e, claro, na Alemanha de Hitler”, utilizaram-se da “intervenção estatal maciça como ‘ajuda estranha’ exigida pelo sistema para a continuação da sua sobrevivência”. Hoje, com a crise estrutural, a ajuda externa do Estado é ainda mais vital, mesmo que muitos dissimulem tal ajuda por motivos ideológicos puramente mistificadores, como é o caso das teses neoliberais do “Estado Mínimo”. (625/730)

Argumenta nosso autor que mesmo o “‘sistema coordenador espontâneo’ do mercado” tem sido frequentemente “azeitado” através de políticas de subsídios estatais, como pode ser visto na “política agrícola comum na União Europeia” ou nos subsídios estatais astronômicos transferidos aos fazendeiros na Inglaterra. “Para se entender a realidade do mercado atual é necessário que se tenha constantemente em mente sua grande dependência do Estado, já que pesadas esferas de atividade econômica são absolutamente inviáveis no sistema do capital contemporâneo sem o apoio direto do

Estado em uma escala fenomenal.” (785/912)

A crescente atuação do Estado na administração das contradições e antagonismos do sistema e no fornecimento, em “base contínua”, das condições políticas e de intervenção direta necessários à alimentação do processo reprodutivo do capital significa que este último já não consegue fazer valer sua exclusiva dominação econômica sobre o trabalho em benefício da expansão saudável do sistema.

O Estado não pode remediar indefinidamente, com medidas políticas, a crise que emana das próprias unidades reprodutivas materiais, no sentido de “*substituir a estrutura de comando socioeconômico do sistema do capital*”. O Estado, “devido à sua constituição intrínseca”, não pode “controlar o processo de trabalho” ou “regular politicamente todas as funções produtivas e reprodutivas”. (64/124) Para Mészáros, a confiança crescente na intervenção direta do Estado no processo sócio metabólico só pode, portanto, significar sintoma de crise sistêmica. Não é, portanto, “nada acidental” que a crise estrutural do capital se transforme também em crise do Estado moderno e da política em geral, pois “o emprego regressivo de controle político direto” compromete “significativamente a vantagem histórica do capitalismo, anteriormente mencionada.” (810/941)

Veremos no próximo capítulo como esses desenvolvimentos afetam de maneira decisiva a estratégia emancipatória de seu antagonista estrutural – o trabalho, inviabilizando qualquer avanço, mesmo que parcial, através das lutas defensivas que predominaram nos últimos cem anos. (810/941) Para Mészáros, coloca-se ao trabalho a necessidade de tomar uma nova direção nos confrontos com o capital, “caso queira realizar não apenas os seus objetivos potencialmente globais, mas até mesmo seus objetivos mais limitados”. Esta “nova direção” seria uma ofensiva estratégica socialista prolongada. (737/858)

CAPÍTULO 4 - DESAFIO HISTÓRICO DA OFENSIVA SOCIALISTA

4.1 Fracasso do Reformismo e Luta Emancipatória do Trabalho

A natureza da crise política que se apresenta no contexto da crise estrutural do sistema do capital é determinada pelo fato de que o Estado não tem como superar as contradições internas do sistema. Os “remédios parciais” utilizados para corrigir distorções do sistema não podem “retificar os antagonismos materiais fundamentais, políticos e culturais e as desigualdades estruturais já mencionadas”. (32/88)

Insiste nosso autor em que “nenhuma intervenção sobre alguns defeitos parciais, por meio de reformas de acomodação – a via seguida em vão por mais de um século e totalmente abandonada havia pouco tempo pelo movimento socialdemocrata – poderia enfrentar essa dificuldade”. (33/88)

Exporemos nesse capítulo as razões que levam Mészáros a postular a impossibilidade de qualquer sucesso, hoje, das lutas defensivas do trabalho contra o capital e a incapacidade da estratégia reformista para resolver as iníquas contradições do sistema do capital no sentido do socialismo. Para nosso autor, está colocada na atual agenda histórica a necessidade de uma ofensiva socialista que possa, na conjunção de todos esses desenvolvimentos históricos, gerar uma alternativa sociometabólica socialista, cujo conteúdo definidor é ser “um *modo de controle sociometabólico qualitativamente diferente*”, constituído pelos indivíduos com total comando sobre ele. (33/88)

Argumenta Mészáros que, com o fim do período de ascendência do capital, ocorreu uma mudança significativa de direção e conteúdo das políticas remediadoras e de postergação das contradições e

antagonismos do sistema. Não mais era possível exercer um poder coesivo sobre as forças centrífugas do sistema com base na distribuição de margens da produtividade aos trabalhadores, o que vai afetar radicalmente a continuidade da acomodação consensual que resultou da intervenção keynesiana do Estado capitalista. O componente agravante do momento é que “os privilégios de poucos não podem mais ser sustentados sobre as costas de muitos, em aberto contraste com o passado.” Nessas novas condições, “já não é mais plausível fazer novas séries de promessas vazias, mas as velhas promessas devem ser varridas da memória, e determinadas conquistas reais das classes trabalhadoras nos países capitalistas avançados devem ser ‘roladas’, no interesse da sobrevivência da ordem socioeconômica e política vigente”. (37/92)

No período anterior, em função do padrão de desenvolvimento expansionista do sistema do capital, pôde-se utilizar a intensa intervenção política do Estado num sentido positivo de complementação das condições materiais e políticas que favoreceram a acumulação e expansão do capital. No entanto, essas condições políticas favoráveis e acomodatórias não puderam se manter, pois, nos “sistemas de capitalismo privado [o papel essencial da política é o de *facilitadora* (e, em seu devido tempo, também a codificadora legal) de mudanças que se *desdobram espontaneamente* – e não o de sua *iniciadora*.” A atuação na política, “por meio da máquina política da ordem capitalista”, pode apenas incentivar uma ou outra tendência em desenvolvimento, mas não reverter a lógica inexorável do sistema impulsionada pela acumulação e orientada à expansão a qualquer custo. (208/292)

As necessidades expansionistas do sistema, no contexto de crescentes restrições competitivas no interior do sistema em crise estrutural, se impuseram sobre todas as tentativas de manutenção das políticas distributivistas do período anterior, legando um novo conteúdo à política - muito mais regressivo e repressivo. O crescimento do desemprego crônico, um importante elemento da ativação dos limites absolutos do sistema do capital, expõe à superfície a impossibilidade de medidas remediadoras alterarem a base material alienante e expropriadora que sustenta esse modo de controle socio-metabólico. Como afirma Mészáros,

“subjugar ou reprimir a força de trabalho – com a cooperação ativa de suas lideranças políticas e sindicais – em nome da disciplina do trabalho, do aumento da produtividade, da eficiência do mercado e da competitividade internacional, não é uma solução realista, apesar das vantagens *parciais* que podem *temporariamente* disso derivar para uma ou outra seção do capital competitivo. Em seu teor, essas medidas não combatem a tendência à recessão global – e,

no devido momento, depressão – pela simples razão de que é impossível espremer o ‘poder de compra crescente’ (necessário para uma ‘expansão saudável’) de salários que encolhem e do deteriorado padrão de vida da força de trabalho.”(150/225)

O domínio do capital sobre a base material de reprodução do sistema, com seu “monopólio total dos meios e recursos da produção”, permite que o capital sujeite a força de trabalho, com o auxílio inestimável de suas formações estatais, a seus imperativos, mas não proporciona maior estabilidade ao sistema ou a solução da contradição entre a necessidade de um crescente poder de compra e a concomitante degradação da força de trabalho (empregada ou não). Mészáros chama a atenção para o fato de que “apesar de todos os esforços e recursos da intervenção do Estado e da teoria econômica capitalista, ninguém conseguiu resolver esta contradição particular (...) nem jamais conseguirá.”(150/225-226)

Tudo isso sinaliza para a crescente instabilidade do sistema em crise estrutural, mas levará “algum tempo antes que transpirem todas as implicações de sua instabilidade sistêmica, exigindo remédios estruturais em lugar do adiamento manipulativo.”(37/93)

O deslocamento postergatório das contradições e antagonismos do sistema do capital contou, desde há muito tempo, com uma significativa participação do movimento socialdemocrata reformista. Lembra-nos Mészáros que,

“já na época da *Crítica ao programa de Gotha* de Marx e bem mais, pelo final do século XIX, sob o *slogan do Socialismo evolucionista* de Bernstein, o movimento socialdemocrata adotou a estratégia de lutar por privilégios no quadro da reprodução do capital. Dessa maneira ele contribuía ativamente para a revitalização do adversário capitalista, em vez de defender sua própria causa em favor de uma ordem social alternativa.”(205/288)

Essa estratégia, continua nosso autor, implicou na “dócil aceitação da autoridade do capital acerca de como determinar o que podia ou não ser considerado como demanda legítima e a adequada participação do trabalho na riqueza social disponível.” E mais, prossegue Mészáros, “tudo teria de ser ‘realisticamente’ avaliado com base nas premissas da permanência da viabilidade e ‘reformabilidade’ do capital gratuitamente aceitas durante quase um século de fantasia socialdemocrata”. A ideia de “igualdade humana substantiva”, fundamento do socialismo, foi substituída por noções de “equidade” e “justiça” que conformavam a “igualdade de oportunidades”, que, todavia, se prestava “obediente e servilmente” aos parâmetros antagonistas do

modo de controle hierárquico e explorador do capital. (205/288)

A estratégia reformista só pôde perdurar enquanto durou a ascensão histórica do capital, período em que puderam acomodar algumas reivindicações parciais dos trabalhadores nas margens de expansão rentável do capital. Com a crise e o consequente estreitamento das margens de ajuste do sistema, o movimento socialdemocrata teve que abandonar até mesmo “seus limitados objetivos reformistas e abraçar sem reservas a ‘dinâmica economia de mercado’ do capital, transformando-se, assim, mais ou menos abertamente em todos os lugares, em uma versão do liberalismo burguês”. Deu-se o inevitável, com o “fim de uma estrada que constituía, desde o início, um beco sem saída para as aspirações emancipatórias.”(205/289)

E, para Mészáros, não poderia ser diferente, pois o reformismo socialdemocrata “quis reformar o capitalismo aceitando acriticamente seus limites estruturais. Assim, de um modo autocontraditório, quis instituir uma transformação reformista do capitalismo – no princípio, até mesmo, pretendendo transformá-lo com o tempo em socialismo – sem mudar sua substância capitalista.” O mesmo desfecho, com as devidas ressalvas pertinentes, é verificável após as sete décadas de experiência soviética. O sistema socioeconômico pós-revolucionário, ressalta Mészáros,

“permaneceu prisioneiro das amarras estruturais alienantes do capital em si, embora tivesse instituído um modo pós-capitalista de extrair o trabalho excedente a uma taxa imposta por meios políticos diretos, criando um novo tipo de imposição do imperativo-de-tempo, que serve ao sistema do capital em todas as suas formas historicamente viáveis.”(772/897)

Ambas as tentativas de reestruturação do capitalismo fracassaram, entre outras coisas, mas com um peso determinante fundamental, por terem deixado intocada “sua estrutura de comando hierárquica e exploradora”. Por tudo isso, parece a Mészáros como

“absolutamente normal que a forma pela qual tanto os partidos da ala reformista, como os dos ex-comunistas do movimento dos trabalhadores, ‘voltaram ao ninho antigo’ tenha obliterado todas as suas diferenças originais. Significativamente, eles encontraram o seu denominador comum no fato de se terem tornando partidos liberais burgueses – no Leste e no Ocidente, como demonstram os antigos partidos comunistas italiano e francês – baseados no propósito comum de abraçar o capitalismo e sua ‘sociedade de mercado’ como o horizonte inquestionável da vida social.”(772/897)

As forças representantes do trabalho que se propuseram a ser uma alternativa ao domínio estabelecido do capital optaram por re-

alizer seus objetivos alternativos numa “linha de menor resistência” diante dos inevitáveis confrontos de interesse, como acentua Mészáros. A proposta de implantação do socialismo não pressupõe a superação radical dos “*pressupostos materiais* do sistema do capital”. (621/726)

A administração e superação gradual das contradições subjacentes ao modo de controle sociometabólico do capital, deixando intactos seus pressupostos materiais mais vitais como o comando hierárquico sobre o trabalho, provou, com os desdobramentos históricos que hoje presenciamos, ser totalmente ineficaz, levando ao fracasso, com a implicação de altos custos humanos, todas as experiências que se detiveram, de uma forma ou de outra, nos parâmetros internos do sistema. Dessa forma, ignoraram o “poder restaurador ativo dos constituintes da ‘totalidade orgânica’ anteriormente estabelecida, elementos que não foram objeto de mudanças”. Seguir a “linha de menor resistência” teve como consequência inevitável a “volta, mais cedo ou mais tarde, nas determinações reprodutivas do ‘sistema orgânico’ objetivamente constituído que se está tentando deixar para trás.”(621-622/726)

Com efeito, “para passar ao modo de reprodução sociometabólica previsto por Marx, é preciso uma mudança *qualitativa*, com grandes implicações também na ‘base material’ e nas ‘condições materiais’. Pois, em sua modalidade atual, elas são absolutamente incompatíveis com as aspirações socialistas.”(132/205) O modo de controle metabólico do capital é constituído por um conjunto de mediações (de segunda ordem, segundo Mészáros) que se inter-relacionam reciprocamente umas com as outras, criando um círculo vicioso de autossustentação insuperável em suas partes isoladas. É assim que a família nuclear, os alienados meios de produção, o dinheiro, os objetivos fetichistas de produção, o trabalho estruturalmente separado do controle da produção, as formações do Estado do capital e o mercado mundial formam um conjunto de constituintes do sistema do capital, estreitamente vinculados entre si, “impossibilitando contrabalançar a força alienadora e paralisante de qualquer uma [dessas mediações] isoladamente enquanto se mantiver intacto o poder de autorregeneração e autoimposição do sistema.”(109/181)

Em vista da profunda implantação destas mediações no sistema do capital e do papel que exercem na sua sustentação, não há nenhuma “possibilidade de caminhos mais curtos para a realização dos objetivos socialistas originalmente previstos.” Não há como se encurtar o caminho para o socialismo, deixando para trás as condições de funcionamento dos elementos materiais constituintes do

sistema. (132/205)

Argumenta Mészáros que os maiores obstáculos a uma alternativa socialista não se encontram na resistência imposta pela classe de capitalistas privados, que certamente “não deixará o cenário histórico sem luta”. Os “obstáculos mais intransponíveis não foram erigidos pelas personificações do capital, mas pelos imperativos do próprio sistema do capital que, conforme a mudança das condições históricas, produzem e reproduzem os diferentes tipos de personificações necessárias ao capital.” São os imperativos do próprio sistema que determinam “a margem de ação transformadora”, deixando a aqueles que evitam seu enfrentamento um campo de realização de objetivos emancipatórios limitados a uma “linha de menor resistência” que, porém, possibilita a contínua reprodução das relações antagônicas do capital. “A acomodação dos representantes do trabalho à *linha de menor resistência*, que historicamente experimentamos (...) é inseparável dessa perversa determinação *sistêmica* e da margem de ação transformadora”. (771/896)

Tendo em vista tal determinação sistêmica, podemos compreender como o confronto entre capital e trabalho, no período em que predominou a tendência expansionista do capital, “pode ser - misticamente - confinado à barganha sobre a distribuição das fatias disponíveis de um ‘bolo cada vez maior’, sem que isso afete a viabilidade do capital como a *força de controle* global da sociedade.” (nota 10-585/nota 72-681)

A “objetiva incorporação material e institucional” de benefícios pela classe trabalhadora, no período de ascensão do capital, só pôde ser realizada porque não só não desafiava a estrutura de dominação hierárquica exploradora do capital e, também, porque “coincid[ia] com os interesses das partes mais dinâmicas do capital social total.” Argumenta Mészáros que “estas últimas tendem a agir, sob tais circunstâncias, como a ‘ala reformista’ da burguesia e, assim, como aliadas temporárias das classes trabalhadoras para assegurar legitimamente a difusão geral de condições de trabalho mais toleráveis.” Isso não ocorre devido a qualquer coincidência de interesses de classe. Pelo contrário, com a introdução obrigatória das reformas, a chamada “ala ‘ilustrada’ da burguesia obtém para si própria consideráveis vantagens competitivas contra os elementos menos dinâmicos e adaptáveis de sua própria classe”. E como o que está em jogo é o desenvolvimento do sistema como um todo, retirando das vantagens competitivas obtidas pelos setores mais dinâmicos e avançados do capital um forte impulso expansionista, os interesses parciais desses setores “coincidem com os interesses gerais da classe

como um todo”. (nota 10-585/nota 72-681)

Sob outro aspecto, podemos também verificar uma aparente coincidência de interesses pela melhora do poder aquisitivo, nos quadros do desenvolvimento expansionista que caracterizou o *Estado de bem-estar social*, entre os capitalistas e os trabalhadores. Como afirma Mészáros,

“desafortunadamente do ponto de vista do capital - o trabalho não é apenas um ‘fator de produção’, em seu aspecto de força de trabalho, mas também a ‘massa-consumidora’ tão vital para o ciclo normal da reprodução capitalista e da realização da mais valia. É por isso que o capitalista individual gosta tanto da elevação do poder de compra do *trabalhador dos outros*. Realmente, sob condições adequadas, em princípio ele nem mesmo é contra a melhoria das condições materiais da classe trabalhadora como um todo; quer dizer: nos períodos em que tais melhorias não conflitem com as exigências da lucratividade”. (577/672)

Diante dessas circunstâncias é que, segundo Mészáros,

“o capital, como uma totalidade social, concede as ‘salvaguardas ilustradas’ da legislação trabalhista, de acordo com o movimento em que predomina a mais valia relativa, não apenas porque pode fazê-lo com segurança, mas, ainda mais, porque as novas práticas produtivas aumentam grandemente seu próprio poder e auxiliam na realização de suas potencialidades objetivas para um crescimento e uma expansão global inimagináveis anteriormente (isto é, nos limites da mais-valia absoluta).” (nota 10-585/nota 72-681)

O que se pode observar, segundo nosso autor, é que as melhorias parciais obtidas pelo trabalho são facilmente transformadas em benefício pela lógica reprodutiva do sistema do capital e respeitam os limites por ele definidos. Restringem-se à questão distributiva e não questionam a base material de seu processo autorreprodutivo, fixando, assim, a natureza defensiva da luta política do trabalho contra o capital. Pois, com respeito ao confronto de forças antagônicas e irreconciliáveis, o “que decide a questão é a relação entre os objetivos visados pelo trabalho e os parâmetros estruturais da ordem socioeconômica estabelecida.” Em função disso, chama atenção Mészáros para o fato que “quaisquer concessões obtidas pelo trabalho que sejam compatíveis e contidas pelo sistema do capital orientado-para-a-expansão e dirigido-para-a-acumulação são, justamente por isso, impróprias para alterar a postura defensiva e a posição estruturalmente subordinada do antagonista do capital.” E não importa em que circunstâncias e graus de confrontos periódicos essas concessões foram obtidas, “incluindo até mesmo uma greve

geral mais dramática”, uma vez que não implicam em alterações nos parâmetros estruturais do sistema. (791-792/918-919)

Retomar a ofensiva socialista do trabalho contra o capital, depois do que vimos nos capítulos precedentes, não pode ser compreendido como proposição mera e limitadamente política. Uma “*ofensiva estratégica* não é redutível à necessidade de *ação política*, mesmo se esta for uma parte necessária – mas muito longe de suficiente – da transformação socialista divisada.” Apenas a ação política radical não define a natureza dos desafios estratégicos em questão. Pois, como destaca nosso autor, “mesmo a confrontação política mais aguda entre capital e trabalho ainda pode ser a luta de ‘classe contra classe’, isto é, a ação política do proletariado como uma ‘classe-em-si’ que defensivamente confronta o capital – outra ‘classe-em-si’ – luta que permanece, assim, dentro dos parâmetros da ordem socioeconômica estruturalmente dominada pelo próprio capital”. (791/918)

Não basta que seja explicitado “o inconciliável antagonismo estrutural entre capital e trabalho” por meio de confrontos esporádicos, se não se consegue interferir com a luta defensiva na própria tendência do sistema em acionar seus componentes, que “tendem a rotineiramente reforçar-se mutuamente, no interesse do funcionamento normal da ordem reprodutiva estabelecida, da qual também o trabalho depende para seu sustento.” Ocorre que acabam por predominar as “premissas práticas necessárias da reprodução ampliada” do capital, as quais “demarcam os limites daquilo que pode ser contestado e obtido – e por quanto tempo histórico – dentro dos parâmetros estruturais do sistema do capital.”(790/918) Do ponto de vista do trabalho, o campo de possibilidades de conquistas reivindicatórias continua, como ele, subordinado aos objetivos fetichistas do capital e às margens de manobras delimitadas pelo sistema orgânico estabelecido. Nenhum passo decisivo e irreversível em direção à emancipação do trabalho, portanto, pode ser dado por meio de tão restritos objetivos defensivos, cujos limites são determinados pelo capital e aceitos pelo trabalho. Os ganhos obtidos pelo trabalho, nessas circunstâncias, acabam por significar concessões do capital, pois obedecem ao “imperativo objetivo do capital, de converter para seu uso os ganhos do trabalho.”(573/668)

O que se pode verificar historicamente, segundo a análise de Mészáros, é que

“as concessões dadas ao trabalho pelo ‘Estado de bem-estar social’ não debilitaram em absolutamente nada o capital. Muito pelo contrário, contribuíram significativamente para a dinâmica expansionista do sistema por um período

contínuo de duas décadas e meia após a Segunda Guerra Mundial. Nem tais concessões alteraram a relação de forças em favor do trabalho, na verdade, debilitaram a sua combatividade reforçando as mistificações do reformismo.”(791/919)

Um exame tão incomplicado dos desdobramentos regressivos da experiência do reformismo socialdemocrata, não implica na negação, por Mészáros, da importância da luta política para a superação do capital. Diante da análise de todos esses resultados contraditórios da luta defensiva, em claro desfavor à luta emancipatória do trabalho, Mészáros afirma que “tudo isto é salientado não para negar a importância da política radical, mas para melhor identificar seus alvos estratégicos.”(nota 10-585/nota 72-681) E não fazer como os socialistas reformistas que com frequência, unilateralmente, saudavam os “eventos e desenvolvimentos”, que representavam “tanto o sucesso do capital quanto a vitória do trabalho (...), exagerando sua importância para o avanço do próprio movimento”. Não há nenhuma dúvida, complementa Mészáros, que “a classe trabalhadora tem uma parcela vital em todas estas realizações. Contudo, é mais do que mera coincidência que estas conquistas tenham se tornado possíveis em períodos nos quais o capital está em posição não apenas de digeri-las, mas também de transformar as concessões em grandes ganhos para si próprio.”(nota 313-454/ nota 19-553)

E mais, prossegue ele em outra passagem,

“isso não significa que se possa deixar de defender os ganhos defensivos do passado, especialmente quando o capital, sob a pressão de uma crise estrutural que se aprofunda, é forçado a tentar revogá-los. Significa, entretanto, que as ilusões associadas às concessões ao longo da história da socialdemocracia reformista, devem ser expostas pelo que realmente são, e não pela fantasia sobre a viabilidade do trabalho a partir da ‘alternativa econômica estratégica’ neo-keynesiana. Tal alternativa não apenas é totalmente irreal nas circunstâncias da crise estrutural do capital, mas, se por algum milagre pudesse ser implementada, nem mesmo chegaria a constituir uma alternativa.”(791/919)

Não pode haver uma alternativa socialista nos limites do modo metabólico de produção estabelecido porque, ao se restringir apenas às demandas parciais, o movimento socialista se deixa aprisionar pelos critérios de viabilidade “no interior dos limites e determinações reguladoras preestabelecidos do sistema do capital”. Tratar apenas dos interesses parciais e imediatos do trabalho, alerta Mészáros, sem relacioná-los com os objetivos globais da alternativa hegemônica socialista à dominação do capital gera um conflito de critérios de viabilidade, cujo predomínio é sempre reservado ao antagonista do

trabalho – o capital, ele sim, abrangente e totalizante. “As partes só fazem sentido se puderem ser relacionadas ao todo ao qual pertencem objetivamente.” A “validade dos objetivos parciais estrategicamente escolhidos” só pode ser “adequadamente julgada” nos “termos de referência globais da alternativa hegemônica socialista”. Não se pode avaliá-los apenas por seus efeitos imediatos, ainda que favoráveis ao trabalho. “O critério de avaliação deve ser a capacidade desses objetivos parciais se converterem (ou não) em realizações *cumulativas e duradouras* no empreendimento hegemônico de transformação radical.”(812-813/943)

Nesse sentido, Mészáros afirma não ser nada surpreendente que o “*slogan* reformista bernsteiniano, que proclamou que ‘a finalidade é nada, o movimento é tudo’ – fetichizando os objetivos parciais mais limitados do ‘movimento’ e rejeitando, ao mesmo tempo, o objetivo socialista global – só poderia conduzir o movimento socialdemocrata ao beco sem saída da capitulação”. E não é possível converter as demandas parciais em realizações cumulativas e duradouras contando somente com a perspectiva de conflitos, de motivação pontual e parcial, entre o capital e o trabalho, alheios aos parâmetros globais do antagonismo estrutural contra o qual, de fato, o trabalho se defronta. (813/943)

O fundamento desta impossibilidade está no fato de que o “propósito global e a força motivadora do sistema do capital não pode ser conceber a produção de valores de uso orientada-para-a-necessidade, mas apenas a bem-sucedida *valorização/realização* e constante *expansão* da massa de riqueza material acumulada.” Em acordo com a lógica reprodutiva do capital que a tudo absorve, “todos os valores de uso correspondentes às necessidades humanas devem constituir um momento estritamente *subordinado* na estratégia capitalista de valorização”. A produção de mercadorias orientadas para a troca, com a realização do trabalho nelas objetivado, constitui o objetivo primordial do sistema do capital, relegando a uma importância secundária o valor de uso no processo de reprodução global. O “sistema do capital (...) só pode funcionar se impuser a validade absoluta de tais determinações e contradições, quaisquer que sejam suas implicações práticas”. (540/625)

4.2 Política Defensiva, Parlamento e o Poder Material do Capital

Como acentua Mészáros, “o capital, tal como é constituído materialmente – através do trabalho alienado e acumulado –, repre-

senta, *de fato e objetivamente*, o poder socioprodutivo do trabalho. É essa relação objetiva de dominação estrutural que encontra sua corporificação adequada também nas instituições políticas do sistema do capital.” Nesse sentido, buscar “mudanças significativas no interior dos limites do sistema político estabelecido” é praticamente impossível. “Nenhuma reforma política, nos parâmetros do sistema existente, permitiria sonhar em alterar essas relações de poder material.”(733/854)

É o que verificamos, sempre segundo Mészáros, quando representantes políticos do trabalho, ao assumirem cargos do alto escalão do governo, não conseguem realizar o objetivo sempre alardeado de “controlar politicamente o sistema”. O impedimento ao cumprimento dessa enorme tarefa não diz respeito à incapacidade pessoal ou a razões de falta de resistência às “tentações das gratificações oferecidas às suas posições privilegiadas”. A maior dificuldade não está na corrupção, mas no fato de que eles necessariamente

“operam no interior da esfera política predeterminada *a priori* a favor do capital pelas estruturas de poder existentes do seu modo de reprodução sociometabólico. Sem desafiar radicalmente e desalojar materialmente as estruturas profundamente enraizadas do modo de controle sociometabólico do capital, a *capitulação* ao poder do capital é apenas uma questão de tempo, normalmente numa velocidade que quase supera a da luz.”(731/852)

Ao confiar na esfera da política como meio de realizar os objetivos do trabalho, o movimento socialista está aceitando como seus os limites do sistema, cuja permissão a um “questionamento legítimo” só é dada “em relação a aspectos menores de uma estrutura global inalterável.” Nesse sentido, jamais se pode abordar a “verdadeira questão (...), qual seja, o poder produtivo do trabalho efetivamente exercido e sua necessidade absoluta para assegurar a reprodução do próprio capital.” Ao contrário, deve-se aceitar como plausível a versão mistificadora dessa relação, por isso indispensável ao capital, na qual, como afirma Marx, “*as condições objetivas do trabalho* não aparecem como subsumidas ao trabalhador, ao invés disso, é ele que aparece subsumido àquelas. O CAPITAL EMPREGA O TRABALHO. Mesmo na sua simplicidade, essa relação é uma personificação de coisas e uma reificação de pessoas.”⁴⁰(734/855)

Mészáros reconhece que, de fato, os desafios são enormes: desvelar a verdadeira razão de ser do capital - ser trabalho acumulado e

⁴⁰ K. Marx. *MECW*, vol. 34, p. 457. Maiúsculas e itálicos de Marx.

alienado - e destruir o antagonismo estrutural que sustenta a ordem estabelecida. A luta política do trabalho de caráter defensivo não pode cumprir esse papel, pois é assimilável pela lógica do sistema, tendo até mesmo servido a seus objetivos e estratégias expansionistas, como vimos na análise do *Estado de bem-estar social*.

Nesse sentido, acentua Mészáros,

“nada disso pode ser contestado e remediado por uma reforma política parlamentar. Nem mesmo nas circunstâncias mais favoráveis, como as da avalanche de votos, em 1945, a favor do Partido Trabalhista da Inglaterra. Tal avalanche, no entanto, foi precedida pelo reflorescimento da crítica do sistema em razão dos sacrifícios impostos às massas populares durante os longos anos da depressão entre guerras e na subsequente guerra mundial. Seria absurdo esperar a abolição por decreto político da *‘personificação de coisas e reificação de pessoas’*, assim como seria absurdo esperar a proclamação de tal reforma nos limites das instituições políticas do capital. (...). Da mesma forma, seria um milagre se os trabalhadores, que no processo de trabalho confrontam o capital como *‘trabalhadores isolados’*, pudessem reaver o controle dos poderes socioprodutivos do seu trabalho através de algum decreto político, ou mesmo por uma longa série de reformas parlamentares decretadas sob a ordem sociometabólica de controle do capital. Em tais questões, não há como evitar o conflito inconciliável em torno de objetivos materiais *‘mutuamente excludentes’*” (734/855)

Aqui retomamos uma ideia já desenvolvida por Mészáros anteriormente: o “capital não pode abdicar dos seus – usurpados – poderes socioprodutivos em favor do trabalho, nem pode *compartilhá-los* com ele”. (734/856)

O que está no cerne dessa incapacidade do movimento dos trabalhadores de levar adiante a necessidade de uma alternativa socialista radical ao modo de controle sociometabólico do capital é a aceitação da “disjunção entre economia e política” que apenas favorece o domínio do capital, uma vez que é “essencialmente adequada ao desenvolvimento histórico do sistema do capital”. Prossegue Mészáros, afirmando que

“o fracasso da esquerda histórica está inextricavelmente associado a essa circunstância, já que a articulação defensiva do movimento socialista tanto *refletiu* diretamente, tal disjunção como *se acomodou* a ela. O fato de a fatal aceitação de tais determinações estruturais não ter sido voluntária, muito menos de bom grado, mas uma *acomodação imposta*, não altera o fato de o trabalho ter caído na armadilha da margem desesperadamente estreita para uma ação auto-emancipatória, no interior da estrutura dada. Esta acomodação foi imposta ao trabalho, como *precondição necessária* à autorização para entrar na esfera parlamentar da *‘emancipação política’* e ter acesso às limitadas melhorias reformistas, depois de as forças originalmente extraparlamentares de oposição radical terem aderido a tal via.” (732/853)

A estratégia de ocupar postos de comando no Estado capitalista como a principal mediação para a luta socialista fez com que os próprios partidos e lideranças sindicais cumprissem a “função especial de personificações do capital no interior do próprio movimento do trabalho a serviço da acomodação total, de fato, de capitulação aos imperativos materiais ‘realistas’ do sistema.” (729/850) Neste sentido, confinar o movimento do trabalho à luta política defensiva é uma salvaguarda útil ao modo de reprodução dominante, pois a força do capital encontra-se fora do viciado circuito legislativo-parlamentar, “visto que já *está no controle completo do processo sociometabólico*, incluindo o controle efetivo – extraparlamentar – de sua própria estrutura de comando político, o Estado.” (718/838)

O capital, afirma Mészáros,

“é a *força extraparlamentar par excellence* que não pode ser politicamente limitada em seu poder de controle sociometabólico. Essa é a razão pela qual a única forma de representação política compatível com o modo de funcionamento do capital é aquela que *efetivamente nega* a possibilidade de contestar o seu *poder material*. E, justamente porque é a força extraparlamentar *par excellence*, o capital nada tem a temer das reformas que podem ser decretadas no interior da estrutura política parlamentar.”⁴¹ (735/856)

Por ser uma força extraparlamentar, o capital só poderia ser desafiado se o trabalho fosse além dos limites impostos pelo campo da política legislativo-parlamentar e questionasse a própria subsunção do trabalho às condições objetivas da produção, na base da reprodução material. Assim que, para Mészáros,

“o único desafio que poderia, de modo sustentável, afetar o poder do capital seria aquele que simultaneamente assumisse as funções produtivas decisivas do sistema e adquirisse o controle sobre todas as esferas correspondentes de tomada de decisão política, em vez de ser incorrigivelmente limitado pelo confinamento circular da ação política legítima à legislação parlamentar.”(735/856)

Portanto, segundo nosso autor, para combater o poder extraparlamentar do capital, visando à sua emancipação, o trabalho deve utilizar, também, uma força extraparlamentar no confronto com o capital. Desarmando as intenções do capital em manter as disputas entre o capital e o trabalho no espaço do parlamento, e em confinar

⁴¹ Em outro momento, afirma Mészáros: o capital “pod[e] exercer o poder político em todo o Estado capitalista – ou seja, em toda sua estrutura de comando político, de que o Parlamento é apenas parte, e de modo algum a decisiva.”(84/149)

o “movimento do trabalho ao papel de um *apêndice* inconveniente, mas *marginalizado*, no sistema parlamentar do capital”. O trabalho deve “afirmar seus interesses estratégicos como alternativa socio-metabólica pelo confronto e pela necessária negação, em termos práticos, das determinações estruturais da ordem estabelecida (...), em vez de auxiliar a reestabilizar o capital nas crises, como ocorreu em situações importantes do passado reformista.” Como também pode voltar essa mesma força extraparlamentar em direção ao parlamento no sentido de pressionar tanto o legislativo como o executivo. (738/859) De outra forma, se contido apenas no parlamento, suas formas possíveis de representação teriam que permanecer completamente estéreis, já que “não podem alterar as determinações estruturais extraparlamentares do modo profundamente enraizado de reprodução sociometabólica do capital.”(718/838)

No texto em exame, Mészáros é um forte crítico da postura defensiva adotada pelo movimento do trabalho. Uma reorientação da luta do trabalho pelos objetivos socialistas, integrados a uma reestruturação radical do modo de controle dominante, implica numa ação conjunta “em relação tanto ao domínio reprodutivo material como ao político”, superando efetivamente a disjunção entre a política e a economia consolidada pelo sistema do capital e deixando para trás a ilusão parlamentar burguesa e reformista “do *poder compartilhado e equilibrado* com o *trabalho*”. (718/838)

Para Mészáros,

“a constituição de um movimento socialista extraparlamentar de *massas* estrategicamente viável – em conjunção com as formas tradicionais de organização política do trabalho, hoje incorrigivelmente sem rumo e muito necessitadas do *apelo* e da *pressão radicalizantes* de tais forças extraparlamentares – é uma pré-condição vital para a contraposição ao maciço poder extraparlamentar do capital.”(738/860)

Dessa perspectiva, Mészáros explica a atual desorientação do movimento do trabalho. Essencialmente, isso se deve ao desaparecimento das condições objetivas que sustentavam a estratégia levada durante anos pela ação parlamentar reformista da socialdemocracia e pelos sindicatos a ela associados. Seu princípio orientador era “jamais contestar o funcionamento tranquilo da relação-capital, aceitando assim a subordinação estrutural permanente do trabalho ao capital em troca de melhorias marginais no padrão de vida dos ‘eleitores’ em áreas muito limitadas do planeta”. (665/777)

A efetividade dessa estratégia, com o conseqüente abandono

dos compromissos emancipatórios originais pela socialdemocracia, só pôde, de fato, se consolidar porque contou com um “veículo material” dos mais poderosos: a “expansão global do sistema do capital que partiu do ‘pequeno canto europeu do mundo’ até cobrir todo o planeta, sob a hegemonia de um punhado de países ‘capitalistas avançados’.”(665/777-778) Do mesmo modo como aceitou a subordinação estrutural do trabalho ao capital, a antiga socialdemocracia (que ainda mantinha o socialismo como seu objetivo estratégico) submeteu os resultados marginais que poderia oferecer ao trabalho aos sucessos expansionistas do capital, na esperança de que pudesse durar para sempre, até se chegar ao socialismo.

Nenhuma surpresa, portanto, no fato de que “o momento histórico da socialdemocracia reformista terminou com o fim da fase expansionista global do capital, quando, no início da década de 1970, estourou a crise estrutural do sistema.” Com o desaparecimento das condições objetivas favoráveis à acomodação dos conflitos em troca de ganhos marginais ao antagonista estrutural do capital, às quais a estratégia reformista estava totalmente à mercê, o capital e seus representantes, em defesa da lucratividade do sistema ameaçada pela crise estrutural, tiveram que estreitar a margem de concessões e, até mesmo, reverter as concessões do passado. (665/778)

Dada a estreita vinculação da estratégia reformista com o sistema do capital, as medidas anticrise implementadas pelo capital, que significam essencialmente a imposição de maiores perdas ao trabalho, puderam contar com a ativa ajuda da socialdemocracia no poder. Assistimos à aplicação “da legislação antitrabalho pelos governos trabalhistas e a metamorfose dos partidos socialdemocratas – que até então ainda alegavam ao menos alguma lealdade à classe trabalhadora – em organizações políticas liberal-burguesas por toda a Europa ocidental.”(665/778)

Por outro lado, da perspectiva dos representantes tradicionais do capital, a “direita radical”, como é chamada por Mészáros, “precisou impor também uma série inteira de leis repressivas sobre o movimento dos trabalhadores.” Utilizou para isso a mesma esfera parlamentar que, no passado, legitimou os ganhos marginais do trabalho. “Ironicamente, as leis repressivas contra o trabalho tiveram que ser introduzidas ‘suavemente’ por meio dos bons serviços dos ‘parlamentos democráticos’, com a finalidade de negar à classe trabalhadora” as concessões anteriores. (704/822)

Não há nenhuma incompatibilidade do parlamento com os interesses do capital - ele é igualmente útil na fase de expansão e na crise

estrutural. Pois, como enfatiza Mészáros,

“a margem de ação política ‘democrática’ como as ‘regras do jogo parlamentar’ são determinados pelas mesmas premissas práticas do sistema, que regulam o intercâmbio social por meio de uma rígida subordinação ao seu imperativo expansionista e à necessidade de conter o antagonismo entre capital e trabalho. No momento em que comecem a entrar em conflito com os imperativos práticos necessários do sistema do capital, os ganhos relativos do trabalho devem ser retirados para assegurar – a qualquer custo político, incluindo a legislação antitrabalho nas ‘democracias capitalistas avançadas’ – a viabilidade contínua do modo de reprodução sociometabólica estabelecido.”(790-791/918)

A crise estrutural do capital provoca, simultaneamente, a crise dos movimentos do trabalho, uma vez que esses associaram os sucessos “emancipatórios” do trabalho ao desenvolvimento do sistema do capital, ainda que estivessem restritos a alguns países avançados, e, dentro destes, a nem todos os setores da classe trabalhadora. Por essa razão, segundo Mészáros,

“pressionados pela irrupção da crise estrutural do capital, os partidos tradicionais do movimento socialista – socialdemocratas e comunistas – desabaram (...), aceitando abertamente os constrangimentos insuperáveis do sistema como o horizonte absoluto de todo avanço social possível. Este fato só pode surpreender aos que desprezaram absolutamente a questão dos limites, e que nutriam grandes ilusões sobre a margem de possíveis ganhos para trabalho.”(791/918)

Todas essas forças do movimento socialista ignoraram a imensa capacidade de o capital administrar suas crises, realizando “novas aquisições e poderosas inovações” para assegurar a acumulação expandida do sistema. Como um dos efeitos nefastos da subordinação estrutural do trabalho ao capital, assimilada pelo movimento socialista, as transformações regressivas sofridas pelo, até então estável, Estado de bem-estar social deixou as forças socialistas “completamente aturdidas pela capacidade de seu adversário de manter sob controle as determinantes e as manifestações tradicionais de suas próprias crises.” Daí, segundo Mészáros, a maior urgência da articulação de novas estratégias pelas forças socialistas, no sentido de uma força extraparlamentar, tendo em vista demonstrar que a administração das crises não significa eliminação das contradições. Afinal de contas, os “limites do capital não são estaticamente dados, e sim representam um desafio dinâmico tanto para o capital como ao trabalho.” (598/697)

Não devemos nos esquecer, como já mencionado no capítulo

1, que “capital e trabalho são tão interpenetrantes no processo metabólico vigente, que os ajustes mediadores viáveis são necessariamente condicionados (...) pelos movimentos estratégicos do adversário social do capital e, certamente, *vice-versa*.” (383/467)

Para Mészáros, portanto, a relação estruturalmente antagonica que une capital e trabalho (no sentido de “trabalho mercantilizado”) numa malha sustentadora da ordem sociometabólica estabelecida, se deixada em seu desenvolvimento espontâneo de mútuo reforço e dependência estrutural entre as partes, torna ainda mais difícil qualquer tentativa de ruptura desse círculo vicioso. Em função disso, a “maldição da interdependência (e dependência)” deve ser enfrentada por um projeto sociometabólico radical do trabalho, em que “a questão das alternativas define a si própria como a escolha entre ‘macrocosmos’ mutuamente excludentes, cujas partes constituintes, até mesmo os menores elementos da jornada de trabalho singular e os momentos mais íntimos da vida cotidiana, são do mesmo modo mutuamente excludentes.” Nesse sentido preciso, “não há possibilidade de *reforma* que leve a *transformações estruturais* do modo de produção capitalista”. (544/630)

Conforme Mészáros, isso

“também explica porque todas as tentativas desse tipo, nos seus quase cem anos de história – do *Socialismo Evolucionário* de Bernstein às suas imitações do pós-guerra –, fracassaram em abrir qualquer fenda na ordem estabelecida. Falharam apesar de todas as promessas acerca da reconstrução *gradual*, contudo *completa*, da ordem estabelecida no espírito do socialismo.” (544/630)

Uma verdadeira alternativa ao modo sociometabólico dominante, para ter chance de sucesso, tem por necessidade, dada a constituição interna do sistema, de empreender “ataques duplos, constantemente renovados, tanto às células constitutivas ou ‘microcosmos’ (...), como aos ‘macrocosmos’ autorregulantes e aos limites estruturais autorrenovantes do capital em sua inteireza”. Não há possibilidade, como gostaria o “socialismo gradualista/evolucionário”, de se realizar uma “modificação sustentável inclusive das menores partes do sistema do capital”. (544/630)

A crítica realizada por Mészáros à estratégia do socialismo gradualista/evolucionário não quer dizer desconhecimento da necessidade de formulação de estratégias e mediações institucionais para uma alternativa revolucionária de transformação socialista. Medidas que apenas possam ser “implementadas passo a passo”, segundo ele, não são necessariamente sinônimo de “reformismo” ou “gradualis-

mo”. No que se refere às mediações necessárias, e o caráter que podem ter no confronto social entre capital e trabalho, o “que decide a questão é o modo pelo qual os passos parciais são integrados numa estratégia coerente global, cujo alvo não é apenas a melhoria do padrão de vida dos trabalhadores (que são estritamente conjunturais e, em todo caso, reversíveis), mas a reestruturação radical da *divisão de trabalho* estabelecida.”(544/630)

O abandono de uma crítica radical ao modo de controle hierárquico e usurpado do trabalho pelo capital, com a aceitação da permanência da posição material do capital no processo sociometabólico, representa o “abandono do verdadeiro alvo da transformação socialista”, que é ir para além do capital, e não se submeter a seus imperativos autorreprodutivo de exploração do trabalho, ou se conformar aos limites da política por ele estabelecido. (491/598)

O movimento socialista reformista dedicou-se essencialmente a empreender “limitadas disputas políticas no Parlamento, estritamente reguladas por instrumentos e instituições da ‘violência legítima’ que se apoiam na estrutura global de comando político do capital”, ao mesmo tempo em que seus representantes se submetiam “aos constrangimentos necessários à definição de seus objetivos legislativos de acordo com as regras autobeneficentes do ‘Estado constitucional’ do capital social global.” Tal estratégia não podia significar “uma *disputa com o capital*, mas apenas entre alguns dos seus *componentes* mais ou menos diferenciados.”(717/837) Ao contrário, submeteu o movimento socialista a uma política de compromisso com o capital, restringindo sua ação transformadora à esfera do parlamento. Pois, “na verdade, dada a marginalização política inseparável da aceitação das amarras parlamentares como a única estrutura legítima da ação política, a aceitação das regras internas do jogo parlamentar – mesmo se praticada com propósito radical – só pode produzir o *autoencarceramento parlamentar* da esquerda.”(705/823-824) Ocorre, ainda, que “os representantes do trabalho que tentam manter uma postura crítica radical ou são mantidos fora do parlamento ou se tornam totalmente marginalizados no seu interior.”(717/836-837)

Diante destes desdobramentos históricos, para Mészáros,

“as derrotas sofridas no século XX aconteceram em larga medida devidas ao abandono do verdadeiro alvo da transformação socialista: a necessidade de vencer a guerra da época indo-se irreversivelmente para além do capital (isto é o que significa atingir a ‘nova forma histórica’), em vez de se satisfazer com vitórias efêmeras em algumas batalhas contra as divisões mais fracas do capitalismo (por exemplo, o sistema czarista na Rússia, economicamente atrasado e derrotado militarmente), permanecendo ao mesmo tempo desesperançosa-

mente aprisionado pelos imperativos alienantes e auto-expansivos do próprio sistema do capital.”(491/598)

A estratégia reformista continha apenas mediações defensivas formuladas no interior dos limites da política do capital. Na medida em que não podia questionar o poder material do capital, não tinha como articulá-las ao projeto de reestruturação radical do processo sociometabólico no sentido do socialismo, “de modo a tornar possível a continuação da luta contra o poder do capital no nível que de fato importa: muito além das falsas mediações da própria política, no próprio solo material do capital.”(479/584) A alternativa radical socialista, se pretende ser uma “alternativa positiva ao domínio do capital, não pode ser defensiva” ou se restringir aos passos parciais da luta emancipatória. Porque apenas defender-se de toda forma de domínio do capital implica em deixar “intocado o caráter abusivo (manifesto em sua exploração do trabalho e na inalterável dominação estrutural) do sistema do capital, o que torna qualquer possibilidade de êxito rigorosamente temporária e arriscada”. (168/246)

No contexto da crise estrutural atual, as ameaças de reversão de antigos ganhos defensivos alcançam a todos, tendo em vista a “necessidade de intensificar também a taxa de exploração ‘metropolitana’ “ nos países avançados. A prioridade do sistema é assegurar as margens de lucro adequadas para a continuidade da expansão do capital e, portanto,

“sob as condições de uma crise estrutural, *ganhos defensivos* - normalmente bem acomodados nas margens do lucro em expansão - não são mais viáveis, e o objetivo da confrontação social se modifica radicalmente para contestar a alternativa hegemônica entre capital e trabalho na qualidade de modos diametralmente opostos de controle da reprodução social.”(585/682)

Argumenta Mézáros que o momento em que vivemos não constitui uma crise cíclica temporária. Como vimos no capítulo 2, para ele trata-se de uma crise estrutural sem precedentes na história, sendo o capital “incapaz de resolver suas crises estruturais e de reconstituir com sucesso as condições das dinâmicas expansionistas.” Todavia, nas atuais condições históricas, “para permanecer no comando da reprodução societária qualquer que seja o custo para a humanidade, o capital deve minar até mesmo suas próprias instituições políticas, as quais puderam funcionar como um corretivo parcial e como uma espécie de válvula de segurança no passado.” Mas já não podem mais. É bastante improvável o retorno de um período favorável às lutas defensivas. “Hoje, pelo contrário, as opções do sistema

do capital se estreitaram em todo o mundo, inclusive na esfera da política e da ação parlamentar corretiva.”(722-723/843)

Diante de tais mudanças históricas, alterações estratégicas, também, são observáveis na perspectiva do trabalho. “A situação se modifica radicalmente (...) no momento de uma crise *estrutural*: quando então o capital não mais *está* em posição de fazer concessões que possam, simultaneamente, transformar-se em vantagens para si próprio. Em tais momentos o confronto social se refere à questão do *controle* em si, e não meramente à participação relativa no produto social total que caberá às classes em luta.”(585/681) A acomodação reformista, ou a ilusão da possibilidade de se ter controle político sobre o capital, que dominou o movimento socialista no passado, não podem ser mais sustentadas em tais circunstâncias. De acordo com Mészáros, a “acomodação cada vez mais comprometedor e a capitulação final não só do reformismo trabalhista, mas também dos partidos políticos outrora radicais, são a manifestação do aprofundamento das contradições do sistema.” A crise do reformismo é parte da crise do capital. (772/897)

A premissa fundamental do socialismo reformista foi rejeitada pelos desenvolvimentos históricos do próprio sistema do capital, que comprovou “não pode[r] haver um equilíbrio entre os interesses e o poder do capital e do trabalho respectivamente.” Quem primeiro perde com a crise é sempre o trabalho. E, se Mészáros estiver certo, nessas condições de confronto, em que o capital mantém o poder material absoluto sobre o sociometabolismo, e não é desafiado voluntariamente por seu adversário, não há relação externa de forças que reverta tal situação regressiva do trabalho. (718/838)

Nesse preciso sentido, continua Mészáros, na ordem sociometabólica existente, a força efetiva do trabalho é sempre “*parcial e negativa*, como a *arma* da greve.” Todavia, a “força *negativa* do trabalho atualmente existente é insustentável a longo prazo, mesmo na sua *parcialidade*, e somente sua força *potencialmente* positiva é verdadeiramente sustentável porque, pela sua própria natureza, ela não pode estar limitada à busca de objetivos *parciais*.” Ao contrário, é a “força positiva do trabalho, entendido como alternativa sistêmica ao modo de controle do capital, que deve considerar a si próprio como o princípio estrutural radical do sociometabolismo como um todo.”(718/838)

Em função desses condicionantes, e da verdadeira natureza antagônica da força do trabalho, acentua Mészáros que,

“qualquer que seja a maneira com que o olhamos – quer em sua negatividade parcialmente contestadora, quer como a potencialidade positiva da completa transformação socialista – torna-se claro que sob nenhuma circunstância pode alguém pensar no poder do trabalho compartilhado com o capital (ou ao contrário), apesar das ilusões tão bem conhecidas e das resultantes e inevitáveis derrotas do reformismo parlamentar.”(718/838)

O que está, no fundo, em questão é o objetivo estratégico – a “revolução social” e não só a “revolução política”, conforme distinção feita por Marx.⁴² Trata-se de realizar a potencialidade positiva da força de trabalho, e não procurar um equilíbrio impossível no poder compartilhado com o capital. Nesse sentido, “as formas e instrumentos da luta teriam que corresponder ao caráter essencialmente *positivo* do empreendimento como um todo, em vez de serem bloqueados na fase *negativa* de uma ação *defensiva*.” Recordando Marx⁴³, Mészáros reafirma: os trabalhadores “não deveriam se contentar com a negatividade ‘retardadora do movimento depressivo’ quando a tarefa consistia em ‘alterar sua direção’”, e mais, “eles não deveriam aplicar ‘paliativos’ quando o problema era como ‘curar a doença’.”(676/791)

4.3 Condições Objetivas da Ofensiva Socialista

É neste contexto que Mészáros postula a atualidade da ofensiva socialista. Para ele, como a consumação da fase de ascendência do capital inviabilizou a continuidade da postura e prática defensivas, a fase da “parcialmente contestadora negatividade” que caracterizou a ação política defensiva do trabalho esgotou-se. Devido “à mudança da relação de forças e circunstâncias”, uma “nova fase histórica de ofensiva socialista” se apresenta, em completo contraste com as condições objetivas que sustentaram a fase defensiva anterior. A atualidade histórica da ofensiva socialista se apoia no fato de que “algumas formas de ação anteriores (‘as políticas de consenso’, a ‘estratégia de pleno emprego’, a ‘expansão de Estado de bem-estar social’, etc) estão objetivamente bloqueadas, o que impõe reajustes

⁴² Para Mészáros, “A concepção global de Marx tinha como seu objetivo estratégico a revolução social abrangente, a partir da qual os homens têm que mudar ‘de cima a baixo as condições da sua existência industrial e política, e por conseguinte toda a sua maneira de ser’”. (676/791) K. Marx. *The Poverty of Philosophy*, Londres, Lawrence & Wishart, s.d., p.123. Ver também sobre a distinção entre revolução política e revolução social em Marx (1995).

⁴³ K. Marx. *Lohn, Preis und Profit, (Wages, Price and Profit)*, MEW, vol. 16, p.153.

importantes na sociedade como um todo.”(674/788)

Dois aspectos importantes interagem nessa nova fase histórica de uma ofensiva socialista. Muitos dos representantes do movimento socialista “continuam adotando uma postura *defensiva*”, ao mesmo tempo em que demonstram uma “disposição, maior do que nunca, de (...) buscarem novas alianças defensivas e se envolverem com todos os tipos de revisões e compromissos em grande escala”. Para nosso autor, a insistência na estratégia defensiva, “numa época na qual historicamente viramos uma página importante e deveríamos nos engajar numa ofensiva socialista que acompanhasse as condições objetivas”, sinaliza a grande desorientação de muitos marxistas. Tal desorientação, segundo nosso autor, não é “simplesmente ideológica, (...), ela envolve todas as instituições de luta socialista que foram constituídas sob circunstâncias históricas defensivas e, por esse motivo, perseguem, sob o peso da sua própria inércia, modos de ação que diretamente correspondem ao seu caráter defensivo.” Dessa forma, diante do provável “aguçamento do confronto social” esperado em momentos de crise, como também de “uma maior reação defensiva das instituições (e estratégias) de luta da classe trabalhadora”, permanecendo a inércia das soluções defensivas do momento anterior, um problema de adequação das práticas e instituições às novas circunstâncias históricas se coloca. (673/787)

A desorientação corrente no interior do marxismo “é a manifestação combinada dos fatores prático/institucional e ideológico”; portanto, seria ingênuo esperar que uma “clarificação ideológica” pudesse ser suficiente para a solução. Ainda segundo Mészáros, “de fato, enquanto os dois devem desenvolver-se juntos nessa reciprocidade dialética, o *‘übergreifendes Moment’* (momento predominante), na conjuntura atual, é a estrutura prático/institucional da estratégia socialista, que precisa reestruturar-se de acordo com as novas condições.”(673/787-788) Lembremos, aqui, só para pontuar, pois Mészáros discute criticamente também a questão dos sindicatos e dos partidos - os dois outros órgãos da estrutura institucional, além do parlamento -, a sua indicação da urgência de se empreender a luta extraparlamentar do trabalho como forma alternativa ao autoencarceramento parlamentar da esquerda promovido pelo movimento socialista reformista. Nesse mesmo sentido, nos alerta: “As potencialidades objetivas da ofensiva socialista são inerentes à crise estrutural do próprio capital”. Entretanto, nos deparamos com “uma contradição principal: a ausência de instrumentos políticos adequados que poderiam transformar esta potencialidade em *realidade*.”(675/789)

Um outro aspecto indica a impossibilidade de imediatos resultados positivos da ofensiva socialista: do fato de constituir a adequada resposta às mutáveis condições objetivas, fruto da superação da anterior fase de luta defensiva, “não se segue que os reajustamentos em questão serão positivos”. Longe disso, adverte Mészáros. Uma vez que “as mudanças exigidas são muito drásticas, em vez de prontamente aceitarmos o ‘salto para o desconhecido’, é mais provável que se prefira seguir a ‘linha de menor resistência’ ainda por um tempo considerável, mesmo que isso signifique derrotas significativas e grandes sacrifícios para as forças socialistas.” (674/788)

Apesar dessas dificuldades e sem querer “minimizar o caráter doloroso do processo envolvido, que requer importantes ajustes estratégicos e radicais mudanças institucional/organizacionais correspondentes em todas as áreas e por todo o espectro do movimento socialista”, para Mészáros o “que *por fim* decide a questão” é o “caráter objetivo das novas condições históricas”. (680/788) Pois, “existe um *limite* além do qual acomodações forçadas e imposição de novos sacrifícios se tornam intoleráveis, *subjetivamente* para os indivíduos envolvidos e *objetivamente* para a continuação do funcionamento da estrutura socioeconômica ainda dominante.” A atualidade histórica da ofensiva socialista, nesse sentido, deve ser

“entendida como sinônimo do fim do sistema de melhorias relativas pela acomodação consensual – está destinada a impor-se a longo prazo, tanto na forma exigida da consciência social como em sua mediação estratégico/instrumental, mesmo que não possam existir garantias contra outras derrotas e decepções num curto prazo.”(674/789)

Portanto, segundo nosso autor, as várias forças socialistas engajadas na ofensiva socialista devem escapar do cerco das lutas parciais que caracterizaram o período anterior. Isso não implica que não poderão realizar também “objetivos intermediários”, mas sim que os últimos “devem ser positivamente articulados” para que realizem “mudanças tangíveis na vida cotidiana” e promovam “avanços estratégicos, no sistema a ser substituído, mesmo se em primeira instância apenas parciais.” O que há de novo a esse respeito encontra-se precisamente na “capacidade das forças participantes de *combinar*, num todo coerente, com implicações socialistas *em última análise* inevitáveis, uma grande variedade de demandas e estratégias parciais que, em si e por si, não precisam ter absolutamente nada de *especificamente socialista*.”(700/818)

O significado do projeto socialista, como o concebe Mészáros,

“representa a clamante necessidade que tem a humanidade de abordar as causas como causas no modo de controle sociometabólico estabelecido” - uma vez que “apenas a busca do verdadeiro objetivo da transformação socialista – ir para além do capital – torna possível enfrentar, com alguma chance de sucesso duradouro até mesmo os perigos mais imediatos.”(72, 805/133, 934)

A necessidade/possibilidade de uma alternativa socialista ao presente estado de coisas funda-se na incapacidade do próprio capital resolver “suas crises estruturais e de reconstituir com sucesso as condições das dinâmicas expansionistas.” O agravamento da crise estrutural tem deixado poucas alternativas ao capital “para permanecer no comando da reprodução societária”. A intensificação do uso autoritário da política, com todos os problemas que isso acarreta, como já vimos, tem sido cada vez maior, prenunciando “o perigo de um colapso maior” e não “o fim da história conflitual”, como querem alguns. Daí porque “adquire relevância e urgência necessidade de contrapor à força destrutiva extraparlamentar do capital a correta ação extraparlamentar de um movimento socialista radicalmente rearticulado.” (722-723/843)

Adverte Mészáros que “a questão crucial para a política socialista é: como conquistar as *mediações necessárias* e ao mesmo tempo evitar a armadilha das *falsas mediações* constantemente produzidas pela ordem estabelecida de tal modo a integrar as forças de oposição.” Todo cuidado é pouco, pois a integração do trabalho significa acomodação e capitulação diante do poder usurpado pelo capital. (490/596)

De acordo com a concepção de Mészáros, a política “usurpa o poder de tomada social de decisão, o qual ela substitui”. Por isso, “a política socialista deve se preocupar, em todos os passos, mesmo nos menores, com a tarefa de *restituir* ao corpo social os poderes usurpados”, e não em permanecer encarcerada nos limites da política parlamentar comprometida com a preservação do sistema do capital. (468/571) Feito isso, a “medida de aproximação” à reestruturação socialista radical do sociometabolismo deveria ser precisamente o grau em que a política, devido ao seu caráter essencialmente negativo, “poderiam descartar completamente os meios restritivos, de tal modo que ao fim os indivíduos sociais pudessem ser capazes de operar em relação direta uns com os outros, sem a intermediação mistificadora e restritiva ‘do manto da política’.” (469/572)

A restituição do poder de tomada de decisão aos produtores associados, num alternativo modo de controle sociometabólico deve ser feita tanto na esfera da política, como da reprodução material,

“em todos os níveis (...) desde os empreendimentos locais até o mais amplo intercâmbio internacional”. Esta é a “condição necessária para se realizar as funções da reprodução diretamente material de um sistema socialista”. Em consonância com essa necessidade, para Mészáros, o “‘fenecimento do Estado’ não se refere a algo misterioso ou remoto, mas a um processo perfeitamente tangível que precisa ser iniciado agora, no presente. E na transição para a genuína sociedade socialista é necessária a progressiva reaquisição dos poderes alienados de decisão política pelos indivíduos.” (728-729/849)

Prossegue ele:

“Sem a reaquisição desses poderes, é inimaginável o novo modo de controle político total da sociedade por seus indivíduos, assim como a operação cotidiana *não-contraditória* e, portanto, *coesiva/planejável* das unidades produtivas e distributivas particulares pela auto-administração dos produtores associados.” (729/849)

Somente com a “reconstituição da unidade da reprodução material e da esfera política” pode-se constituir o núcleo essencial do novo modo de controle socialista sociometabólico.

4.4 Sujeito Ativo da Alternativa Socialista

O único sujeito capaz de apresentar uma alternativa viável ao modo de controle iníquo e autoritário do capital é o trabalho, rearticulado num movimento socialista que supere os fracassos das tentativas anteriores. Sem romper com a dependência estrutural que mantém com o capital, que implica em sua eterna submissão, o trabalho jamais conseguirá se libertar dos “grilhões” que o mantêm “atado ao capital”, nem muito menos poderá ter sucesso em “operar uma ruptura estratégica na direção de uma transição para uma ordem sociometabólica radicalmente diferente.” Na verdade, é para o capital que “não há nenhuma alternativa”, “e jamais poderá haver”, pois ele não pode existir sem a dependência estrutural da exploração do trabalho, ao contrário deste último, que nem sempre ocupou uma posição subordinada. O capital é limitado pela sua própria forma contraditória de existência – ao capital “é impossível realizar ruptura para o estabelecimento de uma outra ordem social.” (725/846)

Apesar da “compulsão econômica sem igual do sistema”, tendo no Estado a “garantia final” para a submissão do trabalho, o “trabalho retém o poder potencialmente explosivo da resistência”. Mas isso não basta. Mészáros chama a atenção para o fato de que o

“principal impedimento para se embarcar na realização do projeto socialista, assim como a alavanca estratégica a ser firmemente controlada para quebrar o círculo vicioso do sistema orgânico do capital, não é o poder repressivo do Estado – que pode ser derrubado em circunstâncias favoráveis –, mas a *postura defensiva ou ofensiva* do trabalho para com o capital.” A trajetória reformista defensiva do movimento socialista, mais que se aproximar de qualquer chance de emancipação do trabalho, acabou por favorecer a reestruturação expansionista do capital. (790/917)

Mészáros argumenta que, nos dias de hoje, para se obter até mesmo sucessos parciais, e, o mais importante, que possam se tornar cumulativos, o movimento socialista deve estar comprometido com uma estratégia ofensiva contra o capital. Pois, do contrário,

“sem a finalidade apropriada da ofensiva estratégica – orientada para a ordem socialista como uma alternativa hegemônica à existente – o próprio percurso ficará sem orientação. E, certamente, não mais podemos dispor do luxo de vagar por um outro século e meio tentando produzir mudanças estruturais nos confins estruturais paralisantes do sistema do capital.”(793/921)

Com efeito, a ativação dos limites absolutos do capital continua a desdobrar-se desastrosamente sobre o processo de reprodução social, tornando-se uma “ameaça à própria sobrevivência da humanidade”. As forças destrutivas do capital projetam ‘perspectivas catastrófica para o futuro’, e somente serão revertidas se enfrentadas com sucesso. Pois

“o único ponto a ser considerado garantido em relação a um futuro não muito distante é que a necessidade da investidura de uma alternativa socialista em escala global há de surgir em circunstâncias históricas muito dolorosas, quando o modo de controle sociometabólico do capital já não puder mais cumprir as suas funções reprodutivas primárias.

Assim sendo, o desafio vislumbrado para os socialistas deverá se apresentar como a necessidade de juntar os pedaços e construir uma nova ordem sociometabólica viável a partir das ruínas da velha.”(773/898)

A contraposição das forças do trabalho às tendências autoritárias e destrutivas do sistema do capital, predominantes hoje, e afirmadas pela intensificação da intervenção corretiva do Estado em resposta às contradições ativadas na crise estrutural, é que pode alterar tais desdobramentos históricos. A alteração da causalidade histórica das ações remediadoras adequadas à lógica do capital “vai depender da capacidade ou incapacidade da classe trabalhadora de rearticular o movimento socialista como empreendimento verdadeiramente in-

ternacional”, como já mencionado no capítulo 2. (146/220) A escala global deste empreendimento é uma condição necessária para se ter alguma chance de sucesso, pois o “sistema do capital, por sua própria natureza, é um modo de controle global/universalista” e só pode “ser historicamente superado (...) por uma alternativa sociometabólica igualmente abrangente.”(492/599)

Enquanto agente social participe do processo histórico, o trabalho intervém sobre as tendências existentes, ainda que pareçam totalmente incontroláveis, como indica a lógica do próprio capital. Pois trata-se de tendências e não de “*leis físicas* do universo natural, que portam determinações radicalmente diferentes”. Na história social, lembra Mészáros, as “leis” são *tendências* tornadas reais por agentes sociais particulares que seguem objetivos conscientes e, *dentro de limites*, constantemente ajustam suas ações em relação à realização com maior ou menor sucesso, desses objetivos”. (450/548)

Nos dias de hoje, para Mészáros, a única possibilidade de se alterar as tendências destrutivas do capital é a substituição desse modo sociometabólico por uma alternativa hegemônica socialista que possa orientar mesmo as demandas mais imediatas, uma vez que estão esgotadas as estratégias anteriores de postergação das contradições do sistema do capital. A questão do controle, por isso, é colocada em primeiro plano no confronto com o capital. O desafio histórico para o movimento do trabalho é acabar com o “alienante e desumanizador comando do capital sobre o trabalho”. (653/763) Desse modo, para Mészáros, seguindo Marx, “a única alternativa viável [é] o exercício autônomo de controle sociometabólico pelos próprios produtores associados.” O que para ele tem o significado de

“*avançar radicalmente para além do capital, ou não chegar absolutamente a lugar algum, como na verdade aconteceu - tanto com o socialismo democrático do Estado do bem-estar social do capitalismo ocidental, como com todas as reformas permitidas pelas determinações autoritárias do sistema de capital pós-capitalista.*”(653-654/764)

Para se ir além do capital, ou seja, para fora das determinações estruturais das relações produtivas e distributivas do sistema do capital, o trabalho enfrenta uma dificuldade adicional, que deve ser considerada em sua dimensão real pois, do contrário, pode inviabilizar a construção de uma alternativa radical. O trabalho, “único sujeito social capaz de assumir o desafio” de superação da ordem dominante, está “em sua imediaticidade (isto é, em seu modo estabelecido de reprodução) também (...) inserido no círculo vicioso da

‘linha de menor resistência’, subsumido ao e dominado” pelo capital. Na relação com o capital, “o trabalho, em sua imediatividade, incluindo sua confrontação direta com o capital, assume necessariamente a forma de consciência de ‘personificação do trabalho’.” Sob essa perspectiva, o conflito se dá apenas com “a ‘personificação do capital’”, ficando, o trabalho, limitado “aos objetivos que podem ser contidos pelos parâmetros estruturais do sistema do capital” e sujeito às mudanças históricas das personificações do capital requeridas, sem qualquer alteração substantiva na dependência estrutural e de exploração mantida com o capital. (812/943) O trabalho, assim, “permanece diretamente atado à substância do capital, isto é, à sua existência material como a determinação estrutural vigente do processo de trabalho, e não à sua forma historicamente contingente de personificação jurídica”, que pode ser alterada. (493/600) Se aceitar tais limites à sua ação emancipadora, enfrentando apenas as personificações do capital, ou melhor, visando apenas a “expropriação dos expropriadores”, e, por sua vez, deixando de “pé a estrutura do capital”, adverte Mészáros que

“tudo que pode realizar por si é mudar o tipo da personificação do capital, mas não a necessidade de tal personificação. Como ficou demonstrado, não apenas pela significativa continuidade do pessoal de comando da economia e do Estado nas sociedades pós-revolucionárias, mas também pelos movimentos de restauração pós-soviética em toda a Europa oriental, frequentemente o pessoal pode permanecer o mesmo mudando, por assim dizer, apenas a carteira de filiação ao partido.” (492/600)

A rearticulação radical do movimento socialista implica em superar essas contradições, indo para além dos parâmetros estruturais do sistema do capital, impostos (e preservados) por meio de suas mutáveis personificações, uma vez que o “movimento socialista não terá a menor chance de sucesso contra o capital caso se limite a levantar apenas demandas parciais”. Os ganhos obtidos pelo trabalho foram concedidos pelo capital, enquanto “puderam ser *assimilados* pelo conjunto do sistema, e *integrados* a ele, e resultaram em vantagem produtiva para o capital durante o seu processo de autoexpansão.”(40/95) Submeter os objetivos emancipatórios do trabalho a apenas o que pode ser absorvido pelos parâmetros estruturais do sistema do capital, resultou, segundo Mészáros, em “consequências trágicas” e levou à “derrota clamorosa da esquerda histórica.”(812/943) Diante das mudanças históricas ocorridas, como já mencionado, não há mais espaço para a luta defensiva.

Para se ir além do capital, e viabilizar o “exercício autônomo do

controle sociometabólico pelos próprios produtores associados”, o trabalho “não deve estar apenas nominalmente (como vimos até agora, sob a autoridade das ‘personificações do capital’ pós-capitalistas), mas genuína e efetivamente encarregado do processo sociometabólico.” (492/599)

Isso significa que o empreendimento estratégico do trabalho deve prever o exercício da “autodeterminada atividade-de-vida produtiva e distributiva dos indivíduos sociais em todo domínio singular e em todos os níveis do processo sociometabólico.” De acordo com Mészáros, “sem a transferência progressiva e ao final total da tomada de decisão reprodutiva e distributiva materiais aos produtores associados não pode haver nenhuma esperança para os membros da comunidade pós-revolucionária de se transformarem em *sujeitos* do poder.” (711-712/831)

O capital se firmou na história como o “*sujeito em comando* real (por mais perversamente reificado), permanecendo ‘sempre capital’, mesmo em suas instâncias personificadas.” Somente substituindo o “‘sistema orgânico’ estabelecido como o controlador absolutamente abrangente e dominante da reprodução societária” por um “sistema orgânico alternativo, genuinamente socialista”, pode-se “restituir o poder alienado de comando sobre o trabalho ao próprio trabalho”. (610, 617/712, 723) Nesse sentido, para se tornar o sujeito da, e ter o poder sobre, a totalidade do processo social, o trabalho tem que visar “a total erradicação do capital do sociometabolismo, como *comando sobre o trabalho* – erradicação que, por sua vez, é inconcebível sem superar irreversivelmente a *objetivação alienada* do trabalho sob todos os seus aspectos, incluindo o Estado político – além do impedimento simultâneo da *personificação* tanto do capital como do trabalho”. (619/722-723) O que significa superar todas as três dimensões fundamentais do sistema - capital, trabalho e Estado –, uma vez que “são *materialmente* constituídos e ligados um ao outro, e não simplesmente em uma base legal/política.” (493/600)

As forças do trabalho necessitam enfrentar os desafios históricos de uma ofensiva socialista que vise a erradicação do capital. Mas o sucesso pretendido e a superação do capital vai “depende[r] da capacidade ou incapacidade de os produtores associados em criarem um novo ‘sistema orgânico’ (...): uma totalidade social coerente que não apenas quebre o círculo vicioso da totalidade orgânica autosustentada do capital, mas que também coloque em seu lugar um desenvolvimento irreversivelmente aberto.”(621/726) Um desenvolvimento histórico real radicalmente aberto, por um lado, no preciso sentido de que não há “qualquer garantia preconcebida de um

resultado positivo do embate de forças antagônicas.” A “nova forma histórica”, conforme a concepção marxiana, pode, assim, ser apenas anunciada, sem qualquer garantia *a priori* de sucesso. (446/543) E, por outro, aberto em relação ao futuro, porque é um modo de controle sociometabólico alternativo que “pode ser estruturalmente alterado pelos indivíduos diante dos fins conscientemente escolhidos”, e não determinado pela “rede causal preexistente do capital (...) que opera acima das cabeças dos indivíduos”. (73/134)

Diante do desafio de se ir para além dos antagonismos do sistema do capital, de acordo com a análise de Mészáros,

“o resultado positivo não depende de reconhecerem os intelectuais que a justificação histórica do sistema do capital está superada, mas da força material de um sujeito social consciente capaz de erradicar o capital do processo sociometabólico, superando desse modo a dominação da ‘riqueza estranha’ sobre a sociedade. Se tal sujeito provar ser inferior à tarefa, não pode haver esperança para o projeto socialista. Mas, neste caso, não haverá esperança de sobrevivência para a humanidade.”(811/942)

Atualmente, com o “desenvolvimento dos instrumentos de destruição (...) da vida humana” e a “dissipação destrutiva de recursos naturais e riqueza social” - condição objetiva da reprodução ampliada do capital -, já se pode avaliar a “pesada materialidade” das “implicações destrutivas da incontrolabilidade do capital”. As perspectivas para o futuro são ameaçadoras, a menos que se consiga enfrentar com sucesso tais forças destrutivas. (811-812/940-942)

Por isso, a necessidade, hoje, da reconstrução do movimento do trabalho em sua integridade (política e sindical), que seja portador da “plena consciência de seus objetivos transformadores como alternativa estratégica necessária e viável ao sistema do capital”, e de uma estratégia ofensiva contra o capital que recuse as determinações estruturais do sistema. O sucesso da ofensiva socialista é inconcebível sem essas condições. (732-733/854)

Após passarmos pelo delineamento introdutório das concepções de capital, crise estrutural, Estado e ofensiva socialista, podemos nos voltar ao exame do que, a nosso ver, articula e confere coerência a toda essa *démarche* de Mészáros: a sua tese acerca da incontrolabilidade do capital.

CAPÍTULO 5 - INCONTROLABILIDADE DO CAPITAL

5.1 Fundamentos Ontológicos da Incontrolabilidade do Capital

Nos capítulos anteriores, onde expusemos as concepções fundamentais de Mészáros sobre os contraditórios elementos constituintes da ordem do capital e o presente ameaçador de uma crise que se apresenta irreversível, a concepção de Mészáros acerca da incontrolabilidade do capital esteve presente, operando como o pano de fundo de suas considerações. Por isso, faz-se necessário que nos voltemos diretamente a esta questão neste último capítulo.

Para Mészáros, os elementos constituintes da incontrolabilidade do capital conformam a sua própria natureza.

O capital, para se consolidar como um sistema universal e dominante, teve que superar todas as barreiras dos modos de produção anteriores e se libertar de todas as restrições sociais, políticas e materiais ao seu impulso à autorreprodução contínua. O capital, como vimos, constitui um sistema sócio-reprodutivo orientado pela expansão e guiado pela acumulação, e encontra nesses determinantes sua própria razão de ser. Qualquer impedimento a seu impulso de acumulação expansiva deve ser removido, independentemente dos recursos empregados e das consequências desencadeadas. Na esteira de Marx, Mészáros insiste que o capital só existe como valor que produz valor em escala sempre crescente. Para isso teve que submeter a força de trabalho como condição de realização de seus objetivos acumulativos e se sobrepor a toda vontade subjetiva dos indivíduos, transformando o processo original de produção em au-

torreprodução de capital. Tão logo o dinheiro se transforma em capital, como diz Marx⁴⁴, o capital “cria seus próprios pressupostos”, e o que antes eram os “pré-requisitos de seu devir”, possibilitados pela acumulação primitiva, agora se tornam “*resultados de seu próprio ser*”. (609/711) O capital, a partir daí, adquire um poder auto-constituente, em que a produção de riqueza só adquire sentido se estiver voltada a sua autorreprodução, enquanto sua própria causa – sua *causa sui*. (609-610/711)

Esse poder auto-constituente, irrestringível em seu impulso à expansão e à acumulação, traz em si o próprio germe da sua incontrolabilidade, pois, para que o processo sociometabólico possa se adequar à realização de tais objetivos autorreprodutivos, tem que submeter todas as potencialidades subjetivas e materiais existentes a sua *causa sui*, conformando um modo de controle sociometabólico hierárquico e autoritário que a tudo domina, num sistema incontrolável em sua própria natureza. O capital, nas palavras de Mészáros, “é um modo de controle que se sobrepõe a tudo o mais, *antes* mesmo de ser controlado – num sentido apenas superficial – pelos capitalistas privados (ou, mais tarde, pelos funcionários do Estado de tipo soviético)”. Ele tem que manter o “primado” de seus objetivos metabólicos sobre o conjunto das pessoas. (42/98)

Ao mesmo tempo em que no seu processo de constituição o capital teve que superar todas as restrições, e para isso criou um sistema adequado de controle sobre a sociedade como um todo (“em todas as suas funções produtivas e reprodutivas”), não podia colocar novas restrições a seu imperativo expansionista, perdendo assim o controle sobre suas partes constituintes, que são centrifugamente estruturadas em uma totalidade historicamente instável.

A determinação estrutural interna do sistema autorreprodutivo do capital – estar “orientado para a expansão e impulsionado pela acumulação” – resulta num duplo efeito contraditório: “constitui tanto um dinamismo anteriormente inimaginável como uma fatal deficiência”. Foi graças “em grande parte à sua incontrolabilidade [que] o capital conseguiu superar todos os obstáculos” da velha ordem feudal e conquistar o predomínio absoluto sobre sociedade. Entretanto, nos dias de hoje, com a crise estrutural, quando não mais pode contar com as condições objetivas necessárias à manutenção de seu curso expansivo, seus “constituintes destrutivos avançam com força extrema, ativando o espectro da incontrolabilidade

⁴⁴ K. Marx, Economic Works: 1861-1864, MECW, vol. 34, p. 235. Itálicos de Marx.

total numa forma que faz prever a autodestruição, tanto para este sistema reprodutivo social excepcional, em si, como para a humanidade em geral.” (44/100)

Os limites e restrições coerentes e compatíveis com o sistema do capital e que, em momentos anteriores, favoreceram a superação de disfunções e crises passageiras, no contexto da crise estrutural já não são suportáveis, porque, agora, questionam a própria lógica reprodutiva do sistema. Isto é, ativados os seus limites absolutos, o sistema do capital conta ainda com menos recursos que antes para promover a manutenção de si próprio pelo deslocamento das contradições. Mézáros enfatiza que o “capital nunca foi dócil a um controle adequado e durável ou a autolimitação racional” e só pôde aceitar “ajustes limitados” no estrito interesse de dar continuidade à “dinâmica autoexpansiva e [ao] processo de acumulação”. Ocorre, nessas novas circunstâncias, uma inversão de sentido no que significou, nos primórdios do sistema, a incontrolabilidade do capital. (44/100) Assim, para Mézáros, “as implicações dessa mesma força da incontrolabilidade, que em dado momento assegurou a vitória do sistema do capital, estão longe de ser tranquilizadoras hoje, quando a necessidade de restrições já é aceita – pelo menos na forma do ilusório desiderato de ‘autorregulação’ – até pelos defensores mais acrílicos do sistema.”(45/101)

Se, conforme Mézáros, o capital realizou um grande aumento da produtividade após a superação dos obstáculos da autossuficiência vigente nos modos de produção anteriores, também promoveu a “perda inevitável de controle sobre o conjunto do sistema reprodutivo social”. (47/104) Ao proceder à “total separação entre produção e controle” e promover a “imposição de um agente separado – as ‘personificações do capital’ sob formas variadas – sobre o agente social da produção: o trabalho”, o capital fixa a base dos defeitos estruturais do sistema, com os quais terá que conviver sem solução definitiva. (48/105) A separação entre produção e controle, produção e consumo e produção e circulação, como já sublinhado no capítulo 3, são fraturas estruturais que se manifestam nos microcosmos particulares internamente fragmentados do sistema, na esfera da sua dominação global, e, como se viu, não se pode encontrar a unidade de controle perdida nos limites dos mesmos marcos estruturais que promoveram tal separação como necessidade vital de sua autorreprodução ampliada. Trata-se de “estruturas vitais e, portanto, insubstituíveis do capital, e não contingências históricas limitadas que ele possa transcender.” Ao capital interessa remediar os efeitos nocivos de tais fragmentações, mas não eliminar o funda-

mento dessa mesma fragmentação. Nesse sentido, “os antagonismos que emanam dessas estruturas são necessariamente reproduzidos em *todas* as circunstâncias históricas que cobrem a era do capital, fossem quais fossem as relações de poder dominante em qualquer ponto determinado do tempo.”(49/106)

Pôde-se ocultar essa perda de controle “durante um longo estágio histórico do desenvolvimento, graças ao deslocamento das contradições do capital durante sua fase de forte expansão”; contudo, as consequências nefastas para o desenvolvimento do sistema se farão sentir de maneira inevitável, num momento posterior, e em proporção ainda maior. (47/104)

Quando ocorre o “bloqueio do caminho da livre expansão (como resultado da consumação da ascendência histórica do capital) e a consequente impossibilidade de deslocar simultaneamente os antagonismos internos do sistema”, os “efeitos nocivos da expansão já realizada” tornam-se evidentes. Deve-se notar que os problemas e contradições surgem na “mesma escala do porte exagerado atingido pelo sistema do capital”, o que exige uma correspondente magnitude da “expansão deslocadora”. Na impossibilidade, hoje, de se realizar os deslocamentos de tamanha magnitude, “o que se apresenta é o espectro da *incontrolabilidade total*”. (47-48/104)

O “imperativo de intensificar cada vez mais a expansão é uma manifestação paradoxal dessa perda de controle”. Por um lado, adia o “dia do julgamento”, permitindo o prosseguimento da expansão e, por outro, provoca a reativação e multiplicação dos mesmos problemas postergados. (47/104)

O sistema do capital, sempre segundo Mészáros, não pode reconhecer a existência de problemas e contradições em sua base causal. Toda ordem de problemas é tratada como disfunção e distúrbio temporário, sempre na esfera dos efeitos e consequências, e nunca do ponto de vista da imanência de sua *causa sui*. Não importa quão graves sejam as implicações no longo prazo, o capital é apenas “reativo” e “retroativo”. Conforme surjam as necessidades de intervenção utiliza-se de ações remediadoras, cujo objetivo é retomar o fluxo da expansão. Por sua própria natureza, uma

“ação terapêutica dentro da estrutura global do sistema do capital só é exequível sob a forma de um corretivo *post festum*, que preserve a lucratividade global do sistema, quaisquer que sejam os corretivos *parciais* preventivos e os métodos manipulatórios que possam ser divisados em contextos mais limitados. (...) até mesmo o complexo militar/industrial, como um corretivo ‘planejado’, só pode ter um impacto limitado apesar de todo o seu tamanho imponente

em um dado país numa determinada época histórica.” (572/666-667)

Uma vez que, os “fundamentos causais que impelem o próprio sistema não podem ser questionados sob nenhuma hipótese”, toda “mudança legítima deve ser sempre encarada como alteração e melhoria limitadas do que já está determinado.” Esta é a substância das alterações políticas em seu modo de operação sociometabólica. Mészáros destaca o seguinte caso ilustrativo: “A ‘nacionalização’ das empresas capitalistas privadas, sempre que introduzida, é tratada simplesmente como uma reação temporária à crise, (...) , sem afetar de forma alguma a *estrutura de comando* fundamental do próprio sistema.”(106/177) As mudanças econômicas visam sempre atender a necessidades já postas, e vêm sanear, mesmo que temporariamente, problemas já identificados. Do mesmo modo, hoje, são reativadas as privatizações para atender às necessidades setoriais de expansão. Aparecem os problemas, ativam-se as ações remediadoras perfeitamente intercambiáveis, ainda que apontem para direções opostas, o que não constitui nenhum risco, pois “o quadro estrutural e a estrutura de comando do próprio sistema permanecem inalterados.” As inovações são restritas a um nível “instrumental”, e visam apenas “uma alteração e um melhoramento limitados do já dado.”(105-106/176)

Por isso, afirma Mészáros que a “inalterável *temporalidade* do capital é *a posteriori* e *retrospectiva*. Não pode haver futuro num sentido significativo da expressão, pois o único ‘futuro’ admissível já chegou, na forma dos parâmetros existentes da ordem estabelecida bem antes de ser levantada a questão sobre ‘o que deve ser feito.’”(105-106/177)

Tal “temporalidade *a posteriori*” é incapaz – pois é a expressão - de reverter o curso da incontrollabilidade. Basta se dispor de instrumentos suficientes para se empreender os ajustes necessários a cada problema específico. Assim o “impacto de eventos históricos inesperados – que surjam, por exemplo, de uma grande crise – mais cedo ou mais tarde terá de ser comprimido de volta em seu molde estrutural preexistente, tornando a *restauração* uma parte constituinte da dinâmica normal do sistema capitalista.” Encarar dessa forma as contradições e problemas gerados pelo impulso à expansão é uma necessidade da circularidade auto-constituente do capital. Não há nada além dele, tudo deve estar de acordo com “seu quadro de referência estrutural predeterminado”. (105-106/177)

O capital é impermeável a qualquer mudança qualitativa que possa questionar sua premissa de *causa sui*. Ele “não pode tolerar

a intrusão de qualquer princípio de regulação socioeconômica que venha restringir sua dinâmica voltada para a expansão.” Não tem como aceitar medidas restritivas que inibam seu imperativo de expansão, mesmo numa situação histórica em que a expansão compulsiva significa expansão da produção destrutiva e perda de controle sobre os deslocamentos das contradições antes praticados. Deve-se levar em conta que, como acentua Mészáros, a

“expansão em si não é apenas uma *função econômica relativa* (mais ou menos louvável e livremente adotada sob esta luz em determinadas circunstâncias, e conscientemente rejeitada em outras), mas uma maneira *absolutamente necessária* de deslocar os problemas e contradições que emergem no sistema do capital, de acordo com o imperativo de evitar como praga as causas subjacentes.” (105/176)

O capital, em função de seu “fundamento causal autopropulsivo” inquestionável, não pode deter-se diante de barreiras impostas no curso de sua acumulação. Problemas e contradições devem ser tratados como obstáculos sempre removíveis e remediáveis com o recurso da expansão, a despeito das implicações destrutivas resultantes da não resolução das contradições. “Por essa razão, não pode haver *alternativa alguma* para a busca de expansão – a todo custo – em todas as variedades do sistema do capital.” (105/176)

Cabe aqui uma ressalva. Lembra-nos Mészáros que a sombra da incontrolabilidade “apesar de, sem dúvida, ter-se tornado bem mais obscura no século XX, ela certamente não surgiu nas últimas décadas, com os riscos da era nuclear, por um lado, e, por outro, com o assustador impacto da poluição industrial e agrícola em grande escala”; pelo contrário, “é inseparável do capital como um modo de controle sociometabólico desde que este conseguiu se consolidar, tornando-se um sistema reprodutivo coerente, com o triunfo da produção generalizada de mercadorias.” (72/133)

A expansão do sistema do capital se mede exclusivamente pela quantidade, não importa a que custo para a humanidade:

“Não existe uma maneira de definir a própria expansão dentro da estrutura do sistema do capital senão de modo puramente quantitativo, projetando-a como extensão direta do que existe. Tal expansão deve ser vista como *algo além do que existe* – mesmo quando as perspectivas de assegurar o acréscimo defendido pareçam mais problemáticas, para não dizer absurdas.” (107/178)

Por isso, para Mészáros, o sistema do capital não tem como promover uma “reestruturação” de seu modo de controle sociometabólico

bólico, mesmo premido pelas mais graves dificuldades reprodutivas. O intransponível limite da “*racionalidade auto-orientada* da reprodução ampliada do capital, com a premissa de sua *causa sui*”, impede-o de questionar a si mesmo - sua própria causa -, bem como repele qualquer alternativa sociometabólica qualitativamente diferente. Só é compatível com “ações corretivas do sistema” confinadas “aos efeitos e consequências estruturalmente assimiláveis”, uma vez que “as necessárias condições e implicações históricas que restringem a expansão contínua são sistematicamente descartadas ou rejeitadas como desprovidas de importância”. (105/176,179)

O que predomina é o “corolário perverso das condições *relativas absolutizadas* (ou seja, históricas limitadas)” requeridas pelo processo de reprodução ampliada do capital, qual seja, “a supostamente eterna disponibilidade dos recursos e do espaço necessários para a desejável expansão do capital”. O que significa a “*relativização* irresponsável das restrições *absolutas* (como, por exemplo, a deliberada ignorância dos riscos envolvidos no desperdício vigente dos recursos não-renováveis do planeta)”, supondo-se que, com a sua manipulação conforme as necessidades autorreprodutivas do sistema, pode-se evitar para sempre o perigo que representam para todo sistema finito. E não poderia ser de outra forma, segundo a análise de Mészáros, uma vez que

“a aceitação desse tipo de restrições inevitavelmente exigiria uma grande mudança na estrutura causal fundamental do capital – pois o postulado da expansão imperativa teria de ser moderado e justificado, em vez de utilizado como a base supostamente óbvia de qualquer justificação concebível, tornando assim desnecessária qualquer justificativa”. (107-108/177)

A expansão, enquanto pôde superar os limites relativos contidos no marco causal do sistema, conseguiu ampliar a margem e a eficiência produtivas das ações socioeconômicas por longo tempo, eximindo-se de toda justificativa que pudesse ser exigida fora do espírito dominante de que o capital é o “mal radical” usado “como instrumento para realizar o bem”. No entanto, com a consumação da fase de ascendência histórica do capital, restrições tornam-se inevitáveis, ainda que inaceitáveis pelo capital, transformando o progresso anterior e seus benefícios em “uma destrutividade devastadora, quando as condições objetivas associadas às aspirações humanas começam a resistir a seu inexorável impulso expansionista.” (173/252)

A “tendência universalizadora” do capital só pode se consumir em razão do irrestringível impulso do capital à superação de toda

barreira limitadora, fossem elas originadas em “obstáculos naturais ou fronteiras culturais e nacionais”. Desse modo, toda medida de restrição aparece como um sinal de crise do sistema e como tal deve ser deslocada. Ao capital não importa “o peso das implicações materiais dos obstáculos a enfrentar, nem a urgência relativa (chegando à emergência extrema) em relação a sua escala temporal.” Nesse sentido, iludem-se aqueles que creem poder deter o capital no que tem de mais visivelmente destrutivo – a natureza e os seres humanos. Adverte Mészáros que a “degradação da natureza ou a dor da devastação social não têm qualquer significado para seu sistema de controle sociometabólico, em relação ao imperativo absoluto de sua autorreprodução numa escala cada vez maior.” (173/252-253)

Trata-se do imperativo absoluto da autorreprodução do capital, que não tem como ser alterado substantivamente sem que se coloque em questão o próprio sociometabolismo dominante. Como também não há como se adquirir controle externo sobre apenas partes do sistema, no sentido de impedir seus aspectos destrutivos. É a partir dessa concepção mais geral que Mészáros analisa o Movimento Verde (com seus partidos) e a sua intenção política de reforma do sistema do capital. Propunham uma mudança “do vermelho para o verde”, mobilizando os “indivíduos preocupados com a destruição ambiental em andamento”. Principalmente centrados na questão ambiental – movimento de “questão única”, como o denomina Mészáros – eles “apelavam aos indivíduos (...), deixando indefinidas as causas socioeconômicas subjacentes e suas conotações de classe”. Pensavam que assim podiam “ampliar seu próprio apelo eleitoral, na esperança de intervir no processo de reforma, com o objetivo de inverter as tendências perigosas identificadas.” Do mesmo modo, abordaram unilateralmente o complexo quadro reprodutivo sociometabólico prevalecente, tomando apenas o aspecto destrutivo da produção, desconsiderando que, nos dias de hoje, *a produção se realiza na destruição de riqueza material e humana*. O Movimento Verde, em todas suas variedades, tentou “articular seus programas de reforma como um meio de penetrar na estrutura de poder e nos processos de tomada de decisão da ordem estabelecida”. A despeito da importância “literalmente vital” da questão ambiental, “o incontestável imperativo da proteção ambiental se revelou inadministrável, em virtude das correspondentes restrições necessárias aos processos de produção em vigor exigidas para sua implementação.” (39/94-95)

Diante disso, Mészáros chama a atenção para o “fato de que, em prazo relativamente curto, todos esses partidos tenham se marginalizado, apesar do espetacular sucesso inicial em quase todos os paí-

ses”, revelando que “as causas da destruição ambiental [são] muito mais profundamente enraizadas do que admitiam os líderes desses movimentos reformistas que ignoravam programaticamente a questão das classes”. O que o leva a concluir que o “sistema do capital se mostrou impermeável à reforma, até mesmo de seu aspecto obviamente mais destrutivo.” (39/94-95)

O capital não reconhece qualquer medida de restrições, e vê os obstáculos que surgem à sua frente como barreiras a mais a ultrapassar. Aquelas que não consegue eliminar frontalmente são contornadas por ajustes remediadores, não chegando a constituir obstáculos impeditivos de seu curso acumulativo. (44-100) Por essa razão, diz Mészáros, os “obstáculos externos jamais detiveram o impulso ilimitado do capital; a natureza e os seres humanos só poderiam ser considerados ‘fatores de produção’ externos em termos da lógica autoexpansionista do capital.” Sendo assim, qualquer “impacto limitador” deveria ser originado de um “poder de restrição” *interno* à própria lógica do capital. (173-174/253)

De fato, chegou-se a um estágio de desenvolvimento em que a “*tendência universalizadora* de avanço produtivo do próprio capital” tornou-se insustentável diante do “esgotamento dos domínios a invadir e subjugar”. A incontrollabilidade do sistema, que podia ser dissimulada em circunstâncias históricas favoráveis, nas novas circunstâncias, com a crise estrutural, revela que o

“ ‘mais’ começou paradoxalmente a significar ‘menos’ e o ‘controle universal’ (assumindo a forma da ‘globalização’ antagonista) a indicar os riscos de uma completa perda de controle. Isto foi produzido pelo próprio capital, ao criar por todo o mundo uma situação totalmente insustentável, que exige uma coordenação abrangente (e, obviamente, um planejamento consensual para torná-la possível) - quando, por sua própria natureza, o sistema do capital se opõe diametralmente a tais exigências.” (174/253)

Em outras palavras, de acordo com Mészáros, a cega busca expansionista de superação dos limites internos ao sistema levou a uma “profunda crise de controle” e a um arrefecimento da acumulação ampliada, na medida em que o “ ‘mais’ começa a significar ‘menos’ “. Afirma, ainda, nosso autor, que “foi apenas uma questão de tempo para que o capital - em seu irrefreável impulso para ir *além* dos limites encontrados - tivesse de se superar, contradizendo sua lógica interna e entrando em colisão com os limites estruturais insuperáveis de seu próprio modo de controle sociometabólico.” (174/253)

Por isso, a coexistência da expansão e da restrição são internamente incompatíveis no modo de controle sociometabólico do

capital. A necessidade de superação contínua de limites, a ponto de se esbarrar nos limites absolutos e intransponíveis do sistema do capital, acaba por justificar o aparecimento da crise estrutural, acompanhada de uma “profunda crise de controle”. Esses elementos constituintes contraditórios do sistema, na escala e maturação em que se encontram, não são reversíveis pelo próprio sistema; ao contrário, comparecem como condições objetivas indispensáveis ao pleno desenvolvimento do sistema, independentemente das implicações futuras para sua própria sobrevivência. Tudo isso está relacionado com o fato de que, conforme ressalta Mészáros,

“o impulso expansionista cego do sistema capitalista é incorrigível, porque este não pode renunciar à sua própria natureza e adotar práticas produtivas compatíveis com a necessidade de restrição racional em escala global. Praticando uma restrição racional abrangente, o capital de fato reprimiria o aspecto mais dinâmico de seu modo de funcionamento, cometendo suicídio como sistema de controle sociometabólico historicamente único. Esta é uma das principais razões por que a ideia de um ‘governo mundial’ globalmente racional e consensualmente limitador baseado no sistema do capital – necessariamente *parcial* em sua única forma viável de racionalidade – é uma contradição gritante.” (179/259)

As restrições hoje exigidas como forma de contornar a potencialidade explosiva presente nos quatro conjuntos de forças ativadoras dos limites absolutos, principalmente se pensamos no de maior gravidade social – o desemprego crônico – são, segundo Mészáros, ainda mais indispensáveis, ainda que, impossíveis que no passado. Pois, nas condições de crise estrutural, são exigências postas pelo desenvolvimento do capital que se constituem em “*impedimento atuante* para a acumulação tranquila do capital e o funcionamento futuro do sistema do capital global.”(151/227) Diante da “intratável contradição entre a irrefreabilidade do capital e a hoje historicamente inevitável necessidade de restrições básicas”, podemos avaliar a grandeza do problema a ser enfrentado no futuro. (146/221) Nesse mesmo espírito, Mészáros alerta que “a ameaça da incontrolabilidade lança uma sombra muito longa sobre todos os aspectos objetivos e subjetivos do modo historicamente singular de que o capital dispõe para controlar a ininterrupta reprodução sociometabólica”. (151/227)

5.2 Unidades Industriais e a Questão do Controle sobre o Sistema Global

A incontrolabilidade do capital se manifesta também em uma outra contradição posta pelo próprio desenvolvimento histórico. O

sistema do capital, para atingir o domínio universal do sociometabolismo, teve que eliminar as barreiras dos modos de produção anteriores, como teve também que implantar uma escala mundial de troca de atividades e produtos, o que implicou em transferir as condições de produção da unidade industrial isolada para o “contexto global”, tornando o “controle da produção (e reprodução sociometabólica mais ampla), com base nos princípios operativos dados e viáveis do capital, (...) quase impossível de se manter.” Ou, melhor ainda, não há um indivíduo ou empresa ou Governo Mundial que possa assumir o controle da produção e reprodução metabólica global. A incontornabilidade é inerente à própria lógica do sistema e foi o preço pago para a universalização do modo de controle sociometabólico do capital. (178/258)

Nas palavras de Mészáros, se

“as condições objetivas e subjetivas de produção estão situadas ‘fora’, exigindo que o intercâmbio da totalidade das atividades, necessidades, etc, se dê no quadro da troca global, elas necessariamente estão *além do alcance* de qualquer empresa isolada, não importando o quanto seja gigantesca ou transnacionalmente monopolista. Neste aspecto, se em nossa imaginação multiplicássemos a General Motors ou a Ford umas cem vezes, elas continuariam insignificantes.”(178/258)

Por isso, afirma Mészáros que, “na realidade, o controle é um pesadelo por toda parte e em parte alguma”. (178/258)

A lógica do capital só agrava essas contradições, uma vez que impele as empresas particulares a acumularem e a aumentarem “constantemente sua escala de operação”, buscando “maior fatia do mercado possível”, pois é a “única forma de melhorar as oportunidades de controle”. Aí está fundado “o imperativo absoluto da expansão do capital que se aplica a *todas* elas”, e “não importa o quanto sejam destrutivas em termos globais as consequências da utilização voraz dos recursos disponíveis (para os quais as empresas privadas não têm medidas nem preocupações).” As empresas particulares estão apenas preocupadas em preencher os critérios “fetichistas da ‘eficiência econômica’”, com o fim exclusivo de sobreviver e prosperar. Portanto, conclui Mészáros, “*quanto mais bem sucedidas* forem as empresas particulares (...), em seus próprios termos de referência (...), *tanto piores* serão as perspectivas de sobrevivência da humanidade nas condições hoje prevalentes.”(179/258-259)

O “impulso expansionista necessário das empresas particulares e do sistema em geral sem levar em conta as consequências devastadoras” que desencadeia é expressão da “racionalidade *parcial* do ca-

pital”. Essa racionalidade parcial do capital (“e deve-se ressaltar que, devido a seu princípio estruturador interno antagonista, o capital é capaz apenas de racionalidade parcial”), e o princípio expansionista que a orienta, “contradiz diretamente as ponderações elementares e literalmente vitais da *restrição racional* e correspondente *controle racional* dos recursos humanos e materiais globais” necessários a um desenvolvimento sustentável. (179/258) Tanto a questão do controle como a necessidade de restrições permanecem subsumidas ao imperativo da expansão, o que, num contexto histórico de esgotamento das possibilidades de deslocamento dos limites e contradições do sistema, implica na intensificação dos problemas preexistentes.

Para Mészáros, conceber como possível o capital vir a reprimir seu impulso expansionista impondo restrições a si mesmo é o mesmo que propor o suicídio do sistema. No entanto, a ameaça da incontrolabilidade não está muito distante de resultar em consequências igualmente trágicas. Se o caminho da integração global do capital e, por conseguinte, o processo da “transferência das condições de produção e reprodução social para o exterior das empresas e indústrias particulares (...) se completar historicamente, o capital como sistema de controle se extralimitará de maneira irreversível”, uma vez que não pode retornar para “uma condição anterior (menos integrada e expandida globalmente), nem pode continuar em seu impulso expansionista global na escala requerida. “Nesta esfera, é isso que significa crise estrutural: “bloqueio de novos territórios sobre os quais o capital poderia estender seu domínio e aos quais poderia ‘exportar’ suas contradições”. (179-180/259)

Tais desdobramentos projetam o completo fechamento do que Mészáros denomina de círculo vicioso da incontrolabilidade estrutural do capital. (180/259)

Argumenta ele que “a necessidade inevitável de assegurar a administração sustentável das condições de controle sociometabólico e da produção no contexto global adequado se revela como algo irremediavelmente *além do alcance do capital*, não importa até onde e o quão perigosamente o sistema se extralimite.” (179-180/259)

O fechamento de tal círculo vicioso “se completa tornando *absolutamente necessário* o controle racional do sistema global (a um nível adequadamente *global*, em que só ele poderia ser sustentavelmente controlado), que ele mesmo (...) havia historicamente criado”. Nesse mesmo sentido, o controle é “*impossível* (...) num contexto mais limitado, no plano do necessariamente ‘mau comportamento transgressor’ de empresas isoladas nacionais e transnacionais.” A incon-

trolabilidade do capital é exposta de todas as maneiras. (180/259)

Por tudo isso, conclui Mészáros que é “inconcebível escapar de tal círculo vicioso sem superar radicalmente as determinações fundamentais do próprio sistema capitalista.” A incontroleabilidade do capital é estrutural e só pode ser eliminada quando também não mais existir o modo sociometabólico de reprodução social dominante e, naturalmente, o capital. (180/259)

5.3 Concepções Existentes de Controle

Nem todos os teóricos, salienta Mészáros, puderam enfrentar os problemas do modo de controle instituído pelo capital como uma contradição interna e inseparável do próprio sistema. Principalmente, os teóricos burgueses “que, dado seu ponto de vista social, não poderiam considerá-lo um modo de controle *transitório*”. Quando tinham que enfrentar o problema do controle [no capitalismo], “eram obrigados a postular a viabilidade do ‘controle sem um controlador ou controladores identificáveis’”; “fugi[am] das dificuldades implícitas nessa admissão, apresentando um quadro idealizado – a princípio ingenuamente mas, com o passar do tempo, e tornando-se a crise de controle bastante óbvia para ser negada, cada vez menos ingenuamente.”(73/134) A ausência de um controlador identificável significava que também não havia uma vontade personificada que determinasse o caráter e os objetivos do próprio sociometabolismo.

Assinala Mészáros que os teóricos afinados com o ponto de vista do capital, que tentaram encontrar uma explicação para a questão do controle do capital, permaneceram confinados à aceitação do sistema como inevitável, senão proveitoso, restando a eles apenas o interesse em “compreender os parâmetros do funcionamento do sistema do capital em termos das *intenções* e *motivações* do pessoal controlador.” Para Mészáros, “esta ideia persiste de Adam Smith até hoje, abrangendo todas as variedades de ‘marginalistas’ – desde os que iniciaram a ‘teoria da utilidade marginal’ até seus recentes popularizadores intelectuais – passando por Max Weber e Keynes, pelos que acreditam em alguma forma da ‘revolução administrativa’, até chegar aos mais entusiastas apologistas do sistema do capital, como Hayek”. (76/138)

No entanto, o que impulsiona o sistema é a acumulação ampliada do capital, que pode coincidir com o interesse de personificações particulares do capital, permitindo sua sobrevivência e a realização dos negócios. Isso tem a ver com a própria natureza do capital; em

suma: “Se o capital aumenta de 100 para 1.000, então 1.000 é agora o ponto de partida, do qual o aumento tem de começar”⁴⁵ (568/662) Pois “capital acumulado é capital morto – ou seja, absolutamente nenhum capital, apenas o entesouramento inútil do avarento – a não ser que seja *realizado* como capital, constantemente reentrando em forma expandida no processo geral de produção e circulação.” O capital, para continuar capital, tem que obedecer a tais determinações internas da lógica expansionista do sistema, independente da vontade individual das personificações do capital. De acordo com essa lógica interna, o “esmagador volume da acumulação capitalista está ‘predestinado’ por determinações sistêmicas ao reinvestimento, sem o qual o processo de expansão e realização estaria encerrado, levando consigo o capital – e, naturalmente, todas as suas personificações dadas e potenciais – para o túmulo histórico.”(77/139)

O destino das personificações do capital está atado ao destino e desenvolvimento expansionista do sistema como um todo, mas, assinala Mészáros, em posição inversa ao desejado pelos defensores da ordem estabelecida. As personificações do capital “descrevem a si mesm[os] e a seu próprio impulso para a acumulação como o *determinante* decisivo da ordem estabelecida de produção, embora na realidade cumpram uma função essencialmente *instrumental* para o bom funcionamento do sistema – em outras palavras: atuam nele como ‘*determinantes determinados*’ ”. No entanto, adianta Mészáros, essa posição, por mais instrumental que seja não é em nenhum aspecto menos vital, ou substituível, pois o “modo de controle sociometabólico estabelecido é totalmente inconcebível sem a superposição hierárquica das personificações do capital à força de trabalho.” Daqui o valor de sua função instrumental para o sistema. (77/139)

Em poucas palavras, as personificações do capital podem apenas habilitar-se a executar as mutáveis determinações que emanam do sistema como um todo e tirar proveito, se agirem de forma mais ou menos eficiente, quando essas coincidam com seus interesses particulares. Não passam, portanto, como vimos anteriormente, de pseudo-sujeitos do processo de autorreprodução do capital.

A situação das personificações do capital como “determinante-determinad[as]” encontra sua explicação causal no nódulo constituinte principal do modo de controle sociometabólico do capital - qual seja: a separação entre produção e controle, e a correspondente submissão do verdadeiro sujeito da produção - trabalho -, aos

⁴⁵ K. Marx. Grundrisse. Penguin Books, Harmondsworth, 1973, p. 335.

desígnios do capital. Mészáros afirma que, diante da

“radical separação da produção e controle, sob o domínio do capital, não pode haver alternativa à afirmação dos imperativos objetivos do sistema do capital por meio da intermediação de tal pseudo-sujeito, fazendo com que as determinações incorrigíveis e incontroláveis do capital – como *causa sui* – prevaleçam acima das cabeças de todos os indivíduos, inclusive as ‘personificações do capital.’”(76/138)

Isso, na verdade, jamais pôde ser reconhecido pelos teóricos do capital que tentaram contornar os problemas do controle e da incontrolabilidade do sistema, pois, de outra maneira, teriam que questionar a base causal do sistema e o antagonismo que o sustenta. Por outro lado, não poderiam deixar de encontrar uma resposta que explicasse quem, de fato, estava investido do controle do sistema. Assim, os

“economistas que enxergam o mundo do ponto de vista do capital não podem simplesmente ignorar a incontrolabilidade estrutural de seu sistema preferido, por mais que desejem eliminar as contradições implícitas. Dependendo do estágio dado do desenvolvimento histórico, as dificuldades de controle serão mais – ou menos – proeminentes em suas conceituações, mas ninguém pode evitá-las completamente.”(85/150)

“A projeção da ‘mão invisível’ de Adam Smith como força orientadora para seus capitalistas individuais equivale - afirma Mészáros - à admissão de que o sistema reprodutivo por ele idealizado é *incontrolável*.” A despeito de Adam Smith considerar que “as ações personalistas e limitadas de capitalistas particulares necessariamente produzem um resultado geral muitíssimo benéfico”, teve de admitir que “a intensidade do esforço do capitalista individual não é, de forma alguma, garantia de sucesso para si ou para a sociedade em geral e, portanto, o sistema não poderia funcionar sem a ‘mão invisível’.” Teve que enfrentar, à sua maneira, a dificuldade de controle do sistema como um todo. O capitalista individual como o sujeito (empreendedor) autônomo do processo produtivo precisava ser auxiliado por “uma força orientadora misteriosamente invisível, mas benevolente, atrás de si para obter algum sucesso”. Ela seria o “guia” dos “atores capitalistas”, e cumpriria a função de “magnânima harmonizadora de todos os possíveis conflitos de interesse, inclusive o que existe entre *produção e consumo*.” Assim, salienta Mészáros, “é inconcebível o surgimento da contradição entre *produção e controle* (defeito central do sistema do capital), pois a mão sumamente benevolente é postulada como o verdadeiro controlador que, por definição, é infalível em seu

onipotente controle benéfico.”(75-76/135-138)

A forma como Adam Smith enfrentou a questão de um “defeito fatídico no sistema do capital – sua incontrolabilidade por ação humana”, uma vez que não podia admiti-lo, foi introduzindo “uma renovada confiança mítica relativa na (...), apesar de tudo, continuada viabilidade (realmente ‘natural’ e ‘permanente’)” do sistema, a ser assegurada pela “mão-invisível” harmonizadora dos inevitáveis conflitos e falhas de controle do sistema. Mas tal solução para os problemas da incontrolabilidade, em função dos desenvolvimentos históricos do sistema do capital, decorrentes do crescimento do mercado mundial e das empresas comerciais, cada vez maiores, não permaneceu como concebida originalmente, e passou a exigir reformulações que justificassem as mudanças identificadas. (78/140)

Argumenta Mészáros, que

“Adam Smith, que escreveu na época da ascendência dinâmica histórica do capital e na aurora de sua expansão global – ou seja, um momento em que lutar contra o protecionismo mercantilista representava um progresso real -, podia muito bem contentar-se com ligeiras referências à ‘mão invisível’, não apenas como evidência, mas também como a benevolente solução da incontrolabilidade do sistema pelos capitalistas individualmente. Nenhuma solução simples como essa estava disponível para seus sucessores do final do século XIX e início do século XX quando, em perfeito contraste, com a era de Smith (segunda metade do século XVIII), toda a nova expansão territorial do sistema do capital havia terminado sob a forma da divisão imperialista rival de todo o planeta e a perspectiva de grandes crises sistêmicas surgia inevitavelmente no horizonte.”(85/150)

O foco das preocupações dos economistas burgueses, à época, volta-se para as crises comerciais e a interrupção, periódica, do movimento ascendente dos negócios, o que provocou o desafio de buscar a forma de equilíbrio possível que permitisse a estabilização do sistema global.

Adam Smith pensou ter resolvido as dificuldades de controle com a “mão invisível”; ela “foi utilizada por seu criador e seus seguidores como um *deus ex machina* que proporcionaria os serviços necessários do totalizador ausente.”(103/174)

Todas as teorizações, desde Adam Smith, sobre as formas mais adequadas de controle do sistema, visando encontrar soluções para a incontrolabilidade do capital, persistiam na aceitação da ordem estabelecida, considerando como absolutamente administráveis os problemas decorrentes do comando do capital sobre o trabalho, bem como as contradições imanentes de seu funcionamento “na-

tural”. Acabavam por, em cada nova tentativa, substituir um tipo de personificação do capital por outra. Tais teorizações nunca conseguiram explicar porque as mudanças em andamento ora exigiam um “empreendedor inovador”, ora estabeleciam as enormes “corporações monopolistas” com seus administradores especializados, ora substituíam o empresário capitalista pelo “tecnoburocrata”. Jamais puderam justificar como, mesmo com todas as adaptações de comando, o sistema continuava a surpreender com sua capacidade de frustrar as expectativas dos capitalistas de comando no momento.

Como se restringiam a responder aos efeitos e conseqüências do funcionamento do sistema, supondo poder alcançar um equilíbrio entre as forças atuantes sem alterar as determinações estruturais antagônicas da ordem prevalecente, “todas as mistificações teóricas e práticas” concebidas do ponto de vista dos capitalistas, desviavam-se da real base causal da incontornabilidade – a separação da produção e do controle. Por isso, não podiam jamais admitir que “o sujeito real do sociometabolismo reprodutivo, sob o domínio do capital, continue sendo o trabalho e não as personificações do capital sob qualquer forma ou molde.” As personificações do capital apenas procuram exercer o controle em benefício próprio, não sendo capazes de coesionar as forças centrífugas propulsivas pelos intransponíveis defeitos estruturais atuantes na base material do sistema. (93/159)

Tais mistificações perduraram no tempo com clara “intenção apologética”, sem levar em conta a gravidade dos problemas que haviam sido identificados, e suas implicações para o futuro.

Para Mészáros,

“a perniciosa marginalização da racionalidade humana e da responsabilidade pessoal no decurso do desenvolvimento histórico do capital enfatizava repetidamente a incontornabilidade do sistema. Mesmo assim, depois de cada mudança tardiamente reconhecida na estrutura de controle do capital, o caráter problemático do processo subjacente, pelo qual enormes alterações ocorrem sem prévio planejamento humano, jamais foi questionado pelos defensores do sistema. Muito pelo contrário, os fatos consumados eram sempre apresentados como mudança para melhor e como realmente a melhor situação possível, destinada a resistir – e com legitimidade – eternamente pelo futuro afora, quem sabe até depois. Jamais se poderia admitir que a lógica final dessas transformações cegas e incontornáveis, que tinham de ser periodicamente admitidas (e, naturalmente, depois de cada reconhecimento forçado, imediatamente comemoradas) como a última ‘revolução’ nas questões econômicas, poderiam ser, de fato, a destruição da humanidade e, portanto, que se deveria examinar ou pensar em alguma alternativa significativa para as tendências prevalecentes.”(93/160)

Ocupados na elaboração sequencial de uma “revolução” à outra, para acomodarem no interior de suas concepções de mundo os desajustes reais do sistema, os teóricos comprometidos com o ponto de vista do capital não poderiam fornecer uma alternativa radical a esse incontrolável estado de coisas. Sequer podiam encarar de frente o quadro referencial causal do processo reprodutivo do capital e a consequente incontrolabilidade do sistema daí decorrente. Como a incontrolabilidade está inerentemente vinculada ao modo de sociometabolismo em que o trabalho está subordinado ao capital, não há como resolver a questão do controle, em favor de uma ação humana consciente, nos marcos estruturais de um sistema cuja base material está assentada na separação entre produção e controle, e, por conseguinte, no antagonismo de interesses entre o verdadeiro sujeito da produção, o trabalho, e o capital, que exerce o comando sobre o trabalho. (78/141-142)

Cabe aqui ressaltar que a “causa original’ do funcionamento do sistema capitalista enquanto o exercício da relação antagonista de poder” não se encontra nas “variedades existentes de hierarquia discriminatória” impostas pelo capital sobre o trabalho. Alerta Mészáros para o fato de que, “se a estrutura de comando injusta fosse especificamente a causa dos antagonismos estruturais, poderia, em princípio, ser reformada com uma modificação esclarecida da própria estrutura de comando estabelecida, ao mesmo tempo em que permanecia dentro do quadro reprodutivo global.” Contudo, de nada adianta iludirmo-nos sobre as soluções do controle procuradas no interior do quadro de referências do incontrolável sistema do capital pois, para se “visualizar a capacidade do sistema de introduzir todos os aperfeiçoamentos desejáveis dentro de seu ‘macrocosmo’, com a premissa inalterável da manutenção das relações de poder material da *subordinação estrutural* do trabalho”, enfatiza Mészáros, teríamos que processar uma “absurda (...) violação da lógica” ao se inverter as relações causais existentes. Pois a estrutura de comando hierárquica não é a causa, mas a “*consequência* inevitável da determinação incorrigível do sistema capitalista como um sistema de *relações de poder antagonicas*, em que o poder de controle está inteiramente separado dos produtores e cruelmente imposto sobre eles”. Exatamente nesse sentido, ressalta Mészáros que “todas essas reciprocidades têm seu übergreifendes Moment objetivamente predominante, o que não se pode ignorar nem modificar de modo artificial para agradar às conveniências da apologética social.”(188/269)

Diante disso, “não seria possível inventar uma alternativa viável para a ordem sociometabólica do capital a partir de meia dúzia de

desejos ideais”, por mais que se esforçassem os teóricos apologetas da ordem estabelecida. (93/160)

Mészáros é enfático ao afirmar que a única alternativa viável ao capital é o trabalho. E prossegue ele:

“na base material existente da sociedade, ela só poderia constituir-se pelo sujeito real reprimido do sistema dado de reprodução socioeconômica, o trabalho, por meio das necessárias mediações que superassem o domínio do capital sobre os produtores. Precisamente porque a única alternativa realmente viável para o incontrolável modo de controle do capital devia centrar-se no trabalho - e não nos variados postulados utópicos da teoria econômica burguesa, como a benevolente ‘mão invisível’ de Adam Smith, os ‘capitalistas cavalheirescos’ instituidores do nacional-socialismo de Alfred Marshall, ou a ‘tecnopestrutura’ universalmente benéfica ‘produtora da convergência’ de Galbraith, etc., etc. -, a ideia de tal alternativa jamais poderia ser cogitada pelas pessoas que tentavam teorizar (ou louvar) mais uma solução feliz para a incontrolabilidade estrutural do sistema estabelecido.”(93-94/160)

As soluções desse modo formuladas estão comprometidas com a preservação do capital e seu modo de reprodução sociometabólico, o que já de saída inviabiliza qualquer possibilidade de controle efetivo e duradouro sobre o sistema. Para além da função controladora das personificações do capital em comando sobre o trabalho, e da racionalidade parcial que orienta seus empreendimentos particulares, o relacionamento dos microcosmos com o todo do sistema obedece aos “imperativos de lucratividade em escala inexoravelmente crescente” do capital, comprometendo assim qualquer possibilidade de controle sobre o sociometabolismo global. O que parece ser um modo de controle necessário para o funcionamento do sistema, ao nível dos empreendimentos particulares, permanece subordinado, e mais, integrado, à incontrolabilidade do todo, pois o sistema do capital “não sabe onde parar”, enquanto seus limites absolutos não forem atingidos. Esse é um “*dilema prático fundamental* - sublinha Mészáros - *absolutamente insolúvel* na estrutura do sistema do capital”, uma vez que não se trata de “uma questão de um conhecimento defeituoso (em princípio, corrigível), mas [do] resultado de determinações e contradições imanentes”. (563/656)

Há, segundo Mészáros, uma incompatibilidade estrutural entre controle e capital, pois

“o capital é totalmente desprovido de medida e de um referencial humanamente significativos, enquanto que seu impulso interno à auto-expansão é *a priori* incompatível com os conceitos de controle e limite, para não mencionar o de uma *autotranscendência* positiva. Por isto, ao invés de aceitar as restrições

positivas necessárias no interesse da produção para a satisfação das necessidades humanas, corresponde à linha de menor resistência do capital levar as práticas materiais da *auto-reprodução destrutiva ampliada* até o ponto em que levantam o espectro da destruição.”(599-600/699)

Pois, afinal de contas, o “impulso para a multiplicação de riqueza reificada e pelo incremento concomitante em forças produtivas abstratas da sociedade não pode ser detido, quaisquer que sejam suas implicações” destrutivas. (574/668)

Para Mészáros, as demais tentativas de controle do capital com o objetivo de contornar os limites impostos à sua compulsão à acumulação e os caminhos a seu impulso expansionista obstruídos pela crise, também fracassaram. Foi o que aconteceu com a solução keynesiana. Avalia Mészáros que “Keynes se contentou com o sonho irreal de que a manipulação estatal-intervencionista dos *sintomas negativos* encontrados produzisse *remédios positivos permanentes*” na ordem existente. Por fim, “os remédios keynesianos tiveram que ser rejeitados nos ‘países capitalistas avançados’ do Ocidente quando seus custos começaram a se tornar inadmissíveis.” Do mesmo modo, “as soluções monetaristas alternativas tentadas após a fase keynesiana com enorme zelo e grande entusiasmo político – tanto pelos governos trabalhistas como por seus rivais conservadores – provaram ser um fracasso não menor do que as predecessoras.” (626/731)

O que essas tentativas têm de comum, apesar de aparentemente usarem recursos de política econômica tão distintos, é a incapacidade “de se dirigir[em] às *causas*”. Ao invés, tentaram “remediar a situação intervindo apenas no nível dos *efeitos* e *consequências*, o que poderia funcionar apenas conjunturalmente, por períodos muito limitados de tempo.” (626/731)

Nesse aspecto, Mészáros é particularmente duro em relação à socialdemocracia. Desde o início, para ele, o empreendimento socialdemocrata estava condenado ao fracasso. O pior é que “por décadas os partidos socialdemocratas continuaram a iludir a si próprios e a seus eleitores,” alegando “que seriam capazes de instituir ‘no devido tempo’, por meio da legislação parlamentar, uma *reforma estrutural do incontrolável sistema do capital*.” Tarefa totalmente impossível, uma vez que “o capital – por sua própria natureza e determinações internas – é *incontrolável*.” Adverte ainda que,

“investir as energias de um movimento social na *tentativa de reformar* um sistema substantivamente *incontrolável* é um empreendimento muito mais infrutífero do que o trabalho de Sísifo, já que a simples viabilidade mesmo da reforma mais limitada, é inconcebível sem a capacidade de exercer controle

sobre aqueles aspectos ou dimensões do complexo social que estamos tentando reformar.” (713/832-833)

A ilusão de poder reformar um sistema incontrolável marcou também os fracassos do “caminho italiano ao socialismo” e da experiência soviética. A política reformista, tanto socialdemocrata como a do “caminho italiano”, confinada à ação dentro dos “limites mutiladores do capitalismo atualmente existente”, nunca enfrentou o problema insuperável da natureza do poder sob o domínio do capital. E não poderia enfrentar, pois revelaria “o caráter irrealizável de suas estratégias autocontraditórias”. (716/835-836)

5.4 O Sistema do Capital é Irreformável e Incontrolável

O que de fato caracteriza tais posições políticas reformistas, de acordo com nosso autor, é que, “ao tentarem *reformular o incontrolável*, também pressupunham *um poder que não existia e nem poderia existir* como alavanca para a prometida transformação da ordem social estabelecida.” E essa alavanca, continua Mészáros, “não poderia existir pela simples razão de que *o poder do capital social total, como controlador da reprodução sociometabólica, é indivisível*, apesar das mistificações perpetuadas pela ideologia burguesa sobre ‘a divisão de forças’ na esfera política.”(716/836)

Não é demais recordar aqui que o capital, como um modo de reprodução sociometabólico incontrolável, além de ser irreformável, “*não pode compartilhar poder*, mesmo em curto prazo, com forças que pretendem transcendê-lo, não importa em quão longo prazo, como ‘objetivo final’.” Em função disso, as estratégias de “reforma gradual” da socialdemocracia eram ineptas para alcançar algum resultado concreto “em termos de potencial transformador socialista”. E não poderia ser de outra maneira, pois, para Mészáros,

“enquanto o capital permanecer como o regulador efetivo do sociometabolismo, a ideia de ‘luta igual’ entre capital e trabalho está destinada a permanecer uma mistificação. Isso porque essa é uma ideia perpetuada e realçada pelos rituais de enfrentamento parlamentar dos ‘representantes do trabalho’ com seus adversários legislativos: um enfrentamento ‘sem competição’, cuja premissa autocontraditoriamente aceita é a permanência da posição material do capital.”(716-717/836)

O resultado inevitável de tal ilusória estratégia transformadora, cujos princípios eram “*reformular o incontrolável*” e “*conquistar os postos de comando mais elevados*” do sistema estabelecido, por meio da alavanca

de um *poder inexistente*”, só poderia terminar, conclui Mészáros, “com a derrota autoimposta da esquerda histórica.” (716/836)

Estabelecer um controle de uma ação humana consciente sobre o metabolismo e reprodução sociais é, para Mészáros, comprovadamente impossível enquanto existirem as bases materiais de sustentação da autorreprodução ampliada do capital. São várias as fracassadas tentativas de controlar a incontrolabilidade do capital por meio de uma maior atividade do Estado, como um elemento de regulação externo ao desenvolvimento econômico, tanto na esquerda (sociedades pós-capitalistas, socialdemocracia) quanto na direita comprometida com a preservação da ordem estabelecida (*New Deal* de Roosevelt, “redução as fronteiras do Estado” da Direita Radical, etc). (253/344) Esses fracassos, ou demonstrações de “êxito muito limitado”, nada mais seriam que manifestações, *mutatis mutandis*, do processo inicial de esgotamento da fase expansiva do capital e da crise estrutural que eclodiu na década de 70, caracterizadas por uma tendência crescente no uso de determinações políticas no processo de reprodução sociometabólica. A sobrevida adquirida pelo capital com o deslocamento expansionista de suas contradições e antagonismos, a partir do “último terço do século XIX, estendendo em seguida por quase um século sua viabilidade reprodutiva,” se esgotou com “o início da crise estrutural do sistema”. (773/898)

O mais grave da situação presente é que, agora, segundo Mészáros, “estamos diante não apenas dos antigos antagonismos do sistema, mas também da condição agravante de que a dinâmica expansionista do deslocamento tradicional também se tornou problemática e, em última análise inviáveis.” (252/343) A destrutividade da dinâmica interna do capital afeta não só o ambiente natural, mas cada faceta da reprodução sociometabólica”, implicando, até mesmo, na destruição periódica de “partes importantes dos próprios componentes produtivos do capital”. (821/952)

Diante desse estado de coisas, quais as alternativas para a sobrevivência da humanidade?

Para Mészáros, “esperar do capital conter-se a si mesmo é nada menos que esperar um milagre acontecer. Pois o capital só poderia adotar a autorrestricção como uma característica significativa de seu modo de operação deixando de ser capital.” E continua ele,

“a necessidade de restrição – até mesmo quando está em jogo nada menos que a sobrevivência humana – é diametralmente contradita pelas determinações mais íntimas do sistema do capital. Pois o modo de reprodução do capital entraria rapidamente em colapso se fosse compelido a operar dentro de limites

firmemente circunscritos, ao invés de constantemente ampliáveis.” (805/935)

As soluções até agora empregadas na correção dos distúrbios reconhecidos no desenvolvimento histórico do sistema dedicaram-se apenas à formulação de corretivos parciais, sem que se atacasse a base causal das contraditórias determinações estruturais do sistema. O estágio a que chegamos, de crise estrutural e de ameaça de colapso do sistema, uma vez que ele não comporta restrições, exige muito mais que uma oposição defensiva. Conforme adverte Mészáros, “nenhum remédio parcial é concebível, certamente nenhum que pudesse ser ministrado pelas personificações do capital em qualquer uma das suas corporificações realmente possíveis.” (805/935)

Ainda que para alguns seja impossível continuar a negar a necessidade de restrições, e se mostrem dispostos a reconhecer “que algumas restrições devem ser adotadas (pelo menos em algumas áreas de atividade econômica, como a exploração de matérias-primas e recursos energéticos, sem esquecer o ‘controle da população’)”, permanecem confinados a um discurso circular, alegando que a “própria dinâmica expansionista sempre redefinia e estendia exitosamente os limites. Hoje, tal argumento é obviamente insustentável.” (805/935)

Para Mészáros, “dizer que a irrestringibilidade do capital percorreu seu curso histórico significa que o próprio sistema tornou-se inviável como controlador de uma reprodução sociometabólica sustentável.” E não se trata de projeções de longo prazo: os “limites são visíveis em nossa proximidade imediata, tal como o são os perigos que acompanham a incapacidade ou a recusa – e, no caso do capital, ambas coincidem - de exercer controle.” (805/934)

Diante desses desdobramentos históricos, Mészáros coloca como “necessário planejar a instituição de mudanças sistêmicas qualitativas em uma época na qual os perigos resultantes da incontrollabilidade do capital se intensificam, devido à irrestringibilidade estrutural do sistema.”(805/935) Tais mudanças sistêmicas qualitativas coincidem com a “necessidade de uma transição para uma ordem social controlável e conscientemente controlada pelos indivíduos, como defende o projeto socialista”, que “continua na agenda histórica, apesar de todos os fracassos e decepções.” (253/344)

Trata-se de uma verdadeira “mudança *de era*” (*epochal shift*) – “um esforço sustentado de ir além de todas as formas de dominação estruturalmente arraigadas”. Isso só pode ser concebido mediante uma “reestruturação radical das formas e dos instrumentos existentes de reprodução sociometabólica, em contraste com a tentativa

de acomodar os objetivos socialistas às restrições paralisantes das condições herdadas, como aconteceu no passado.” Mészáros, então, enfaticamente reafirma que “a *raison d'être* do empreendimento socialista é manter a consciência dos objetivos estratégicos da transformação de uma época (*epochal*), ainda que sob as condições mais adversas, quando o poder da inércia puxa para a direção oposta: para a ‘linha de menor resistência’ que conduz à revitalização da incontrolável força de controle do capital.”(253/344)

A transição a uma nova forma histórica implica, pelo que foi exposto, a superação do capital e não a escolha de estratégias que auxiliem a “revitalização da incontrolável força de controle do capital”. Para Mészáros, trata-se da construção de uma ordem na qual o controle sobre todas as atividades da vida passa a ser determinado pela decisão consciente do verdadeiro sujeito produtor da riqueza social: o trabalho.

CONCLUSÃO

Há a possibilidade de se impor restrições ao sistema do capital com o objetivo de, a partir de reformas e outras regulamentações impostas pelos trabalhadores, acumular forças que levem à superação do capitalismo pelo socialismo - superação entendida no sentido da construção de uma sociedade na qual a exploração do trabalho e a apropriação privada (individual ou coletiva) da riqueza social não tenha mais lugar, muito menos a preservação e continuidade das condições necessárias à reprodução do capital? Quais as consequências, para a concepção de uma estratégia revolucionária, da resposta negativa a essa questão? A relação Estado-capital, do ponto de vista ontológico, tendo por mediação o controle político do capital, poderia efetivamente possibilitar a superação do capital? Seria compatível com as atuais condições históricas do sistema do capital uma reedição das propostas socialdemocratas reformistas, mesmo depois do desfecho regressivo da experiência do *Estado de bem-estar social*? Ainda mais, no caso de uma resposta negativa, estaria eliminada a possibilidade de uma sociabilidade humana para além do capital? Foi esse conjunto de problemas que nos levou a investigar a obra de I. Mészáros, *Para Além do Capital*.

Essas questões, todavia, não foram originalmente colocadas por Mészáros. A problemática da viabilidade de reforma da ordem do capital se converteu na proposta catalisadora dos debates, e ações políticas, no interior da esquerda, no complexo cenário mundial no final do século XX, marcado pela derrota do sistema soviético. O que nos intrigou, a despeito das mutáveis condições históricas, é que, no início de um novo século, novamente nos defrontamos com um reformismo que, embora renovado, continua a aceitar o domínio e os limites impostos pelo capital. *Para Além do Capital*, a partir de uma reavaliação da experiência revolucionária mais recente e da

recuperação de algumas das teses fundamentais de Marx, apresenta-se como uma resposta, na forma de uma radical negativa, a todas as concepções - reformistas ou conservadoras - que partem do pressuposto da possibilidade ontológica do controle político do capital.

Qualquer estratégia para se obter controle sobre o capital, como alternativa presente à suposta falência do projeto revolucionário de superação da ordem social vigente, terá que se defrontar com os imperativos expansionistas do capital e seu inalterável princípio de *causa sui*.

Por essa razão, a partir da análise desenvolvida por Mészáros, devemos determinar o lugar da política (e a possibilidade ou não de controle sobre o capital) a partir da identificação dos limites impostos pela própria forma de ser desse “modo de controle sociometabólico incontrollável”; e não o contrário, a partir do espaço da política e de seu suposto papel criativo e transformador para, então, concebermos uma sua relação revolucionária com a ordem do capital. É fundamental a consideração das determinações ontológicas do capital para a definição do campo de possibilidades de uma práxis humana efetivamente revolucionária, e não o inverso, como fazem algumas das teses que veem na mera extensão da democracia a todas as esferas da prática social, sem consideração da *ineliminável* subordinação do trabalho como condição para o funcionamento do sistema do capital, o meio de se chegar ao socialismo.

O fato de ser um “modo de controle sociometabólico incontrollável” não quer dizer, no entanto, que não possa ser superado, ou que inviabilize uma ação humana consciente que se contraponha à lógica autorreprodutiva do capital. Mészáros argumenta exatamente no sentido de que, por se ignorar a base ontológica constitutiva do sistema do capital, as perspectivas políticas daí decorrentes estão fadadas à cooptação ou ao fracasso.

Do ponto de vista da estratégia política radical é imprescindível reconhecer que não há como reformar pouco a pouco o sistema do capital, simplesmente alterando o título de propriedade ao nível do microcosmo produtivo ou se abrindo espaços de autonomia nos interstícios do sistema do capital global. Como também não há “possibilidade de ‘emancipação parcial’ e ‘libertação gradual’”, estratégias perseguidas durante décadas pela socialdemocracia. (470, 205/573, 289)

Isso porque, sempre segundo Mészáros, a lógica reprodutiva do capital acaba por se impor sobre os desejos subjetivos, não importando se dizem respeito aos capitalistas ou aos trabalhadores. Pois,

o que de fato caracteriza tal modo metabólico de controle é que nenhum sujeito consciente encontra-se no efetivo controle do sistema, senão que toda finalidade reprodutiva deve estar condicionada pela “expansão da grandeza” do valor produzido socialmente. O sistema do capital é genuinamente um “sistema de controle sem sujeito” (*subjectless*). No entanto, como o capital necessita manter o controle sobre o real sujeito da produção tem de fazê-lo aceitar a subordinação a um pseudo-sujeito, qual seja às personificações do capital. A condição absoluta para o funcionamento do capital é poder exercer “comando sobre o trabalho”; para isso, utiliza-se das modalidades de comando as mais diversas, em resposta às mudanças históricas, devendo tal condição permanecer sempre, enquanto existir o capital. (609/712)

A não percepção da verdadeira natureza ontológica dessa relação entre sujeito e objeto é que alimenta muitas ilusões quanto à mera substituição de uma personificação do capital por outra, deixando-nos a mercê dos recursos ideológicos utilizados para encobrir a base material da exploração a que é submetido o trabalho.

O fato de Mészáros afirmar ser o sistema do capital um sistema sem sujeito, bem como seu modo de controle sociometabólico ser incontrolável pelos indivíduos nele envolvidos, não quer dizer que esteja ausente de sua análise a presença do papel ativo do sujeito na história. O que faz questão de apontar é que no sistema atual há uma inversão na relação sujeito/objeto, aparecendo como pseudo-sujeitos as personificações do capital. Essa inversão é apenas a expressão ideológica da necessidade de se manter o exitoso desenvolvimento de um sistema fundado em antagonismos sociais insuperáveis, posto que estruturais. Não basta, portanto, visar à superação dessa mistificação apenas com a substituição das *personificações* do capital pelas *personificações* do trabalho como o proposto por ações políticas alternativas supostamente inovadoras, tais como as cooperativas de produção, ou através da propagação de aprendizados sociais por meio de novos experimentalismos institucionais, ou, ainda, da criação de espaços públicos autônomos. O que deve se salientado é que não se trata de um impedimento à emancipação de natureza gnosiológica que dependa apenas de um ato consciente da subjetividade do trabalho, mas da própria natureza ontológica do sistema de capital, de seu em-si.

O que ele insistentemente faz questão de salientar é que é impossível a liberação do trabalho se nos mantivermos no quadro de referências desse sistema e assim nos restringirmos à manipulação (como o capital faz) de seus efeitos e consequências. Pois historicamente o

que temos visto é a degradação e subordinação das políticas democráticas ao capital, e a tentativa de se substituir os pseudo-sujeitos do sistema do capital por outros mais adequados (como o “bom” capitalista ou o burocrata competente) como propõem os social-democratas, mas não só eles. Nenhum desses instrumentos sequer tocaria nas determinações causais do sistema e na sua ineliminável necessidade de separação entre produção e controle.

Por essa razão é que, para Mészáros, um projeto socialista deve “negar o próprio *capital* – na qualidade de inalterável *causa sui* – e superar sua “causalidade supostamente inalterável que opera acima das cabeças dos indivíduos.” (72-73/133)

Em Mészáros, a preocupação ontológica é central. A todo o momento em que se refere à inexorabilidade da causalidade totalizadora do capital e da subordinação dos sujeitos a ela, está se referindo – mas jamais se limitando – à maneira como esses fenômenos *aparecem* para os sujeitos envolvidos. Pois estes mesmos fenômenos exercem uma força objetiva sobre a realidade, são formas particulares de fetichismo historicamente constringidas à apropriação do trabalho excedente, e, por isso mesmo, são fundamentais ao funcionamento do sistema do capital. Por trás das “aparências” dos fenômenos, Mészáros busca sempre “descobrir suas leis imanentes”⁴⁶ para desvelar a essência de sua lógica reprodutiva.

Desse modo, conforme vimos em *Para Além do Capital*, Mészáros não se deixa envolver pelos aparentes sucessos do sistema do capital obtidos por modelos “alternativos” como o Estado do Bem-Estar Social, a experiência dos países do antigo bloco soviético, ou mesmo soluções que anunciavam uma suposta positividade da globalização e da reestruturação produtiva – ilusões alimentadas pela grande maioria dos teóricos atuais. Não se detém na imediaticidade dos acontecimentos históricos. Tal como Marx e Lukács, ao integrar o fenômeno particular à totalidade, Mészáros evidencia as complexas relações do sistema do capital no final do século XX. Mészáros demonstra, no decorrer de seu estudo, o que para Lukács é indispensável para a apreensão do real, ou seja, ter por objetivo, “antes de mais nada, determinar o lugar que ocupa o fenômeno que tomara por objeto, no interior da totalidade concreta de que faz objetivamente parte.” (Lukács, 1979:244)⁴⁷

⁴⁶ “O conhecimento da essência só se torna verdadeiramente adequado quando a reflexão chega a descobrir suas leis imanentes”. (Lukács, 1979:231)

⁴⁷ Se podemos ver convergências entre a análise ontológica do sistema do capital realizada por Mészáros e a ontologia luckasiana, enquanto encontram-se funda-

Nesse sentido, quando formula a tese da incontrollabilidade do capital, a partir da análise objetiva de suas leis imanentes e de suas formas de manifestações mais imediatas, não negligencia a força da causalidade no modo de controle sociometabólico do capital sobre a vida dos homens, pois o real existe independente da consciência humana; nem a considera de maneira mecanicista como a *única* determinação do mundo objetivo. Vale lembrar, aqui, como Lukács resgata o lugar da causalidade: “o materialismo dialético nunca considerou o princípio dogmático da causalidade como a expressão única das correlações e das leis objetivas da realidade”. (Lukács,1979:244) A ação humana é um elemento indissociável da totalidade (sempre histórica e social), na medida em que, ainda segundo Lukács, “o movimento da história é a soma de ações humanas”. (Lukács,1979:237)

Para Mészáros, vale retomar, “o fato de o capital, como um modo de reprodução sociometabólico, ser incontrollável (...) significa não somente que o capital é *irreformável*, mas também que *não pode compartilhar poder*, mesmo no curto prazo, com forças que pretendem transcendê-lo como ‘objetivo final’ ”. (716/836) Nesse sentido, procura desvelar os nexos causais do sistema do capital como requisito à identificação de um campo da ação humana⁴⁸ efetivamente revolucionário, que não seja simplesmente reiterativa de formas variadas de dominação. A análise que faz da causalidade, sem negligenciar a presença ativa da ação humana, tem por objetivo, precisamente, diluir as ilusões reformistas de controle político sobre o capital que têm predominado na esquerda.⁴⁹

das em Marx, é oportuno chamar a atenção para a longa discussão (capítulos 6, 7, 8, 9 e 10) travada por Mészáros com Lukács no *Para além do Capital*, principalmente, mas não só, no que se refere a *História e Consciência de Classe*.

⁴⁸ Para Coutinho (1972:214), a teoria “tem sua fonte genético-ontológica precisamente nessa característica do trabalho: a realização do projeto teleológico implica no conhecimento dos nexos causais que ele vai colocar em operação.”

⁴⁹ “A atual ‘crise do marxismo’ se deve principalmente ao fato de que muitos dos seus representantes continuam a adotar uma postura *defensiva*, numa época em que tendo acabado de virar uma página histórica importante, deveríamos nos engajar numa ofensiva socialista em sintonia com as condições objetivas. Paradoxalmente, os últimos 25 anos [*Beyond Capital* foi publicado em 1995], que progressivamente manifestaram a crise estrutural do capital - e daí o início da necessária ofensiva socialista num sentido *histórico* -, também testemunharam a disposição de muitos marxistas, maior do que nunca, de buscarem novas alianças defensivas e se envolverem com todos os tipos de revisões e compromissos em grande escala, ainda que não tenham, realmente, nada para mostrar como resultado de tais estratégias fundamentalmente desorientadoras.

A desorientação em questão não é, de modo algum, simplesmente ideológica.

Em Mészáros, é o desvelamento das leis imanentes da objetividade do capital que poderá, junto com o amadurecimento de outras condições objetivas, capacitar o sujeito a ultrapassar essa forma transitória e histórica (pois, construída pelos próprios homens) e superar sua alienação⁵⁰ e subordinação frente ao capital. Esse “processo sem sujeito”, conforme a análise por ele desenvolvida, é mais um mecanismo de dominação do capital sobre o agente real da produção (o trabalho), entre tantos outros colocados em operação na consolidação histórica desse modo de produção, sendo articulado ao “papel preponderante que a ideologia dominante pode desempenhar na determinação da orientação de toda a sociedade, impondo com êxito seu discurso até sobre seus adversários políticos caso estes, seja por que razão for - (...) -, se deixem apanhar desprevenidos.” (Mészáros, 1996:259)

Exatamente por reconhecer as determinações ontológicas dessa forma histórica de sociabilidade dominada pela lógica do capital, e extrair de suas manifestações fenomênicas, enquanto formas objetivas variáveis dessa dominação (socialdemocrata, pós-capitalista, globalização democrática), o que tem de continuidade e essencial, enquanto “a síntese, a unidade desses elementos”⁵¹, na conservação do modo de ser dessa sociabilidade fundada na exploração do trabalho pelo capital, é que Mészáros aponta, no *Para Além do Capital*, a incontrolabilidade do capital como incontornável nos marcos do sistema do capital e a necessidade de uma superação das estratégias reformistas pela ofensiva socialista.

Ao contrário do que muitos poderiam apontar como uma posição fatalista do autor, diante de tal análise radical das impossibilida-

Ao contrário, ela envolve todas as instituições de luta socialista que foram constituídas sob circunstâncias históricas defensivas e, por esse motivo, perseguem, sob o peso da sua própria inércia, modos de ação que diretamente correspondem ao seu caráter defensivo.” (673/787)

⁵⁰ Esse fenômeno indispensável para a compreensão da relação entre causalidade e subjetividade no sistema capitalista constituiu objeto de profundo estudo de Mészáros no início dos anos 70, quando publicou *Marx: A Teoria da Alienação*. Para ele é indispensável considerar o fenômeno da alienação (no sentido de *Entfremdung*, ou estranhamento) na análise da sociabilidade capitalista, uma vez que o modo de produção do sistema do capital tem seu fundamento ontológico na separação do homem do objeto de seu trabalho e na fetichização das relações humanas, o que se expressa no “‘estranhamento do homem em relação à natureza e a si mesmo’”. (Mészáros, 1981:17) Recentemente, foi reeditado no Brasil pela Boitempo Editorial.

⁵¹ Ver Lukács (1979:231)

des de emancipação por meio da ação política reformista (mantida inalterada a base da produção material), Mészáros recoloca a noção de socialismo abandonada pelos reformistas, entendendo-a como a superação do capital e não a administração de suas disfunções temporárias. É necessário, como já salientado, a articulação de um movimento socialista radical que apresente alternativas viáveis “à realidade destrutiva da ordem social do capital em todas as suas formas.”(410/499)

A longa citação a seguir explicita o lugar que a ação humana ocupa no sistema irreformável e incontrollável do capital e a necessidade de se enfrentar as determinações genético-ontológicas do sistema do capital com uma alternativa socialista. Nesse sentido, para Mészáros,

“o único modo de controle reprodutivo social que se qualifica como socialista é o que se recusa a submeter as aspirações legítimas dos indivíduos aos imperativos fetichistas de uma ordem causal estruturalmente predeterminada. Em outras palavras, é um modo de reprodução sociometabólica verdadeiramente *aberto* com relação ao *futuro*, já que a determinação de sua *própria estrutura causal* permanece sempre sujeita à alteração pelos membros autônomos da sociedade. Um modo de controle sociometabólico que pode ser estruturalmente alterado pelos indivíduos diante dos fins conscientemente escolhidos, em lugar de um que lhes impõe, como hoje acontece, uma gama estreita e reificada de fins que emanam diretamente da rede causal preexistente do capital: uma causalidade supostamente inalterável que opera acima das cabeças dos indivíduos.” (72-73/134)

Desvelar as conexões, inter-relações e mediações essenciais do sistema do capital, enfim a “rede causal preexistente do capital”, sem concessões teóricas ao imediatismo político ou ao fetiche do aparente, e desmistificar a transformação dos efeitos em causas são objetivos que orientam a profunda análise elaborada por Mészáros sobre o sistema do capital. É por isto que sua contribuição é enorme, demonstrando a todos que a história não é apenas uma trama ardilosa.

BIBLIOGRAFIA

BIHR, A. *Da Grande Noite à Alternativa*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

COUTINHO, C.N. *O Estruturalismo e a Miséria da Razão*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1972.

FREDERICO, C. “O Novo Contrato Social”; *in*: Folha de São Paulo – Caderno de Resenhas – 11 de Março de 2000.

GENRO, T. *O Futuro por Armar - Democracia e Socialismo na Era Globalizada*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

HABERMAS, J. “Três Modelos de Democracia”; *in*: Lua Nova – n.36. São Paulo: CEDEC, 1995.

LUKÁCS, G. *Existencialismo ou Marxismo?* São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARX, K. Glosas Críticas marginais ao artigo “O Rei da Prússia e a reforma social de um prussiano”. *in*: Praxis - nº 5. Belo Horizonte: Projeto Joaquim de Oliveira, 1995.

_____. *O Capital* - Vol. I, Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MÉSZÁROS, I. *Marx: A Teoria da Alienação*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. “Tempos de Lukács e nossos Tempos. Socialismo e Liberdade.”; *in*: Ensaio, nº 13. São Paulo: Editora Ensaio, 1984.

_____. *Beyond Capital*. London: The Merlin Press, 1995.

_____. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

_____. *O Poder da Ideologia*. São Paulo: Editora Ensaio, 1996.

SINGER, P., MACHADO, J. *Economia Socialista*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.